

**Raquel Maria Gonçalves Vieira Cascaes**

**A profissionalização do Professor Bibliotecário.  
Análise de contexto da Portaria 756/2009,  
de 14 de Julho nas Bibliotecas Escolares  
do Concelho de Matosinhos**

**Universidade Fernando Pessoa**

Porto 2012



**Raquel Maria Gonçalves Vieira Cascaes**

**A profissionalização do Professor Bibliotecário.  
Análise de contexto da Portaria 756/2009,  
de 14 de Julho nas Bibliotecas Escolares  
do Concelho de Matosinhos**

**Universidade Fernando Pessoa**

Porto 2012

**Raquel Maria Gonçalves Vieira Cascaes**

**A profissionalização do Professor Bibliotecário.  
Análise de contexto da Portaria 756/2009,  
de 14 de Julho nas Bibliotecas Escolares  
do Concelho de Matosinhos**

*Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa,  
como parte dos requisitos para a Obtenção do grau de Mestre  
em Ciências da Informação e da Documentação*

# Resumo

A Sociedade da Informação fomentou o acesso e a disponibilização a inúmeras fontes de informação. No entanto, estamos num mundo, cada vez mais, complexo e competitivo, onde é exigido aos cidadãos novas competências na gestão da informação para que estes possam sobreviver a nível profissional, pessoal, mas também possam ter condições para exercer a plenitude da cidadania. O desenvolvimento destas competências deve ser estimulado na escola. A biblioteca escolar é o local privilegiado para a formação de leitores e de cidadãos. O Professor Bibliotecário é o profissional responsável pela gestão da informação, procurando estimular e desenvolver o trabalho entre alunos, professores e toda a comunidade educativa. A Portaria 756/2009, de 14 de Julho estabelece as regras de designação de docentes para a função de Professor Bibliotecário que visa dotar as bibliotecas escolares de uma gestão profissional.

Num primeiro momento, reflectimos sobre a actual sociedade da informação para compreendermos o contexto da missão e objectivos das bibliotecas escolares. Reflecte-se também sobre a formação e importância do profissional da informação e o papel fulcral e importante do professor bibliotecário na promoção e desenvolvimento da biblioteca escolar. Explora-se ainda, a partir da análise da Rede de Bibliotecas Escolares, a Portaria 756/2009 de 14 de Julho. Finalmente, apresenta-se o estudo empírico realizado nas escolas do Concelho de Matosinhos. A recolha de dados foi efectuada mediante o estudo das fontes disponíveis na fase de designação externa e, também, pela aplicação de um questionário aos professores bibliotecários para acesso à informação na fase de designação interna do concurso de professor bibliotecario, tendo-se analisado a forma como decorreu a sua selecção.

São palavras-chave desta dissertação: biblioteca escolar, bibliotecário escolar, professor bibliotecário, sociedade do conhecimento, informação, conhecimento, competências da informação.

# Abstract

The Information Society provides access and availability to numerous sources of information. However, we are in a world increasingly complex and competitive, which is required for citizens new skills in information management so that they can survive professionally, personally, but also may have the conditions to prosecute the fullness of their citizenship. The development of this kind of skills should be encouraged in school. The school library is the place for the formation of readers and citizens. The School Librarian is the one who has the responsibility for the professional management of information. He also stimulates and develops the work among students, teachers and the whole school community. The Portaria 756/2009 de 14 de Julho lays down the rules for appointment of teachers for the School Librarian function that aims to provide school libraries of professional management.

At first, we make a reflection about the existing information society to understand the mission and objectives of school libraries. We also reflected about the importance of the training and the formation of the professional information and the central and privileged role of the school librarian in the promotion and development of school-library. It is explored, through the analysis of Rede de Bibliotecas Escolares, the Portaria 756/2009 de 14 de Julho. Finally, we present the empirical study undertaken in 16 schools in the area of Matosinhos. Data were collected by the study of the sources available in the external phase designation and also by applying a questionnaire to school librarians to access information on the internal designation phase of the contest for the position of school librarian and was analyzed the process of selection.

Keywords in this essay: library school, school librarian, teacher librarian, information society, information, knowledge, information skills

Aos meus pais e à minha irmã pelo seu imenso amor, carinho, ajuda e paciência que foram fundamentais para que eu pudesse vencer este desafio.

À Maria Emília pela sua força, apoio e por todo o amor.

Ao André, meu marido, por acrescentar razão e beleza aos meus dias

Ao David e à Inês, meus filhos, que me ensinaram e me mostraram o verdadeiro significado do amor.

A Deus, por acreditar que a nossa existência pressupõe uma outra infinitamente superior.

# Agradecimentos

Aos orientadores, a Professora Doutora Judite de Freitas e o Dr. António Regedor, pela sua orientação e pela sua presença, nos momentos mais complicados, que me levava a permanecer firme nos objectivos traçados.

À Professora Margarida Lino pela sua preocupação, auxílio e por ter sempre um sorriso e uma palavra amiga.

À Professora Isabel Fonseca que foi uma presença constante e que me apoiou em todas as fases deste trabalho e, acima de tudo, pela amizade.

# ÍNDICE

Resumo.....	I
Abstract .....	II
Agradecimentos .....	IV
INTRODUÇÃO .....	1
PARTE I – O PROFESSOR BIBLIOTECÁRIO E A BIBLIOTECA ESCOLAR.....	7
1. A Sociedade de Informação: Contingências e Fragilidades.....	8
1.1 A Exclusão Digital .....	12
1.2 O Plano Tecnológico: Conteúdo Político /Impacto Social Desejado .....	19
2. A Biblioteca Escolar na Sociedade da Informação .....	24
2.1 - O Novo Paradigma da Educação .....	24
2.3 Posicionamento da Escola na Sociedade da Educação .....	33
2.4 O Impacto das Bibliotecas Escolares na Aprendizagem.....	50
3. O profissional da informação na era do conhecimento.....	58
3.1 Perfil e Formação .....	58
3.2 Perfil e Competências do Professor Bibliotecário na Sociedade da Informação .....	81
4. A Rede de Bibliotecas Escolares: Criação, Programa e Objectivos .....	90
4.1 Portaria 756/2009 – Reflexão, estudo e análise .....	95
PARTE II - O ESTUDO EMPÍRICO .....	111
1. Apresentação do Estudo .....	112
2 Metodologia .....	113
2.1 Amostra do Estudo.....	113
2.2 Instrumentos Utilizados .....	124
3. Análise dos Resultados.....	126
CONCLUSÃO .....	138
Bibliografia .....	142
Anexo – Questionário.....	153

# ÍNDICE DE QUADROS

<i>Quadro 1 - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) .....</i>	<i>14</i>
<i>Quadro 2 - Quadro Síntese das Medidas e Indicadores da Agenda Digital 2015 .....</i>	<i>17</i>
<i>Quadro 3 - Papel do Professor no Antigo Paradigma e na Nova Sociedade da Informação.....</i>	<i>30</i>
<i>Quadro 4 - Ferramentas da Web 2.0 com Potencial Educativo .....</i>	<i>40</i>
<i>Quadro 5 - Percentagem de alunos que responderam que fazem a seguinte actividade pelo menos uma vez por semana (“Uma vez por semana” ou “Sempre ou quase todos os dias” em Portugal.....</i>	<i>46</i>
<i>Quadro 6 - Percentagem de estudantes que relataram que fazem as seguintes actividades pelo menos uma vez por semana (“um ou duas vezes por semana” ou “Todos ou quase todos os dias”.....</i>	<i>47</i>
<i>Quadro 7 - - Percentagem de estudantes que relataram que fazem as seguintes actividades pelo menos uma vez por semana (“uma ou duas vezes por semana” ou “Todas ou quase todos os dias”.....</i>	<i>48</i>
<i>Quadro 8 - Percentagem de alunos que frequentam aulas normais, avaliados pelo tempo dispendido na utilização do computador durante as aulas em sala de aula durante uma semana .....</i>	<i>49</i>
<i>Quadro 9 - Domínios de competências do Euro-Referencial I-D (Rodrigues, 2009, p.8) .....</i>	<i>64</i>
<i>Quadro 10 - Aptidões do Euro-Referencial I-D (Rodrigues, 2009, p.9) .....</i>	<i>65</i>
<i>Quadro 11 - Competências do Profissional Informação e Documentação, referidas em dois inquéritos, pelo relatório a Imagem das Competências dos Profissionais de Informação- Documentação.....</i>	<i>65</i>
<i>Quadro 12 - Competências Profissionais e Pessoais do Profissional de Informação .....</i>	<i>67</i>
<i>Quadro 13 - Lista de Cursos em Ciências da Informação .....</i>	<i>70</i>
<i>Quadro 14 - Principais Competências do Profissional da Informação no .....</i>	<i>86</i>
<i>Quadro 15 - Bibliotecas escolares integradas na RBE, de 1997 a 2008, por tipo de escola/nível de ensino e DRE (Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008) .....</i>	<i>94</i>
<i>Quadro 16 - Do Professores bibliotecários ou responsáveis da BE com formação de base ou especializada para desempenho de funções na BE (Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008)99</i>	
<i>Quadro 17 - Do Grau académico do professor bibliotecário/responsável da BE (Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008).....</i>	<i>100</i>
<i>Quadro 18 - Funções do Professor Bibliotecário, segundo a Portaria 756/2009 .....</i>	<i>101</i>
<i>Quadro 19 - - Pontuações a atribuir cumulativamente a cursos ou acções de formação contínua segundo a Portaria 756/2009 .....</i>	<i>107</i>
<i>Quadro 20 - Anexo 1 da Portaria 756/2009.....</i>	<i>109</i>
<i>Quadro 21 - Anexo 1 da Portaria portaria n.º 558/2010, de 22 de Julho .....</i>	<i>110</i>
<i>Quadro 22 - Agrupamentos e Escolas Não Agrupadas do Concelho de Matosinhos .....</i>	<i>115</i>

## ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Representação do processo estratégico da informação no processo ensino-aprendizagem (Garcez e Carpes, 2006, p.8).....</i>	<i>57</i>
<i>Figura 2 - Despacho Interno Conjunto N° 3 - I/SEAE/SEE/2002 de 15 de Março .....</i>	<i>97</i>
<i>Figura 3 - Processo de Designação Interna do Professor Bibliotecário segundo a Portaria 756/2009de 14 de Julho .....</i>	<i>105</i>
<i>Figura 4 - Processo de Designação Externa do Professor Bibliotecário segundo a Portaria 756/2009de 14 de Julho .....</i>	<i>106</i>

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- População escolar abrangida (% de alunos que beneficiam de biblioteca RBE) em 2008, por nível de ensino (Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE, 2008).....	94
Gráfico 2- Ano de Integração das Bibliotecas Escolares na RBE, no Concelho de Matosinhos .....	116
Gráfico 3- Número de Recursos Documentais (Livro), nas Escolas do Ensino Básico, no Concelho de Matosinhos .....	117
Gráfico 4- Número de Recursos Documentais (Livro), nas Escolas Secundárias, no Concelho de Matosinhos .....	118
Gráfico 5- Número de Recursos Digitais, nas Escolas de Ensino Básico, no Concelho de Matosinhos .....	119
Gráfico 6- Número de Recursos Digitais, nas Escolas Secundária, no Concelho de Matosinhos .....	120
Gráfico 7- Número de Documentos por Aluno, nas Escolas de Ensino Básico, no Concelho de Matosinhos .....	121
Gráfico 8- Número de Documentos por Aluno, nas Escolas Secundárias, no Concelho de Matosinhos .....	122
Gráfico 9 - Distribuição dos Horários das Bibliotecas Escolares, nas Escolas do Ensino Básico, no Concelho de Matosinhos .....	123
Gráfico 10 - Distribuição dos Horários das Bibliotecas Escolares, nas Escolas Secundária, no Concelho de Matosinhos .....	124
Gráfico 11 - Distribuição dos Professores Bibliotecários por Agrupamentos e Escolas Não Agrupadas, no Concelho de Matosinhos.....	126
Gráfico 12 – Formação Contínua na Área de Bibliotecas.....	127
Gráfico 13 – Outras Formações na Área da Biblioteca.....	128
Gráfico 14 – Informação do Início da Designação Interna de Professor Bibliotecário.....	128
Gráfico 15 – Motivação para Ser Professor Bibliotecário por Designação Interna .....	129
Gráfico 16 – Número de Candidatos no Processo de Designação Interna de Professor Bibliotecário.....	130
Gráfico 17 – Pontuação Obtida no Processo de Designação Interna de Professor Bibliotecário .....	131
Gráfico 18 – Participação, no futuro, de Formação Complementar em Bibliotecas Escolares.	132

Gráfico 19 – Abertura do Processo de Designação Externa de Recrutamento de Professor Bibliotecário no Concelho de Matosinhos .....	133
Gráfico 20 – Número de Candidatos e Pontuação do Processo de Designação Externa de Recrutamento de Professor Bibliotecário no Concelho de Matosinhos .....	134
Gráfico 21 – Candidatos que Concorreram Simultâneamente ao Processo de Recrutamento de Professor Bibliotecário no Concelho de Matosinhos .....	135
Gráfico 22 – Candidatos que Obtieram Pontuação Divergente no Processo de Recrutamento de Professor Bibliotecário no Concelho de Matosinhos .....	136
Gráfico 23 – Candidatos que Aceitaram a Designação de Professor Bibliotecário no Concelho de Matosinhos .....	136

## **SIGLAS UTILIZADAS**

AMP – Área Metropolitana do Porto

BE – Biblioteca Escolar

CI – Ciências da Informação

CRE – Centro de Recursos Educativos

CTE – Centro de Emprego

DGHRE – Direcção Geral dos Recursos Humanos da Educação

DRE – Direcção Regional de Educação

FMI – Fundo Monetário Internacional

HTML - HiperText Markup Language

I & D – Investigação e Desenvolvimento~

IASL - International Association of School Librarianship

ICIA – European Council of Information Associations

IFLA - International Federation of Library Associations and Institution

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPCTN – Inquérito ao Potencial Científico, Tecnológico Nacional

ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho

IUS – Innovation Union Scoreboard

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

LTE - Long-Term Evolution

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OEI - Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, Ciência e Cultura

PIB – Produto Interno Bruto

PISA – Programa de Avaliação Internacional de Estudantes

PME - Pequenas e Médias Empresas

PNL – Plano Nacional de Leitura

PTE – Plano Tecnológico da Educação

RBE - Rede de Bibliotecas Escolares

RNG – Redes de Nova Geração

SGML - Standard Generalized Markup Language

SLA – Special Libraries Association

TI – Tecnologias da Informação

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UE – União Europeia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

# INTRODUÇÃO

O mundo vive num ritmo frenético, alucinante. Todos nós somos atacados diariamente pela informação que invade o nosso quotidiano. Nós acordámos, já não pela luz do Sol ou pelo cantar dos pássaros mas embalados pelo toque do telemóvel, pelo despertador electrónico, ou então, pela televisão que anuncia acontecimentos que decorreram enquanto nós dormíamos. Vamos para o trabalho de automóvel, ouvindo música pelo leitor de CD ou pelo noticiário na rádio. Nos transportes públicos, podemos escutar música através do leitor MP3. Mas enquanto viajamos não podemos estar desconectados do mundo, por isso, continuamos agarrados através do telemóvel, Ipod, Tablet. E, nos nossos trabalhos ou na escola, a situação não é diferente. Trabalhamos ligados à internet, através do correio electrónico para contactarmos os nossos clientes, para termos acesso à informação. Como também somos humanos precisamos de nos distrair e temos sempre tempo, para o facebook, youtube, blogs,... Os nossos filhos não escapam incólumes à sociedade da informação. Muitos deles, antes de nascerem, já têm um perfil no facebook e, quando nascem, o seu nascimento é anunciado e partilhado. Sendo assim, a sua infância está a anos-luz de distância do tempo dos nossos avós. Os brinquedos hoje em dia são outros. Nada de peões, saltar ao eixo, jogo da macaca. Os seus tempos são repletos de imagem e som que lhe é transmitida pela televisão, telemóveis, jogos de computador, música... Isto é o reflexo de uma sociedade que vive ao ritmo da novidade e das tecnologias da informação.

Como poderá o livro concorrer com as tecnologias de informação que têm inerentes si, recursos tão cativantes e inebriantes? O livro remete para o silêncio interior e para reflexão, condições mais que necessárias para o desenvolvimento equilibrado e completo do ser - humano. Por outro lado, a sociedade da informação, exige que a criança, o jovem, futuro cidadão seja um adulto responsável, reflexivo, consciente que consiga sobreviver na aldeia global que é, cada vez mais, implacável ao nível social e económico. É necessário que desenvolvam competências que passam por saber seleccionar e gerir a informação. Não podem ser apenas assimiladores ou executantes. Têm que ser construtores activos do conhecimento através de uma atitude crítica, consciente, proactiva que só a escola poderá desenvolver. Têm que conseguir trabalhar

nesta constante pressão, este agitar de vida onde o que era novidade e recente hoje, amanhã não o será. Neste mundo, a informação é vital.

Estamos na iminência na construção de um novo paradigma. A informação é a sua principal matéria-prima. Por outro lado, existem múltiplas promessas deste novo paradigma tecnológico que são dirigidas, especialmente na aplicação das novas tecnologias na educação, como as bibliotecas digitais, educação à distância, grupos de conversação. O desenvolvimento deste novo paradigma permitiu algo de revolucionário: o acesso universal ao conteúdo e às fontes de conhecimento.

Tal como existiram dificuldades, no passado, com a adaptação à mudança (provocada, por exemplo, com a imprensa, fotografia, o telégrafo ou a radiodifusão), o mesmo se passa agora com o desenvolvimento da tecnologia computadorizada, no qual todos nós sentimos os efeitos do caos informativo. As escolas do século XXI, sentem essas mesmas dificuldades, procurando encontrar um ponto de equilíbrio para que possam manter a sua posição de destaque, como espaço privilegiado de ensino e aprendizagem.

Outro dos problemas é o excesso da informação a que os jovens estão expostos. O grande desafio da escola é como fazer a passagem do excesso da informação para o universo do conhecimento. Temos que ter atenção que não pode ser missão da escola apenas a transmissão de informação e que o acesso à informação não dá por si só garantias da transformação em conhecimento. Existe a necessidade de desenvolver nos alunos autonomia, responsabilidade e espírito crítico.

No entanto, será que a escola estará a perder o seu lugar privilegiado, numa sociedade em constante mutação e estará condenada ao declínio e à morte? De facto, a escola, ao longo da História, passou por imensas crises em que os educadores tiveram que ter capacidade de adaptação. Passa-se o mesmo agora. As novas tecnologias da informação e da comunicação introduziram um universo completamente novo. As crianças antes de entrarem na escola passam milhares de horas frente ao ecrã sob o poder da imagem. Exigem então que a informação esteja ligada ao visual. Se tal não acontecer, poderá gerar-se o tédio, o desinteresse, a apatia. A educação tem que estar ligada à imagem, onde o entretenimento tem lugar cativo.

Cabe ao professor a tarefa de levar aos alunos uma viagem ao conhecimento, onde os alunos são construtores e exploradores activos. Os professores têm então que ensinar aos alunos como avaliar e gerir a informação.

A biblioteca escolar funciona, no entanto, como centro integrador, dando apoio para a função educativa na escola, permitindo a formação nos estudantes de um espírito crítico e aberto. O acesso à informação é essencial para o indivíduo. É função da biblioteca fazer a promoção desse acesso. Neste sentido, a biblioteca escolar funciona como o primeiro recurso de informação que permite acesso ao conhecimento.

O bibliotecário tem um papel essencial na Sociedade da Informação, tendo que desenvolver acções na divulgação e disseminação da informação. As funções do bibliotecário são o tratamento da informação: colher, armazenar, tratar, organizar, recuperar e disseminar as informações. Tem um papel extremamente importante porque dá valor á informação, tratando-a de forma a ser valiosa e útil. O seu trabalho, na biblioteca escolar, tem como contexto o desenvolvimento de relações humanas, o que exige que exista o desenvolvimento de qualidades, competências com uma rigorosa responsabilidade e qualidade. Existe uma necessidade urgente de valorização de atitudes como o trabalho em conjunto, a aprendizagem continua para que tenham capacidade de se adaptar aos constantes desafios da sociedade.

A biblioteca escolar é um organismo essencial no nosso sistema educacional que está inserido, como vimos, na sociedade da informação. O trabalho de professor bibliotecário é importante porque trabalha na construção das condições imprescindíveis que possibilitem aos alunos a aquisição das competências essenciais para serem cidadãos activos e conscientes. Para tal, é necessário que os professores tenham os requisitos necessários para desenvolverem as ferramentas essenciais e que possuam as competências na interpretação das informações para a construção de novos conhecimentos.

A presente pesquisa deste trabalho tem como finalidade estudar a profissionalização do bibliotecário na biblioteca escolar. Pretende-se estudar, a portaria que é para muitos, o culminar de um processo iniciado em 1997 com o lançamento do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares que, ao longo dos últimos 12 anos, procurou dotar as escolas de bibliotecas, através do investimento em instalações, equipamentos e recursos documentação.

Existia há muito uma reivindicação: a institucionalização da função de professor bibliotecário como forma de assegurar uma gestão profissional do acesso e utilização da informação e do conhecimento. Esta portaria veio assim responder a uma necessidade que urgia há muito tempo. Até aqui as bibliotecas eram geridas por professores que não tinham formação específica e com grandes carências científicas e que colmatavam as suas carências através de alguns cursos de curta duração. O Ministério de Educação veio assim reconhecer a necessidade da existência de um professor bibliotecário. Por isso, pensamos que seria vantajoso reflectir quer sobre os pressupostos e opções presentes na referida portaria, quer sobre as implicações que dela resultarão junto das bibliotecas escolares, em geral, e dos professores bibliotecários, em particular. Mas será que esta portaria estabelece realmente uma carreira, exige uma capacitação profissional para aquele que queira ser professor bibliotecário? Que impacto tem a aplicação da referida portaria na designação de professor bibliotecário? Procuraremos assim questionar a forma e os processos que foram seguidos pelas escolas para a implementação dos pressupostos da Portaria 756/2009, de 14 de Julho porque a profissionalização da função professor bibliotecário é fundamental para a potencialização do papel da biblioteca escolar.

Mobilizar a comunidade escolar para a necessidade da valorização da formação profissional e do valor da experiência obtida é a intenção primordial que está na base da implementação da Portaria 756/2009, de 14 de Julho. Constitui-se então a função de professor bibliotecário. Este estudo procura abordar a problemática da sua designação, no contexto escolar e no desenvolvimento das competências inerentes a este profissional. O principal objectivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre os desafios, as competências que são exigidas a este profissional da informação, tendo o foco centrado na biblioteca escolar.

Os docentes vêem-se confrontados com um processo de designação interno ou externo que privilegia professores pertencentes ao quadro, deixando apartados todos aqueles que são contratados, apesar de poderem ter as qualificações necessárias e a experiência de trabalho em bibliotecas escolares.

O presente trabalho pretende assim reflectir sobre o caminho trilhado com a implementação da função de Professor Bibliotecário segundo Portaria 756/2009 de 14 de Julho nas bibliotecas escolares do Concelho de Matosinhos, desde 2009 até 2011.

Este concelho é o local onde a autora exerce funções como docente em Técnicas Documentais a uma turma do Curso Profissional de Técnico de Biblioteca, Arquivo e Documentação, onde pela natureza do seu trabalho, está profundamente envolvida com as bibliotecas escolares de Matosinhos e com os professores bibliotecários e, portanto, possui conhecimentos essenciais para o desenvolvimento deste estudo.

Procuraremos então responder às questões levantadas, procurando reunir os elementos necessários. Na primeira parte, faremos o enquadramento teórico do tema. Pretendemos assim iniciar o estudo com o contexto actual da sociedade da informação. A valorização do conhecimento e da informação, na nossa sociedade, faz com que haja uma maior produção de conhecimento. A posição da biblioteca é então valorizada. Neste capítulo, faremos também um estudo da exclusão digital e das consequências do plano tecnológico.

Abordaremos a importância da biblioteca escolar na sociedade da informação no segundo capítulo. Procuramos também fazer algumas considerações sobre o novo paradigma da educação e o posicionamento da escola na sociedade da educação. Analisa-se ainda o impacto das bibliotecas escolares na aprendizagem.

No terceiro capítulo, estudamos a importância da existência de um profissional da informação na era do conhecimento. Vamos procurar fazer uma ponderação através da compreensão das exigências e demandas que a nossa sociedade actual exige a estes profissionais. Quais são as competências que lhes são exigidas? Analisaremos também o perfil e a formação específica que são exigidos a este profissional.

Analisaremos a RBE, no quarto capítulo, procurando estudar o processo da implantação, objectivos, que contextualizaram a criação da portaria, procurando analisar e reflectir sobre a importância da sua implementação. Pretendemos assim fazer uma análise desta portaria que implementou a construção da função de professor bibliotecário. Como estava transcrito e disponível nas Orientações Pedagógicas, com este decreto procurou-se fazer ” (...) a definição de um procedimento específico para a selecção e afectação de recursos humanos nas escolas, através da criação da função de professor bibliotecário e da definição das regras para a constituição das equipas de bibliotecas escolares “ (Ministério da Educação, 2009, p.1)

Traçado este quadro teórico, na Parte II, descrevemos e analisamos o processo de designação interna e externa do professor bibliotecário nas bibliotecas escolares do Concelho de Matosinhos. Procuramos explicar o modo de abordagem, as questões que orientaram o estudo e a metodologia que escolhemos. Por outro lado, existiu também a preocupação de definir um quadro evolutivo e destacar os elementos que nos pareceram ser mais importantes, tendo em conta a problemática da designação da função de professor bibliotecário,

Na parte final, faremos as reflexões finais decorrentes da análise realizada e destacaremos os aspectos centrais que resultaram do nosso estudo, procurando também as perspetivas as implicações para o futuro.

Desejamos que a profissionalização da função de professor bibliotecário se fortaleça, potencializando a importância da biblioteca escolar na construção do aluno, enquanto cidadão autónomo, consciente e interveniente, tendo a capacidade de gerir a informação ao seu dispor na construção do seu próprio conhecimento.

# **PARTE I – O PROFESSOR BIBLIOTECÁRIO E A BIBLIOTECA ESCOLAR**

## 1. A Sociedade de Informação: Contingências e Fragilidades

*“É este o país que queremos. Um país que não desiste de ninguém. Um país que valoriza o conhecimento e a aprendizagem. Em que a actual geração de activos transmite estes valores às novas gerações.”*

José Sócrates

Para podermos compreender o papel do professor bibliotecário e da biblioteca escolar é necessário primeiramente abordarmos a importância da informação. É imperiosa uma reflexão sobre o surgimento de uma nova época cujo centro está na informação. Este novo período tem as condições para poder ou não edificar uma sociedade assentada no conhecimento. Por outro lado, assistimos também à massificação do acesso à internet, a uma facilitação na aquisição e uso das tecnologias de informação e comunicação que, no seu conjunto, são essenciais para o desenvolvimento da actual sociedade

Gouveia (2007, p.1) mostra que a Sociedade de Informação assenta principalmente nas tecnologias da informação e comunicação. Estas não conseguem transformar a sociedade por si só, mas como vão ser utilizadas por todos, criam as condições necessárias para o aparecimento da Sociedade da Informação. Coelho (2000, p.2) refere que a Sociedade de Informação “... É um produto da criatividade humana que assenta na convergência de três tecnologias digitais: as tecnologias da informação, das comunicações e do poder.” É um movimento que não pode ser contido. Ocorrerá em todos os lugares mais cedo ou mais tarde. Conseguimos identificar os sinais de mudança que alteraram as relações económicas, sociais e políticas no mundo que ocorreram após a Guerra Fria e que mostram que existe uma nova ordem mundial que ainda não está completamente definida (Rocha, 1999, p.1). Borges (2000, p.1) refere que no mundo existe uma palavra de ordem que “cerca, impulsiona, agride e até sufoca o indivíduo”. Essa palavra é a mudança que vai estabelecer uma nova ordem que assenta nas alterações de paradigma a nível económico, cultural, político, tecnológico entre outros. Encontramo-nos na sociedade pós-industrial em que as novas tecnologias poderão auxiliar na resolução de problemas essenciais do ser-humano (Borges, 2000, p.1). Estamos perante uma economia do desenvolvimento baseado no conhecimento (Rocha, 1999, p.2) em que a selecção e tratamento da informação contribuem para o crescimento e para o desenvolvimento. A informação é, por consequente, o elemento base para o

desenvolvimento (Borges, 2000, p.31). As novas tecnologias, mercados e meios de comunicação transformaram o mundo numa grande sociedade: "globalizada e globalizante" (Borges, 2000, p.32), mas o ser-humano continua o mesmo: um ser único, dotado de inteligência, vontade, força, conhecimento para conseguir alcançar os desafios e construir os caminhos do futuro.

Na Sociedade de Informação, as pessoas utilizam, no quotidiano, os seus benefícios (Gouveia, 2007, p.2), como os telemóveis, o multibanco. Coelho (2000, p.2) refere que o grandioso crescimento da internet gera uma ideia de difusão mais rápida e intensa do conhecimento. No entanto, Gouveia, (2007, p.2) afirma que a tecnologia não é o mais importante, mas pode significar um meio para incrementar as relações entre as pessoas e as organizações.

No entendimento de Coelho (2000, p.2), a sociedade de informação pode provocar o aparecimento de expectativas demasiado grandes em muitos sectores do conhecimento pelo crescimento vertiginoso da Internet. A inovação é responsável pelo aparecimento de novas empresas com capacidade criativa e na indústria sente-se também os efeitos da inovação ganhando mais competitividade e produtividade. O Estado, por seu turno, parece estar mais receptivo aos cidadãos através da diminuição da distância entre a administração pública e aqueles que necessitam dos seus serviços graças às tecnologias da informação. A identidade local também sai reforçada porque através da diminuição do conceito de distância, as comunidades locais e regionais têm maior facilidade em aceder ao conhecimento, cultura e saber. Tellaroni e Albino (2005, p.1) afirmam que a sociedade tem passado por múltiplas mudanças que foram surpreendentes, especialmente graças às Tecnologias da Informação e Comunicação, que estão aliadas ao aparecimento de um novo meio de comunicação.

Para Tellaroni e Albino (2004, p.1) as mudanças foram provocadas pelas Tecnologias de Informação com o surgimento de um novo meio de comunicação: os computadores com ligação à internet que modificou a forma como as informações são produzidas e transmitidas. Estamos então, numa nova sociedade, como é mostrada por Tellaroni e Albino (2004, p.1): "A sociedade do século XXI também é conhecida como Sociedade da Informação, Sociedade em Rede, Sociedade Global, Sociedade Tecnológica, Sociedade do Conhecimento, Sociedade Pós-Industrial, Aldeia Global".

Todas estas diferentes noções têm algo em comum: mostram que existiu uma mudança de paradigma pelo aparecimento do computador e da internet. Por conseguinte, a globalização é acentuada por todas as inovações tecnológicas que permitem que as regiões locais tenham condições de fazer parte dos fenómenos globais (mas mantêm as suas características regionais). Ascensão (2006, p.3) refere que a globalização é um facto que não pode ser negado. Os povos saem do seu isolamento para poder fazer parte do global através de uma unificação numa comunidade mundial. É uma fatalidade porque resulta da evolução técnica, da repercussão social e sendo assim: “não tem sentido ser-se contra ou a favor da globalização” (Ascensão, 2006, p.4). A globalização também é fruto de uma política, ou seja, a forma como se globaliza, o caminho da globalização é produto de uma escolha. Ascensão (2006, p.6) conclui: “temos de nos questionar sobre a política de globalização que está a ser seguida” porque os países industrializados colocam grande parte das nações numa posição passiva porque são meros receptores de mão-de-obra e matérias-primas.

A globalização aparentemente é vantajosa porque possibilita a aproximação das civilizações e das pessoas; permite a rápida propagação dos conhecimentos; facilita a racionalização da exploração de recursos naturais e de produção; facilita a melhoria de condições para a formação de pessoas. No entanto, também é responsável pelo agravamento da situação dos países mais pobres; pela perda de identidade dos povos pela imposição de uma uniformização e, também, porque está a ser utilizada como uma forma camuflada de dominação. Perante isto existem duas alternativas, como é afirmado por Ascensão (2006, p.9): a globalização pode ser uma forma de cooperação, ou seja, uma maneira de conseguir estabelecer trocas entre pessoas, países e povos, respeitando as diferenças, promovendo a solidariedade e instituir trocas económicas justas; ou então, existe outra alternativa: a globalização ser apenas uma forma de dominação em que imperam os mais fortes, explorando economicamente os mais fracos e produzindo uma uniformização que empobrece a diversidade do ser-humano.

Todas estas mudanças tecnológicas têm que ser grandemente amparadas por um grande desenvolvimento científico-tecnológico que vai permitir a união entre a Informática, Electrónica e a Comunicação (Tellaroni e Albino, 2004, p.2). Vemos então se esta aproximação entre as tecnologias de informação, os sistemas de comunicação e a evolução das redes integradas forneceram as condições necessárias para a passagem de uma sociedade anteriormente centrada na indústria para ser agora baseada na

informação. Estamos perante uma sociedade que “mudou a dinâmica nas relações que envolvem troca de informações, migrando do meio geográfico (físico) para o meio virtual oferecido pelas redes.” (Tellaroni e Albino, 2004, p.3). Isto provocou alterações na cadeia de poder tradicional, ou seja, o poder está centrado naqueles que controlam as conexões que ligam as redes. De uma maneira ou de outra, parece que tudo está centrado na tecnologia, sendo esta a grande responsável pela modificação da sociedade e dos meios de comunicação. A sociedade é então global pela tecnologia que possibilita as trocas de mercado, culturais e de informação

A internet é o meio preferencial de comunicação. Na década de 1990, deu-se o desenvolvimento da World Wide Web porque estavam reunidas determinadas condições: aumento dos conteúdos e diminuição de custos. Isto permitiu que ocorresse uma “popularização da comunicação mediada por computador” (Tellaroni e Albino, 2004, p.6) e possibilitou a comunicação de massas. Está inevitavelmente ligada a certos tipos de média, como os jornais, a televisão e rádio. No entanto, esta assume um carácter novo: a comunicação e a informação podem ser trabalhadas de uma maneira menos rígida e onde a criatividade impera (Tellaroni e Albino, 2004, p.8). A internet permite que os utilizadores não sejam apenas consumidores passivos, mas também produtores e intervenientes activos, o que aparentemente vai contra a noção de comunicação de massa: “ a comunicação de massa envolve emissor – mensagem – receptor, um processo de sentido unidireccional que, por vezes, recebe o feedback, processo corriqueiro nos veículos online (Tellaroni e Albino, 2004, p.9). A mudança de paradigma surge no processo comunicacional porque, cada vez mais, a comunicação de massa está associada aos meios digitais. No entanto, ainda estamos numa fase inicial quanto a questionarmos a Internet como um veículo de comunicação de massa porque a rede ainda é recente. A informação é um novo factor de produção e o principal bem de consumo. Sendo assim, quem controlar a informação ganha uma superioridade estratégica em diversos sectores e quem não a tenha, não conseguirá reunir condições para conseguir alcançar superioridade.

A informação está associada ao individual e ao efémero, enquanto o conhecimento é o resultado da construção da sociedade, envolvendo valores essenciais como a colaboração, a partilha e a interacção. Gouveia (2007, p.3) argumenta, porém, que “existem autores” para quem as Tecnologias da Informação (TI) têm um papel ideológico para domesticar o pensamento. As Tecnologias da Informação e a

Comunicação podem ser tentadas a instigar novos hábitos e até a estimular determinados comportamentos profissionais e sociais. Temos assim em Portugal, desde 1997, o *Livro Verde para a Sociedade da Informação* e o plano da acção para a Sociedade da Informação. O individuo é a peça central na construção da Sociedade da Informação (Gouveia, 2007, p.5) através do desenvolvimento das suas competências, especialmente aquelas que estão ligadas à informação, comunicação e à obtenção de uma cultura digital. No entanto, Baggio (2000, p.1) afirma. “ O ingresso da humanidade da Era da Informação é um fato, mas ainda apenas para uma parcela da população”.

### **1.1 A Exclusão Digital**

A exclusão digital é um acontecimento extremamente importante e que assume diversas dimensões. Não basta apenas falarmos em desenvolvimento tecnológico. É necessário investir na democratização da informação, divulgação do conhecimento, desenvolvimento de recursos humanos locais. (Miranda e Mendonça, 2006, p.1). É difícil, porém, conseguirmos compreender a dimensão da exclusão digital quando existem múltiplas visões, pontos de vistas, estudos, teorias sobre as razões, soluções, definições e factores que a afectam. A pobreza, hoje em dia, não é apenas a limitação ao acesso a determinadas riquezas materiais, mas também significa a existência de condicionalismos na educação, saúde, habitação, participação social, aos direitos humanos e às tecnologias de informação. (Miranda e Mendonça, 2006, p.2). É imperioso que exista uma democratização do acesso às informações pelas tecnologias de informação, educação e comunicação que são importantes no combate à exclusão digital, à pobreza e ao aumento dos direitos do cidadão. As políticas devem promover o acesso e a formação para o uso da informação. A informação é um bem de todos (Zaniratti, Cubillos e Oliveira, 2007, p.4). A inclusão social dá-se com o desenvolvimento da cidadania que surge com a aprendizagem.

A cidadania “implica um conceito de igualdade”, uma vez que todos que possuem esse *status* são iguais no que diz respeito a direitos e a deveres (Rocha, 2000, p.43). A sociedade que se afirma, a partir do paradigma do conhecimento, tem na educação um papel essencial porque viabiliza o projecto da sociedade do conhecimento e, operacionaliza a formação e o exercício da cidadania. Para conseguirmos garantir a cidadania, temos que primeiramente ter assegurado os direitos de acesso à informação e

à educação através da disponibilização de conhecimentos e das técnicas que darão a todos os trabalhadores as condições necessárias para sobreviverem.

A importância da informação e as novas tecnologias redesenharam as relações de poder entre nações, organizações e indivíduos e a cidadania. O problema da inclusão social não está na disponibilização de instrumentos informáticos, mas no analfabetismo em informação: “ a alfabetização em informação deve criar aprendizes ao longo da vida, pessoas capazes de encontrar, avaliar e usar informação eficazmente para resolver problemas ou tomar decisões” (Zaniratti, Cubillos e Oliveira, 2007, p.8). Entre as competências mais importantes, estão incluídas a capacidade de seleccionar informações, o domínio das metodologias e ferramentas para tratamento dessas informações para conseguir obter resultados eficazes. Surge então a noção de competência informacional (Zaniratti, Cubillos e Oliveira, 2007, p.9) que “abrange as habilidades para reconhecer as necessidades informacionais e localizar, aplicar e criar informação dentro de contextos culturais e sociais”

Coelho (2000, p.2) alude que em Portugal existe uma enorme vontade para o desenvolvimento da Sociedade da Informação. Porquê? Existe a noção que este desenvolvimento trará a “criação de emprego qualificado, no aumento da competitividade das empresas, na melhoria da eficiência e da transparência da administração pública, na diversidade dos meios de entretenimento, no acesso aos cuidados de saúde, na educação, cultura e investigação científica, em suma na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.” Mas, após dez anos da publicação deste artigo será que o desenvolvimento da Sociedade de Informação trouxe isto?

“Portugal está numa fase de transição perante o conjunto de países industrializados para os quais a partilha da informação não está dependente apenas do nível de riqueza nacional (...), mas está sobretudo associada a aspectos de natureza institucional, do contexto regulatório vigente e do nível de sofisticação das competências implementadas” (Heitor, Freitas e Moura, 2007, p.2). A mobilização da sociedade da informação em Portugal está centrada em três aspectos críticos: utilização de redes comuns para acesso e partilha de informação através de comunidade de prática específica associados a instituições do sistema científico e tecnológico (centros tecnológicos, politécnicos, universidades e bibliotecas) e que têm uma influência enorme no processo de aprendizagem colectiva sobre o acesso e partilha de informação:

a dinamização da sociedade assenta no intercâmbio entre entidades de diferentes origens (públicas, privadas) que se conjugam em parcerias, o que exige quadros legais que possam regular a sua existência e desenvolvimento; e o factor tempo que é necessário para amadurecer todo o processo de aprendizagem colectiva. Não nos podemos esquecer de outro importante factor: a capacidade de inovar, fundamental na Sociedade de Informação que tem que estar distribuída por diversas instituições. Isto implica que em Portugal haja uma redistribuição dos incentivos públicos que fomentam a investigação e a formação especializada (Heitor, Freitas e Moura, 2007, p.3).

*Quadro 1 - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN)*

Investigadores (ETI) em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D): total e do sector empresas Equivalente a tempo integral (ETI)		
Tempo	Pessoal em I&D (ETI)	
	Total	Empresas
1999	15.751,6	1.994,3
2001	17.725,1	2.721,9
2003	20.242,0	3.793,9
2005	21.126,3	4.013,6
2007	28.175,9	8.477,0
2008	40.408,0	10.311,5
2009	Pro 45.909,4	Pro 10.841,3
	Fonte: PORDATA Última actualização: 2010-11-24 12:43:42	

Segundo este estudo que abrange o tempo total de exercício efectivo de actividade pelo pessoal, integral ou parcialmente, afecto aos trabalhos de investigação e desenvolvimento em empresas, organizações e instituições cuja actividade principal seja a produção de bens e serviços (para além do ensino superior, podemos ver que existiu um aumento significativo dos investigadores e das empresas que apostam no desenvolvimento na Sociedade de Informação.

O governo apresentou em 2010, a Agenda Digital 2015 (Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, 2010, p.5), que está inserida dentro do Plano Tecnológico. Sua acção está centralizada em cinco áreas de intervenção prioritárias:

1. **Redes de Nova Geração** – Instalação de uma rede de telecomunicações de âmbito nacional, com elevada largura de banda disponível para o utilizador, que potencie a criação de serviços de alto valor acrescentado para os cidadãos e para as empresas, com impacto na eficiência e na promoção da igualdade de oportunidades sociais e económicas.
2. **Melhor Governação** – Garantia de acesso dos cidadãos e das empresas a melhores serviços públicos, em complemento do elevado patamar de disponibilização *online* já alcançado. Identificação e promoção de soluções com impacto na sociedade portuguesa e com elevado potencial de exportação.
3. **Educação de Excelência** – Criação de plataformas em que os diferentes actores da comunidade educativa possam desenvolver e utilizar ferramentas de TIC para ensino e aprendizagem, dinamizando a disponibilização de conteúdos no espaço da língua portuguesa.
4. **Saúde de Proximidade** – Desenvolvimento de plataformas inteligentes que optimizem a prestação de cuidados de saúde de proximidade, gerando soluções exportáveis para outros mercados. Assegurar que a informação de saúde do cidadão está disponível, para o próprio cidadão e para o profissional de saúde que lhe preste serviços, de forma adequada e segura, no local e no instante em que é necessária.

- 5. Mobilidade Inteligente** – Desenvolvimento de soluções tecnológicas de mobilidade e suporte à mobilidade inteligente e à optimização energética, com forte incorporação tecnológica nacional, tendo como base as competências nacionais nas TIC, nas redes inteligentes (*smart grids*) e no conhecimento sobre as tecnologias associadas à mobilidade eléctrica, gerando capacidade de exportação.

O programa da Agenda Digital 2015 para assegurar a concretização da Sociedade da Informação procura promover a digitalização massiva de conteúdos, essencial e vital para a economia baseada no conhecimento. Por outro lado, pretendem promover a inclusão digital e a utilização das TIC para a inclusão social para “ (...) assegurar uma ampla penetração das tecnologias e da economia digital na população e reforçar a cidadania digital, inclusivamente para cidadãos em zonas remotas, níveis baixos educacionais, elevadas idades ou com necessidades especiais (...)” (Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, 2010, p.7). Assenta principalmente na ideia de inovação, diligenciando assim o seu investimento em “ (...) Redes de Nova Geração, no acesso generalizado à banda larga e no desenvolvimento de competências para o seu uso pelos jovens, pelas famílias, pela administração pública e pelas empresas, criando condições para melhorar a disponibilização e a sofisticação dos serviços e das soluções de base tecnológica e para a sua internacionalização e exportação (Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, 2010, p.8). Mas para promover a inclusão digital ainda existe um longo caminho, como podemos ver no seguinte quadro no qual estão descritas as principais medidas a implementar e os prazos de concretização. Destacamos aquelas que nos parecem ser mais importantes para a inclusão digital:

**Quadro 2 - Quadro Síntese das Medidas e Indicadores da Agenda Digital 2015**

Medidas	Prazos	Indicadores/Metas
<b>REDES DE NOVA GERAÇÃO</b>		
Banda larga de Nova Geração ao Alcance de Todos	Rede fixa: final de 2012; rede móvel: final de 2015	<p>Percentagem de municípios com cobertura de rede fixa RNG: 100% em 2012.</p> <p>Cobertura nacional LTE: 100% em 2015.</p> <p>Percentagem de população em municípios rurais com Serviço Público de telecomunicações suportados em Banda Larga RNG e Smart WorkPlaces: 80% em 2013; 100 % em 2015.</p> <p>Percentagem de unidades de Serviços do Estado com acesso a banda larga RNG para cada um das áreas especificadas na agenda digital: 80% em 2013; 100% em 2015.</p>
Serviços baseados nas RNG para desenvolvimento da economia e da sociedade	2011-2015	<p>Disponibilidade de oferta generalizada de serviços residenciais: RNG 2013.</p> <p>Disponibilidade generalizada de serviços internet RNG e multi-terminal: 2013.</p> <p>Operadores com ofertas residenciais e empresariais com aplicações RNG: 100% em 2013.</p> <p>Percentagem de casas infra-estruturadas com serviços de nova geração RNG instalados: 30% em 2013; 60% em 2015.</p> <p>Percentagem de casas com serviço casa inteligente RNG: 5% em 2013 20 % em 2015.</p> <p>Existência de pacotes de serviços empresariais PME tirando partido das RNG: 2012.</p> <p>Percentagem de clientes empresariais PME com aplicações RNG: 20% em 2013; 60% em 2015.</p> <p>Portal de suporte ao desenvolvimento económico das áreas rurais 2013.</p>
Plataformas de Suporte às Empresas	2011-2012	<p>Criação de um leque alargado de empresas que se posicionam na venda e aluguer de módulos e plataformas de eficiência empresarial: 2012.</p> <p>Criação do modelo de agilização da colaboração entre indústria de desenvolvimento de serviços e aplicações e operadores: 2011.</p> <p>Criação de um “Bus” de Serviços WEB: experimental em 2011; em pleno em 2012.</p> <p>Percentagem de empresas utilizadoras do Bus associadas directamente a pólos ou indirectamente através de associações: 100% em 2012.</p>

		Disponibilidade do Portal de ferramentas RNG para serviço <i>business to business</i> (B to B) transversal a toda a economia: 1ª fase de demonstração em 2011; funcionamento pleno 2012.
Desenvolvimento de Competências Industriais TICE e RNG em rede para a Internacionalização	2011-2015	Estabelecimento do modelo integrado de apoios do estado ao desenvolvimento das capacidades de internacionalização das empresas: 2010.  Percentagem do PIB gerado em empresas do Sector: 10% em 2015;  Existência de pelo menos uma empresa estrela internacional ou um ACE em cada subsector RNG, Saúde, Ensino, Governação, Mobilidade: 2013.  Número de empresas estrela ou ACEs criados no sector com projecção internacional: 12 em 2015.
<b>MELHOR GOVERNAÇÃO</b>		
Serviços Públicos Multi-Canal, à nossa Medida	2013	Lançamento do projecto-piloto “Telefone do Cidadão” até 2013(possibilitando, através desse canal, o acesso a serviços de grande procura, sem que o cidadão necessite de conhecer a organização da AP e qual o organismo “certo” para responder à sua questão).
A minha Empresa na Internet	Final de 2012	Disponibilização, através do Portal da Empresa, de funcionalidades que facilitem ao empresário, após escolha do fornecedor pretendido, o acesso aos serviços de configuração da página web da sua empresa, seus conteúdos e motor de pagamentos.
Licenciamento Zero	2011	Disponibilização do balcão electrónico aos municípios, promovendo a sua utilização assistida através da rede de lojas da empresa
Administração Aberta	2012	Disponibilização de um conjunto de dados produzidos pela Administração Pública em áreas onde seja possível, a partir dessa informação, desenvolver serviços com valor acrescentado para cidadão e empresas.
<b>EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA</b>		
Espaços do Aluno, do Docente e do Encarregado de Educação	2011-2012	Disponibilização de espaços pessoais para alunos, docentes e encarregados de educação em 2012
Plataforma Virtual de Aprendizagem	2012	Nº de conteúdos digitais de interesse educativo disponibilizados dirigidos a alunos, docentes, encarregados da educação e gestores escolares. Meta: 10.000 em 2015. Nº de áreas temáticas disponibilizadas. Meta: Todas as áreas disciplinares abrangidas em 2015.
Cadernos de exercícios virtuais	2012	Nº de disciplinas com cadernos de exercícios disponibilizados. Meta: 4 em 2015. Nº de anos de escolaridade com cadernos de exercícios disponibilizados: Meta: todos os anos de escolaridade em 2015
CiberEscola da Língua Portuguesa	2010-2012	Nº de conteúdos disponibilizados. Meta: 5.000 em 2015.

Matrícula e Certificados online	2011	Matrículas Online: Percentagem de matrículas realizadas via Web. Meta: 100% em 2012. Certificados Online: Percentagem de certificados pedidos via Web. Meta: 100% em 2015.
Tutor Virtual da Matemática	2010-2011	Disponibilização de uma plataforma virtual de apoio ao ensino e aprendizagem da matemática em 2012.

Ponte (2009, p. 1) alude para o entusiasmo das crianças portuguesas no entusiasmo que se dá na recepção de todas as novidades e oportunidades que a internet fixa e as plataformas móveis disponibilizam. Mas existe uma diferença em relação aos outros países: “ (...) as crianças usam mais as novas tecnologias do que adultos, e os pais portugueses são dos que menos conhecem o que os seus filhos fazem online (Ponte, 2009, p.1). No entanto, Portugal ainda é um dos países em que existe mais limitações no acesso à internet: as crianças acedem mais à internet na escola do que em casa, mas, por outro lado, são as que têm um maior acesso ao uso de telemóvel (envio de sms e partilha de imagens). Mas existe uma realidade alarmante: “ (...) Portugal é um dos dois únicos países onde a taxa de acesso e uso da Internet é mais elevada nas crianças do que nos adultos (o outro é a Polónia) ” (Ponte, 2009, p.2). Ponte (2009, p.2) argumenta que apesar de existir uma vontade pública de introduzir novas tecnologias na sociedade portuguesa (o “choque tecnológico”) é necessário zelar pela segurança das crianças. Os pais portugueses têm na sua maior parte uma escolaridade baixa, a que se junta uma deficiente inclusão digital das famílias. Portanto, as medidas tecnológicas têm de ser acompanhadas por “(...) medidas de mobilização e de responsabilização de todos os parceiros envolvidos, das instâncias de regulação às escolas, dos produtores de conteúdos aos fornecedores de acesso.” (Ponte, 2009, p.2). Deve-se procurar então fomentar a segurança e uma atitude proactiva de responsabilização cívica, procurando que o Ministério de Educação e o público defendam a necessidade de instituir a educação para os média de modo a evitar que o fosso digital entre gerações e crianças que têm acesso a recursos socioeconómicos se perpetue.

## 1.2 O Plano Tecnológico: Conteúdo Político /Impacto Social Desejado

Como constatamos, é necessário combater a exclusão informacional, assumindo o domínio um papel essencial. Mas isso apenas não basta. A educação assume em Portugal um importante papel. Nesse sentido, fizeram-se várias iniciativas: difusão de computadores e internet nas escolas; “espaços internet” de natureza concelhia, diploma

de competências básicas em tecnologias de informação (Heitor, Freitas e Moura, 2007, p.4), o programa e-escolinha que visa dotar visa garantir o acesso dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico público e privado a computadores portáteis pessoais adequados a este nível de ensino através do Plano Tecnológico. Assume-se como uma forma de mudança da sociedade para a modernização e para reforço da competitividade do país assentando em três pilares fundamentais: o conhecimento (Qualificar os Portugueses para a sociedade do conhecimento), tecnologia (Vencer o Atraso Científico e Tecnológico) e Inovação (Imprimir um novo Impulso à Inovação).

O Plano Tecnológico também se preocupa com a qualificação dos portugueses com programas como o “Novas Oportunidades” e também com a qualificação da administração pública através de reformas e modernização tecnológica. O relatório do Progresso do Plano Tecnológico ( Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, 2009, p.7) refere que as 176 medidas de implementação têm a “ (...) a ambição de afirmar Portugal como um País em rede num quadro de Globalização em rede e como um País capaz de criar e disseminar novas soluções e novos conceitos. “. Salientam-se as seguintes iniciativas do Plano Tecnológico:

- “Portugal foi o país da Europa em que a despesa em I&D representando globalmente, e pela primeira vez, mais de 1,2% do PIB nacional, igualando ou superando os níveis já atingidos por Espanha, Irlanda ou Itália.” (Relatório do Progresso do Plano Tecnológico, 2009, p.7)

- “ O número de investigadores em Portugal duplicou em dez anos, e conta com cerca de 44% de mulheres. Portugal é hoje um dos raros países desenvolvidos em que há quase tantas mulheres como homens a trabalhar em investigação científica. Foram registados cerca de 13.000 investigadores doutorados a trabalhar em centros de I&D (medidos em termos de “equivalente a tempo integral”) em 2007.” (Relatório do Progresso do Plano Tecnológico, 2009, p.8)

- “Forte aumento dos doutoramentos realizados e reconhecidos por Universidades portuguesas, cerca de 1.500 novos doutoramentos por ano, dos quais cerca de metade nas áreas de ciência e tecnológico (...) ” (Relatório do Progresso do Plano Tecnológico, 2009, p.9)

- “O programa “Novas Oportunidades” onde já foram requalificadas ou certificadas competências de mais de 200 000 portugueses e onde outros 800 000 estão a cumprir o seu processo de reconhecimento e validação, numa dinâmica apoiada na acção de cerca de 500 Centros de Novas Oportunidades (...)” (Relatório do Progresso do Plano Tecnológico, 2009, p.10)

- Inverteu-se a tendência decrescente na admissão de alunos ao ensino superior e a entrada de alunos com mais de 23 anos (pela via das provas especiais de acesso) (Relatório do Progresso do Plano Tecnológico, 2009, p.11)

. “ (...) 30% Foi a redução do abandono precoce da escolaridade no ensino básico e secundário. “ (Relatório do Progresso do Plano Tecnológico, 2009, p.11).

- “Mais de um milhão de computadores foram distribuídos no âmbito dos programas e.Escolas e e.Escolinhas a estudantes, docentes e trabalhadores em formação profissional. Um ambicioso Plano Tecnológico da Educação está a fazer das nossas escolas ambientes de aprendizagem de referência na modernidade e na inovação. Portugal tem hoje uma das maiores taxas de penetração de banda larga móvel do mundo e é o País com mais computadores portáteis por mil habitantes.” (Relatório do Progresso do Plano Tecnológico, 2009, p.11)

Portugal em Notícias Rankings e Relatórios (Newsletter 13 de 08 Fevereiro 2011 II Série, p. 1) <sup>1</sup>, foi o país da Europa que nos últimos 5 anos, mais progrediu em matéria de inovação. Segundo o Innovation Union Scoreboard (IUS) 2010 e, também, encontra-se no topo da União Europeia em sofisticação e disponibilidade de serviços públicos online, segundo relatório eGov Benchmark 2010 da Comissão Europeia, assumindo-se, na Europa, como uma referência no Governo Electrónico, com medidas como “Cartão do Cidadão”, a “Empresa Online”, o serviço de “Declarações Electrónicas” de impostos e a “Segurança Social Online” (Newsletter 14 de 17 Março 2011 II Série, p. 1<sup>2</sup>).

---

<sup>1</sup> Disponível em [http://www.planotecnologico.pt/document/Newsletter\\_13\\_IISerie\\_20110208.pdf](http://www.planotecnologico.pt/document/Newsletter_13_IISerie_20110208.pdf)

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.planotecnologico.pt/document/Newsletter14\\_IISerie\\_17032011.pdf](http://www.planotecnologico.pt/document/Newsletter14_IISerie_17032011.pdf)

No Relatório Anual – 2010 (Situação do Mercado de Emprego)<sup>3</sup>, a situação do mercado de trabalho era a seguinte: contabilizavam-se 519 888 pedidos de emprego de desempregados, nos Centros de Emprego. O perfil dos desempregados que se encontravam registados nos ficheiros dos CTE no fim de Dezembro do ano de 2010, corresponde a um grupo de pessoas maioritariamente do sexo feminino (54,1%), pertencentes ao segmento etário 35-54 anos (46,8%), com escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico (50,2%), à procura de novo emprego (92,5%) e cuja inscrição não ultrapassou 1 ano (58,1% (Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2011, p.7). E quais foram as profissões que tiveram maiores ofertas de trabalho? As profissões que mais beneficiaram no que respeita às ofertas de emprego obtidas em 2010, foram: “Pessoal dos serviços, de protecção e segurança”, “Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil e indústria transformadora”, “Outros operários, artífices e trabalhadores similares”, “Trabalhadores qualificados dos serviços e comércio” e “Operários e trabalhadores similares da indústria extractiva e da construção civil”. Estes grupos profissionais atingiram cerca de 58% face ao total.” (Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2011, p. 9) E actividade económica? As actividades económicas que apresentaram maior potencial de emprego ao longo de 2010, foram as “Actividades imobiliárias, administrativas e serviços de apoio”, o “Alojamento, restauração e similares”, o “Comércio por grosso e a retalho”, a “Construção” e a “Administração pública, educação, actividades de saúde e apoio social”, correspondendo a cerca de 62% do total de ofertas obtidas (Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2011, p. 8)

Do que atrás expusemos, podemos retirar algumas notas conclusivas: a Sociedade de Informação promoveu progressos que permitiram a reconfiguração social, política e económica. Mas a Sociedade de Informação trouxe também consigo alguns efeitos nefastos, como o aumento das desigualdades sociais com a inadaptação à utilização das novas tecnologias apesar de existirem diversos projectos e iniciativas para acabar com a exclusão digital. A necessidade de investir na educação para todos pela promoção das tecnologias de informação exige análises e estudos prévios que permitam avaliar as

---

<sup>3</sup> Disponível em:

[http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/RelatoriosAnuais/Documents/2010/Relat%C3%B3rio%20Anual%20Mercado%20de%20Emprego%20-%202010\\_vers%C3%A3o%20final.pdf](http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/RelatoriosAnuais/Documents/2010/Relat%C3%B3rio%20Anual%20Mercado%20de%20Emprego%20-%202010_vers%C3%A3o%20final.pdf)

necessidades locais (Heitor, Freitas e Moura, 2007, p.6). Não existirá uma sólida, forte e eficaz inclusão digital enquanto não se conseguir a igualdade social, económica e informacional que permita a construção de uma sociedade do conhecimento, onde cada um de nós possa possuir as condições para ser cidadão consciente e autónomo.

## 2. A Biblioteca Escolar na Sociedade da Informação

*“Se a educação sozinha não transformar a sociedade,  
sem ela tão pouco a sociedade muda.”*

Paulo Freire

A sociedade actual sofre uma mudança estrutural profunda leva à inclusão da informação na actividade económica. A info-exclusão é uma das maiores ameaças da sociedade da informação. A escola tem assim enormes desafios que vão desde proporcionar meios para a compreensão da sociedade informação, passando pela democratização do acesso às tecnologias da informação e, também, pela promoção da aprendizagem ao longo da vida. É este contexto que faz com o papel da biblioteca escolar seja tão importante, fulcral e decisivo para o futuro de todos nós. Vivemos numa época em que a informação é tão diversa e os suportes que lhe dão acesso são também distintos. A biblioteca escolar pode auxiliar os alunos na sua ânsia por encontrar respostas às suas necessidades de informação e, também, acompanhar o processo de aquisição.

### 2.1 - O Novo Paradigma da Educação

Vivemos actualmente num período onde constantemente se fala em crise: crise económica, crise de valores, crise cultural... O presente é marcada pelo negativismo que é reforçado diariamente por todos os meios de comunicação e, de uma maneira geral, pela sociedade. Segundo os dados do Relatório Nacional da Opinião Pública na União Europeia (Eurobarómetro 74, 2009, p.2), referentes a uma altura em que se tinha aprovado um pacote de apoio da União Europeia e do FMI à Irlanda e à Grécia, “associada a declarações em Outubro do Ministro das Finanças de Portugal, em que afirmava que “com taxas de juro que se aproximem dos sete por cento” Portugal deveria ponderar uma intervenção externa da UE e FMI”. A isto acrescenta-se uma situação económica grave, marcada pelo desemprego e pelas medidas de austeridade aprovadas pelo Programa de Estabilidade e Crescimento. É necessário mostrar a situação que o país atravessa para conseguirmos compreender a opinião pública relativa à situação económica do país, apenas 6 por cento dos portugueses a considera “boa”, enquanto 93

por cento a considera “má” ou “muito má”. Contudo, esta proporção não diverge do padrão. E quanto ao emprego? Apenas 4 por cento dos portugueses consideram esta “boa”, enquanto 96 por cento que a avalia como “má” ou “muito má”. Há assim um pessimismo generalizado que se reflecte na maneira como é encarado o futuro imediato do país: apenas 5 por cento dos portugueses considera que situação económica do país vai melhorar nos próximos 12 meses. Isto condiz perfeitamente, no modo, como os portugueses encaram a situação do emprego no futuro: novamente apenas 6 por cento vêem esta situação com optimismo, contra 65 por cento que esperam uma deterioração. Portanto, a situação nacional está decididamente marcada por um pessimismo e as expectativas quanto ao futuro são inequivocamente negativas: apenas 6 por cento dos inquiridos em Portugal considera que a situação financeira do seu agregado familiar irá melhorar nos próximos 12 meses. De igual modo, apenas 7 por cento dos portugueses considera que a sua situação profissional irá melhorar no próximo ano. Por fim, no que diz respeito à sua vida em geral, apenas 8 por cento dos portugueses estão optimistas em relação ao futuro imediato, uma proporção que é a mais baixa da UE.

E qual será a posição da educação perante esta situação de pessimismo generalizado? Num mundo, marcado pela crise, a educação terá que se ressentir obrigatoriamente. Mas o que é a uma crise? “A concepção de crise aqui tem um sentido negativo, fornece a situação de caos, de perda de significado, de fim.” (Ferreira, 2007, p.1). A crise vai se dar na forma como se pensa a educação. Não é fácil pensar, reflectir sobre a educação numa altura em que somos constantemente bombardeados com novos pensamentos, concepções, ideias, e paradigmas. Ficamos então com a sensação de “falta de ancoradouro e de explicações totalizantes até então consideradas capazes de serem obtidas” (Ferreira, 2007, p.1).

O nosso mundo nunca foi encarado e olhado sempre da mesma maneira pelos nossos antepassados. Houve um tempo em que considerámos que a Terra era o centro do Universo e Homem como o ser supremo de toda a criação. Faz parte do conhecimento comum que a Terra não é o centro do universo e que o ser-humano compartilha com todos os seres a mesma natureza. Tudo isto foi graças aos avanços da ciência e da tecnologia que nos permitiram repensar e reflectir sobre tudo isto. A isto chama-se “metamorfose, ruptura, revolução, são, em conjunto sinónimo de mudança de paradigma, aquilo que provoca a reorganização de todo o sistema de pensamento

anterior, neste caso sobre o destino do Homem” (Sousa e Fino, 2008, p.1). Assistimos agora a uma desenrolar de acontecimentos a um ritmo acelerado: as tecnologias de informação e comunicação, a internet. Habitamo-nos a viver em constante mudança, onde o que hoje é novidade, amanhã não será. Aquilo que nos é dado como seguro, de um momento para o outro, passa a ser incerto. Somos obrigados a viver assim em constante mudança que altera a visão da sociedade, a maneira como nós próprios nos vemos e até as instituições mais importantes, como a escola são afectadas. Mas para compreendermos o presente é necessário recuarmos até um passado que não nos é assim tão distante.

A escola pública surgiu para suprir uma necessidade de formação que se começou a fazer sentir com a Revolução Industrial. Era uma altura caracterizada pelos “baixos salários que obrigavam a que famílias inteiras se empregassem nas fábricas a troco de remunerações irrisórias, juntavam-se ritmos de trabalho desumanos (...), a insalubridade dos locais e de acidentes (...) (Sousa e Fino, 2008, p.2). “ No início levantaram-se pessoas contra a educação das classes inferiores por receio de revolta social. No entanto, isto foi superado pelo facto de existir um aumento de produtividade e uma pacificação social que suplantava os custos financeiros da medida. Foi assim instituída a escola primária para todos. Existia a possibilidade de os adultos poderem aceder à escola porque criou-se a necessidade de formar profissionais com competências que já não podiam ser dadas apenas pela igreja ou pelas famílias. E esta formação só podia ser dada pela escola. Começava o ensino em massa (Sousa e Fino, 2008, p.3), o qual tem características muito próprias: papel autoritário do professor, falta de individualismo, normas inflexíveis de classes e de lugares. Era uma aprendizagem tradicionalista em que o professor era o centro de todo o processo e cabia ao aluno um papel passivo porque o ensino era essencialmente memorização e reprodução de saber. O aluno era uma espécie de lata vazia que era cheia pelo professor através de conteúdo. Depois da avaliação, era esvaziada para ser novamente preenchida (Sousa et al, 2006, p.1).

Esta situação manteve-se cristalizada e inalterada enquanto se mantinha a sociedade industrial com o seu sistema produtivo e a sua forma de gerir a sociedade. Esta estabilidade começou a tremer no desenrolar do século XX com a Guerra Fria e com a corrida espacial que fez com que algo acontecesse na relação entre a sociedade e a escola, ou seja, o velho sistema que tinha perdurado durante dois séculos estava a entrar

em falência. Sendo assim, iniciaram-se projectos para melhorar a formação de docentes, a avaliação escolar e até se implementou um sistema burocrático de avaliação: a pedagogia por objectivos (Sousa e Fino, 2008, p.6).

A tecnologia faz com que o futuro seja indeterminado. Isto abala os fundamentos do paradigma fabril (Fino, 2001, p.4). Por outro lado, os laços que uniam a escola à sociedade vão perdendo, cada vez mais, a sua força. Aumenta assim a distância entre esta instituição e a realidade real e autêntica: “ (...) vai perdendo a guerra contra a iliteracia, batalha após batalha, de instância em instância até nem a Universidade ser reduto seguro (...) ” (Fino, 2001, p.4).

A sociedade industrial deu passagem para uma nova organização social e económica que ainda está em construção. Nesta passagem, a escola fica marcada pela crise que se dá com a perda de ligação e de solidez entre a escola e o desenvolvimento económico e social. A escola não é agora o único lugar de produção de conhecimento e não tem capacidade de acompanhar o ritmo de informação que a ciência actualmente requer. Perdeu assim o seu lugar e “deixou de servir, como servia no passado “(Sousa e Fino, 2008, p.8). Servirá “para preparar para a universidade? Para atenuar a pressão dos jovens no mercado de emprego, esse bem cada vez mais difícil de obter? Para servir de estação de trânsito antes de começar a verdadeira vida?” Fino (2001, p.4) afirma que a nossa sociedade não pode esperar por uma instituição que tem que mudar de paradigma. A escola actual tem funções que vão além do ensino, como “servir de depósito onde as famílias colocam os filhos enquanto os pais trabalham, ou de local onde os jovens vegetam o máximo tempo possível antes de engrossarem a pressão dos que batem à porta das universidade ou do primeiro emprego (...) ”. A escola está irremediavelmente ferida, na opinião de Fino (2001, p.4) e se não tem condições para garantir a preparação dos alunos no presente, como será o futuro? Pensa então que talvez o futuro não necessite deste tipo de educação formal e institucional que só tem o objectivo de reproduzir uma cultura estandardizada e imposta a todos por igual. Fino então conclui “A Humanidade foi capaz de sobreviver milénios sem precisar de uma escola de massas, controlada pelo Estado. Talvez, no futuro, reaprenda a prosseguir sem ela.”

A escola serve fundamentalmente para garantir a autonomia dos jovens para que eles possam aprender a aprender. Devemos acabar com a passividade que está conectado ao

conceito de aluno e torná-lo num sujeito activo, que aprende e se transforma. E isto está dependente de uma mudança de paradigma. Estrada (2004, p.2) refere que a noção de paradigma tem que ser distinguida a três níveis diferentes. Para a sociologia, “paradigma é a estrutura absoluta de pressupostos que alicerça uma comunidade científica” enquanto para a epistemologia “é esquema de pensamento para a explicação e compreensão da realidade” e, finalmente, para a metafísica “é uma determinação mais ampla e difusa que a teoria”.

No entanto, como é argumentado por Sousa e Fino (2008, p.9) o paradigma fabril caiu e é imperioso a construção de um novo paradigma. É necessário que ele seja pensado, reflectido porque há muito tempo que o “génio humano tem vindo a construir os materiais a partir dos quais novo paradigma educacional cristalizará.”

A sociedade pós-industrial exige uma forma de educação diferente em que a tecnologia tem uma enorme influência. A tecnologia é fundamental na construção do novo paradigma educativo porque será um elo entre alunos e comunidade; podendo auxiliar na descoberta e na investigação e acabar com a noção de aprendizagem dentro da sala de aula e fora da escola. O professor tem o papel de procurar encontrar as diferenças entre os paradigmas para conseguir compreender as diversas alterações que o sistema educativo enfrentou ao longo da história. Tem assim que analisar as diferentes teorias, informações para conseguir formular uma base de conhecimentos que fundamentem a sua prática pedagógica.

Segundo o Paradigma de Educação (Ferreira, 2007, p.7) educação é a “interacção entre sujeitos (...)” autónomos através da linguagem. Enfim, educar é “interagir, conhecer juntos, constitui-se sujeito social e politicamente emancipado.” E o espaço formal da Educação tem que ser a escola, que constitui o ponto fulcral para a produção de conhecimentos e onde se fomenta o pluralismo cultural. Enquanto a aula não se limita a ser apenas a sala de aula, podendo ser em qualquer lugar desde que fomente a produção de saber. E o professor? É aquele que se dedica à produção do seu próprio conhecimento que vai ser o seu fundamento pedagógico através da pesquisa. Tem que portanto procurar fazer uma constante reflexão sobre a qual irá alicerçar a base da sua pedagogia. A reflexão está baseada numa intensa pesquisa. (Ferreira, 2007, p.8).

As tecnologias auxiliam o professor. Têm um papel essencial porque possibilitam a renovação dos recursos materiais e intelectuais. Os professores não estão apenas limitados aos livros. Agora têm ao seu dispor outras ferramentas pedagógicas através dos meios electrónicos. As editoras, desta maneira, desenvolveram material didáctico que envolvem a utilização de computadores e a internet (Franco, 2008, p.181). No entanto, o computador nunca conseguirá assumir o papel do professor. Permite a melhor rentabilização do tempo deste profissional que poderá agora dedicar-se aos alunos que têm mais dificuldades.

A utilização de tecnologias de informação corresponde a dois momentos que ainda estão em vigor. O primeiro momento corresponde ao aparecimento do computador pessoal e o segundo consiste no desenvolvimento da world wide web. (Mello, 2001, p.1). No segundo momento, assistimos a uma enorme mudança na “maneira como o conhecimento é produzido, organizado, compartilhado e disseminado.” A introdução de softwares educativos permite encaminhar os alunos na construção de conhecimentos a partir de hipóteses ou dados existentes que é potenciado com o advento da rede mundial de computadores. Mas as tecnologias não se coadunam com o paradigma tradicional. Implica a introdução de um novo paradigma. Mas o professor e a escola não estão preparados (Mello, 2001, p.3). A solução passa pela formação dos professores em novas tecnologias para que estes possam aprender a aprender, valorizando os conhecimentos da sua especialidade de maneira a que possuam as condições para construir conhecimentos de uma maneira inovadora e activa.

No entanto, os docentes foram formados ainda segundo as premissas do antigo paradigma, onde assimilaram diversas regras, teorias e ideias que actualmente não se coadunam com as necessidades actuais da educação (Santos, 2008, p.5). Privilegiava-se um conhecimento que estava estilhaçado disciplinarmente, desligados da realidade dos alunos, onde se exigia a repetição e a reprodução de modelos de saber. O papel do professor era apenas de transmissão, sendo o único guardião do saber. Cabia apenas ao aluno ser passivo e condicionado, reproduzindo fielmente aquilo que lhe era transmitido. Apesar de existirem alguns avanços, algumas instituições e alguns profissionais ainda estão marcadas por estas ideias. “Torna-se então necessário uma nova maneira de conceber e agir na educação” (Santos, 2008, p.7). É imperioso a aplicação de um novo paradigma onde o conhecimento é fruto de uma construção, onde

se valoriza o saber dos educandos e o professor perde o seu lugar central para passar a ser um membro activo de uma relação aberta e dialógica. O aluno tem que aprender a aprender, conseguindo reflectir e pensar criticamente para poder ser autónomo e responsável.

---

*Quadro 3 - Papel do Professor no Antigo Paradigma e na Nova Sociedade da Informação*

---

No velho paradigma...	No novo paradigma...
O professor é leitor, lente (do latim leccio, leccionar). Houve a época em que o professor apenas lia a matéria do dia, talvez até discorresse sobre um ou outro ponto, e marcava as avaliações sobre o assunto. Mesmo tendo evoluído em relação a tal prática, ainda vemos em nossa década aulas muito expositivas, em que o conteúdo é quase "lido" para os alunos.	O professor é orientador do estudo. Um novo perfil de professor é delineado: ele é aquele que orienta o processo da aprendizagem e, ao invés de pesquisar pelo aluno, ele o estimula a querer saber mais, desperta a sua curiosidade sobre as questões das diversas disciplinas e encontra formas de motivá-lo e de tornar o estudo uma tarefa cada vez mais interessante
O aluno é um receptor passivo, que ouve as explicações do professor – aquele que sabe muito mais do que ele - e vai tacteando em busca daquilo que acredita que o professor deve desejar que ele aprenda, diga, pense ou escreva	O aluno é o agente da aprendizagem, tornando-se um estudioso autónomo, capaz de buscar por si mesmo os conhecimentos, formar seus próprios conceitos e opiniões, responsável pelo próprio crescimento
Sala de aula: ambiente de escuta e recepção, onde o ideal é que ninguém converse, todos fiquem atentos para saber repetir posteriormente o que o professor explicou.	Sala de aula: ambiente de cooperação e construção em que, embora se conheçam as individualidades, ninguém fica isolado e todos desejam partilhar o conhecimento.
A experiência passa do professor para o aluno: o aluno aprende o que o professor já sabe, já pesquisou	Troca de experiências entre aluno/aluno e professor/aluno: orientador e orientando aprendem juntos.
O aluno aprende e estuda por obrigação, por pressão da própria escola, por medo de notas	O aluno aprende e estuda por motivação. As coisas são degustadas, saboreadas internamente,

baixas, por ansiedade de não ir para a recuperação durante as férias...	e existe grande prazer na busca dos novos conhecimentos. Aprender é crescer
Conteúdos curriculares fixos, numa estrutura rígida que não prevêem brechas nem modificações.	Conteúdos curriculares atendem a uma estrutura flexível e aberta, em que cada aluno pode traçar os próprios caminhos
Tecnologia: desvinculada do contexto. Um retroprojector ou um projector de slides são usados como instrumentos esporádicos para tornar determinado assunto mais agradável. Às vezes o professor não sabe utilizá-los e é comum que não funcionem, atrasando a aula e irritando a todos!	Tecnologia: está dentro do contexto, como meio, instrumento incorporado. A televisão, o computador e a conexão em rede passam a ser excelentes meios pelos quais diferentes conhecimentos chegam à sala de aula. O visual é atraente, e vem acompanhado de som. As possibilidades abertas são infinitas.
Tecnologia: ameaça para o homem. O professor teme ser substituído por um computador com o qual ele não pode competir. A escola tenta evitar uma sociedade em que os homens valham menos do que as máquinas, e a tecnologia passe a ser o centro do universo.	Tecnologia: instrumento a serviço do homem. O professor utiliza a tecnologia como recurso para estimular a aprendizagem. A escola tenta formar uma sociedade em que o homem seja o centro e utilize a tecnologia a serviço do Bem de todos.
Os recursos tecnológicos são manipulados pelo professor, que prepara anteriormente o que vai usar e comanda projecções de slides, apresentações de transparências...	Os recursos tecnológicos são manipulados pelo professor e pelos alunos; idealmente, cada um tem acesso ao computador e aluno e professor trocam ideias e conhecimentos.
A escola é uma ilha. Comunica-se com as famílias só quando necessário. Raramente se abre à comunidade (talvez numa festa de S. João...); quase nunca participa dos problemas do bairro em que se insere. Compõe sua biblioteca com os livros que tem ao alcance e se isola de tudo, buscando o seu padrão de excelência académica com os próprios recursos	A escola é um espaço aberto e conectado com o mundo. Os alunos têm contacto com a comunidade, partilham experiências com colegas de outras escolas. A Internet expande os horizontes através dos fóruns de debates, das trocas de conhecimentos, da visitação de culturas diferentes, da construção de trabalhos conjuntos e da navegação sem fronteiras.
Fonte: Ramal (1997, p.1)	

No entanto, existem algumas desigualdades no acesso às tecnologias de informação. É vital, cada vez mais, favorecer a ligação das escolas à internet procurando que alunos e professores consigam aproveitar todas as suas potencialidades. Algumas escolas ainda têm um acesso limitado a computadores e à internet e, por outro lado, só algumas áreas as utilizam. (Franco, 2008, p.184). As novas tecnologias também causaram outro problema: o excesso de informação. A escola deixa de ser a única detentora de informação e tem que preparar os alunos para estes conseguirem fazer a selecção. Existem alunos que não têm possibilidade de ter computador, nem internet nas suas residências. Por isso, a escola deverá fomentar a utilização do computador.

E os alunos? O que esperam eles da escola? Os alunos procuram na escola algo muito simples: querem ter um documento legal que possibilite a entrada no mercado de trabalho o mais rapidamente possível (Martinazzo, 2009, p.8). Eles sentem-se sufocados por um mercado cada vez mais competitivo e instável pela necessidade de sobrevivência, procuram na escola uma aprendizagem que lhes faculte a aquisição de um lugar no mundo de trabalho.

A escola tem então uma enorme responsabilidade actualmente. É responsável por ter de garantir a aquisição dos conhecimentos básicos e necessários para a empregabilidade dos seus alunos de acordo com as necessidades do mercado. Têm que ser capazes de preparar estes futuros profissionais (Martinazzo, 2009, p.8). Qual é então o lugar da escola? Qual deverá ser o seu principal objectivo? Qual o seu futuro? Por que os alunos frequentam esta instituição? Será que a necessidade das empresas e empregadores requerem uma certificação e dos alunos precisarem de obter esta exigência será aquilo que assegura a existência da escola? Se esta for a resposta, ou seja, se a escola apenas existir para o desenvolvimento de competências profissionais, tem que ser repensado todo o sistema pedagógico e formativo. A obtenção de um diploma deveria ser o culminar da aquisição de conhecimentos vitais, essenciais e necessários para a vida e, não se limitar apenas, a uma exigência legal que possibilita o ingresso numa profissão. (Martinazzo, 2009, p.9). A formação para toda a vida é uma necessidade na sociedade actual.

Durante muito tempo, a formação para toda a vida era algo muito reduzido e limitado a algumas profissões. As novas tecnologias, nos anos 80 e 90, limitavam-se a alguns

cursos profissionais e a aquisição de um computador pessoal era algo raro. Deu-se um desenvolvimento que possibilitou o acesso ao computador e à internet a muitas pessoas, mas a constante actualização que esta tecnologia exige faz com que nem todos a possam utilizar convenientemente (Franco, 2007, p.187). Apesar disto, nos últimos anos, em Portugal assistimos a um grande desenvolvimento das novas tecnologias em que pessoas de todas as idades querem aproveitar todas as suas potencialidades. A utilização da internet permite conseguir ultrapassar as diferenças regionais entre o interior e o litoral do país. Quanto às diferenças económicas que ainda persistem, estas tendem a ser reduzidas com o custo cada vez menor. (Franco, 2007, p.188). Com isto, as novas tecnologias podem verdadeiramente facultar um desenvolvimento pessoal porque estas estimulam os seus utilizadores a procurarem obter um maior e mais rico conhecimento, podendo, desta maneira, ser uma fonte para a educação ao longo da vida.

A sociedade actual exige um novo paradigma no qual o conhecimento é construído e partilhado por todos. São procurados e valorizados novos caminhos de aprendizagem, onde a criatividade é enaltecida. Não existe apenas uma única maneira de ensinar e de aprender. O saber é construído através da comunhão de experiências, de visões e de conteúdos.

### **2.3 Posicionamento da Escola na Sociedade da Educação**

A informação está presente em todo o lado. Antigamente era algo raro, precioso e escasso. Agora é imensa, fluente, mas também é delicada e volátil porque sofre de uma constante desactualização (Alves e Coutinho, 2010, p.206). Na sociedade do conhecimento, temos ao nosso dispor novas formas de aprender, diferente dos modelos tradicionais: podemos aprender nos mais diversos lugares, sejam estes formais ou informais. A aprendizagem não se limita apenas à escolaridade obrigatória, mas é uma exigência para toda a vida num mundo altamente competitivo e feroz, onde os conhecimentos rapidamente se tornam obsoletos e inúteis.

O conhecimento é algo vital, essencial. É um instrumento para conseguir superar as desigualdades da nossa sociedade e para a promoção de emprego qualificado. Os países para conseguirem manter a sua soberania e autonomia necessitam de valorizar a importância do conhecimento, da educação e do desenvolvimento científico-tecnológico. A tecnologia não é um luxo, mas uma necessidade para sociedade. E a

escola não poderá ter uma posição distante desta necessidade básica e urgente (Garção e Andrade, 2009, p.315).

Santo (2005, p.1) argumenta que actualmente somos bombardeados diariamente por uma grande quantidade de estímulos proveniente da televisão, jogos de computador, da navegação da internet. Encontramos assim crianças e jovens agitados, desassossegados nas carteiras, sempre a falar, irrequietos. Não conseguem concentrar-se no discurso e nas palavras sem sentido do professor. Porquê? Porque essas palavras” (...) não têm a importância emocional que todos aqueles estímulos e, muito menos, se desenvolvem com a velocidade requerida pelas mentes ansiosas dos alunos “ (Santos, 2005, p.1).

Vivemos num mundo em constante mudança, num ritmo frenético e inabalável, onde existe sempre constantes mudanças e novidades. Parece impossível ao ser-humano comum conseguir adaptar-se e ter uma resposta pronta a todo este movimento. Adaptar-se já não é suficiente. É necessário ir mais longe: compreender as mudanças, saber reflectir sobre o que está acontecer para existirem as condições necessárias para a formulação de decisões sobre o que se passa à nossa volta. E a escola? O que pode fazer para auxiliar? Garção e Andrade (2009, p.317) referem que: “Esse é o papel do processo educativo, fazer que o individuo se aproprie do conhecimento partindo de uma reflexão crítica e com autoridade perceptiva para decidir quando e como utilizar esses conhecimentos (...) ”. O aluno vive numa época de hiper velocidade, onde quem não tem habilitação para possuir a carta de condução para poder frequentar a auto-estrada da informação, fica excluído e isolado.

A escola foi uma resposta no século XVIII ao excesso de informação resultante da invenção da imprensa de Gutenberg (Escola, 2008, p.347). Durante 200 anos manteve este modelo de funcionamento porque não apareceu nada que ameaçasse esta estrutura. A nossa sociedade é imensamente frágil porque não tem nenhum sistema de controlo da informação, sofrendo uma espécie de SIDA cultural: Síndrome de Deficiência Anti – Informação, ou seja, não tem bases para conseguir lidar com a abundância da informação.

A tecnologia sempre existiu ao longo da história da humanidade. Podemos ver tecnologia nos mais simples objectos, como um garfo, um barco ou até às mais complexas operações, como a dessalinização da água do mar. Garção e Andrade (2009, p.319) mostram que a tecnologia nasce de uma simples necessidade humana , tornando-

se vital e essencial para a sociedade humana, “quando as informações são transformadas em conhecimento”. Só a escola tem condições para operar esta transformação e, para tal, tem que adoptar uma nova posição perante as tecnologias que modificam e determinam os ritmos da vida de cada um de nós. Estamos num mundo desenvolvido, onde não existem limites de acesso à informação, mas isso não significa que sejamos capazes de transformá-la em conhecimento. A escola tem o importante papel de auxiliar na transformação da informação em conhecimento.

No entanto, a escola continua a tentar encontrar uma posição de equilíbrio para que continue a ser um lugar privilegiado de ensino e da aprendizagem (Escola, 2008, p.348). O grande problema não é a acessibilidade da informação, mas antes o excesso, a grande quantidade. O que fazer perante isto? O excesso de informação significa simplesmente lixo porque não traz as respostas necessárias às questões básicas do ser-humano. Calixto (1996, p.23) refere também o problema da abundância da informação: “[o]s nossos tempos são bem a era da informação e os maiores problemas de quem lida com ela estão longe de ser a escassez, bem pelo contrário, são como escolher, organizar, sistematizar e tornar acessíveis milhões de dados que diariamente são produzidos em todo o mundo”. Como poderá a escola conseguir transformar este caos desorganizado e emaranhado de informação em conhecimento? Escola (2008, p.350) alude que isto só será possível através da constatação de que a escola não se limita a apenas a transmitir conhecimentos, de que o acesso à informação não significa a aquisição de conhecimentos. Existe a necessidade de desenvolver alunos autónomos e responsáveis. Caberá à escola inventar novos caminhos, novas responsabilidades que respondam às demandas da nascente sociedade (Escola, 2008, p. 349).

O mundo desenvolvido pretende ter indivíduos capazes de raciocinarem criticamente, e ao mesmo tempo, conseguirem reflectir e assumirem decisões adequadas. O aluno não pode ser um ser passivo, ou seja, um depósito de conteúdos transmitidos pelo professor (Garção e Andrade, 2009, p.322). Mas deverá ser capaz de transformar essa informação em conhecimentos. Para isso “ (...) é preciso qualificar, filtrar e seleccionar, para então chegar-se ao objectivo principal do processo educacional que é a construção do conhecimento” (Garção e Andrade, 2009, p.322). Podemos dizer que uma das competências básicas da escola é desenvolver nos alunos a capacidade de ler uma fonte de informação. Porém isto não basta, como é referido por Dolabella (2008, p.1). O aluno tem que conseguir fazer a identificação do texto, mas também deve conhecer as

particularidades do veículo onde é produzida e transmitida a mensagem (pode ser uma publicação científica, um texto de blog, um programa de televisão,) e compreender a identidade dos interlocutores e a intencionalidade da mensagem. O educador, professor é responsável por desenvolver nos seus alunos estas competências de “gerir” a informação. Dollabella (2008, p.2) conclui então: “ Fazer escolhas, seleccionar, colocar em acção e então reflectir sobre os resultados e redireccionar essa acção, isso sim é conhecimento, não mais informação”.

Não nos podemos esquecer que estes alunos antes de entrarem na escola passaram milhares de horas frente à televisão e, muitos, têm acesso à internet em casa (Escola, 2008, p.354). Logo, quando entram na escola, sentem necessidade que aquela informação se converta em algo interessante e apelativo, como imagem e som. Pois, caso isso não aconteça, certamente irá ser gerar nas crianças o desinteresse e a apatia. Escola (2008, p.355) mostra que existem duas grandes evidências. A primeira é a constatação da iconosfera na aprendizagem, ou seja, em todo o sistema educativo, desde a pré primária até ao ensino universitário estão presentes estímulos visuais. A segunda diz respeito ao papel do entretenimento na aprendizagem. Podemos ver então como as novas tecnologias de informação confirmam a ideia de um ensino baseado em imagens, onde o entretenimento tem um lugar central na aprendizagem.

Fino (2009, p.5) mostra que a escola sempre procurou incorporar as tecnologias da modernidade. Nos anos sessenta e setenta, a escola utilizou os meios audiovisuais (televisão, cinema) na aprendizagem, mas funcionavam apenas como meros auxiliares de ensino e a sua utilização não significou uma mudança do funcionamento desta instituição. A sua exploração não trazia nada de novo e, funcionava de acordo com o discurso do professor, como quando este utilizava a voz apoiado no quadro de giz. Para Fino (2009, p.6) a incorporação de computadores no ensino são máquinas de distribuição de conteúdos, como se vê no caso das plataformas de e-learning que funcionam para este autor como prolongamento electrónico da escola tradicional. Opinião contrária tem Gadotti (2000, p.7) que vê a educação à distância como um bem colectivo que não deve ser regulamentado pelo Estado. Para este autor, as novas tecnologias criaram novos espaços de conhecimento, além da escola, como a empresa, a casa em que as pessoas podem aceder ao ciberespaço e à educação à distância. Surgem assim novas oportunidades para os educadores. O ciberespaço significa que não existem limitações de tempo, nem de lugar. A informação está sempre presente e em renovação

constante, ou seja, não existe um tempo e espaço específicos e determinados para a aprendizagem

O professor e o computador podem transmitir factos, acontecimentos. O computador pode ser encarado como um recurso didáctico, uma forma de auxiliar a aprendizagem, permitindo que a escola possa ser realmente capaz de operar transformações nos alunos que necessitam de ter uma visão diferente, um modo de estar na vida. Esta tecnologia tem uma maior projecção que os outros recursos. Porquê? Garção e Andrade (2009, p.322) mostram que o computador consegue criar uma necessidade de exploração, que, aliada a outras características, como a animação, faz com que tenha uma grande capacidade de utilização na aprendizagem. Esta “máquina” tem também algo de fascinante: a sua capacidade de conseguir captar a curiosidade do aluno. Cabe à escola utilizar este serviço de uma forma didáctica, organizada, divertida e funcional. No entanto, “é assustador pensar que necessitamos de algo como o computador para tornar a escola mais interessante” (Garção e Andrade, 2009, p.323).

Porém, na sociedade da informação não podemos esquecer-nos de algo extremamente importante e essencial no ser-humano: a afectividade. Vivemos numa sociedade da comunicação em que temos todos os meios e formas para dialogar, mas não comunica, como é referido por Dolabella (2008, p.3). Comunicar verdadeiramente é algo exigente que requer dedicação, empenho, tempo e assumir compromissos. Preferimos, por exemplo, falar por correio electrónico a comunicar pessoalmente ou mesmo telefonar. É preciso portanto estimular o afecto na aprendizagem que passa pela interacção com o outro, ou seja, a capacidade de conseguir vislumbrar o outro como interlocutor acolhedor, mediador, guia, orientador. E quem é o responsável por isso? O professor que deve criar condições para existir interacção oral dialogada na escola: desenvolver o trocar de ideias, o saber falar e ouvir, o saber discordar sem ofender,... Segundo Dolabella (2008, 4) os melhores resultados escolares obtêm-se nos alunos que “têm o canal de afectividade/oralidade ligado ao canal da cognição/construção”.

É neste mundo de constantes transformações que a escola tem que se adaptar. Alves e Coutinho (2010, p.207) mostram que a escola tem que repensar a sua missão que deverá ser “constituir uma comunidade de aprendizagem”, onde todos se devem centralizar num objectivo muito claro: a formação de cidadãos para integrarem num mundo competitivo, que valoriza a inovação e a criatividade. Estamos agora perante a chamada

geração Net que revela um aluno diferente e exigente, que requer uma posição diferente da escola. A escola, como nos diz Gadotti (2000, p.8) servirá como bússola para orientar o aluno num mar tempestuoso repleto de inovações e conhecimentos, onde os que não estão preparados afogam-se irremediavelmente. Cabe à escola ser um centro de inovação (Gadotti, 2000, p.8), construir um projecto e fazer o seu próprio planeamento e construir a sua reestruturação curricular. Gadotti refere então que (2000, p.8): “Inovar é mais importante do que reproduzir o que existe. A matéria-prima da escola é a sua visão do futuro”.

A internet possibilita aparentemente imensos e inesgotáveis recursos educativos, fazendo parte do quotidiano de todos. Possibilita a oportunidade de os alunos poderem aceder a diferentes meios de aprendizagem, a fontes de informação e recursos multimédia que de outro modo não seriam facilmente acessíveis. Podemos ver a sua influência na educação, especialmente na educação à distância (Alves e Coutinho, 2010, p.208). A aprendizagem pode ser possível em vários lugares, ao mesmo tempo, online e off-line, e on/off-line. O ensino à distância pode ainda beneficiar com a capacidade de a Web permitir a comunicação à distância e a criação de grupos de aprendizagem. Por outro lado, a tradicional educação presencial pode também usar as benesses de algumas tecnologias, recursos e funções da Web.

A informação agora também é produzida e partilhada socialmente. Os alunos podem então escolher entre fazer um estudo individual ou em colaboração (em grupo ou em rede). O estudo em comunidade consegue criar as condições para a formação de conhecimento porque ao possibilitar um estudo colaborativo e partilhado, permite o desenvolvimento pessoal e profissional que são essenciais nesta sociedade (Alves e Coutinho, 2010, p.208). No entanto, são apontadas diversas fragilidades da internet: a quantidade imensa e caótica de informação, e, muitas vezes, existem opiniões diversas apesar dos factos aparentemente serem objectivos.

Uma das vantagens da utilização da internet é a possibilidade de quebrar barreiras entre a escola e a comunidade em volta através do estabelecimento de comunicação entre professores, entre alunos, entre os encarregados de educação, ou seja, entre toda a comunidade escolar (Alves e Coutinho, 2010, p.210). Para tal, existem diversas ferramentas que possibilitam a comunicação síncrona, como o chat, a vídeo-conferência. Este tipo de tecnologia é caracterizado por conversas espontâneas e

directas. Por outro lado, também existem as ferramentas de comunicação assíncronas, como o e-mail, newsgroups, facebook,... que pelas sua natureza permitem uma aprendizagem mais consistente e sólida.

Não nos podemos esquecer também de algo muito importante que é a possibilidade da Web possibilitar a pesquisa para professores e alunos (Alves e Coutinho, 2010, p.211). Estes têm agora um manancial de informação e de comunicação, dentro e fora da sala de aula, onde todos participam e partilham activamente os seus trabalhos e pesquisas. Porquê? Porque “è fascinante, criativo, cheio de novidades e de avanços.”.

Estamos perante uma nova geração de serviços da internet, a que se intitula a Web 2.0. que é diferente da primeira geração que era caracterizada essencialmente pela disponibilização de uma enorme quantidade de informação em que o utilizador tinha um papel passivo, não podendo alterar ou modificar o conteúdo das páginas que visitava (Alves e Coutinho, 2010, p.212). A internet teve sempre preocupação em democratizar o seu acesso, mas isto aconteceu tão rapidamente que a maior parte dos seus utilizadores não se apercebeu das mudanças que ocorreram, como o aumento da largura de banda das conexões e pela introdução de novos serviços, como o blog, podcast, facebook que permitem que o utilizador comum possa produzir, introduzir e modificar documentos sem ter de possuir conhecimentos de programação. Segundo Alves e Coutinho, na geração da Web 2.0 destacam-se os seguintes serviços:

- Software de criação de uma rede social: Hi5, facebook;
- Escrita colaborativa: blogs, wikis, podcast, Google docs,...
- Ferramentas de comunicação online: SKYPE, messenger, Google Talk;
- Ferramentas de acesso a vídeos. You Tube, Google Vídeos,

O termo utilizador já não define a relação entre o ser-humano e as máquinas. Como nos diz, Assman (2000, p.10) as máquinas participam activamente na transformação da informação para o conhecimento. Elas não se limitam apenas a configurar e a formatar a informação, mas têm um papel dinâmico e inteligente. Existe assim uma parceria entre o ser-humano e as máquinas que agem activamente e autonomamente. Exemplo disto é o hipertexto que significou a passagem do texto linear, tradicional para um espaço dinâmico. Mas o que é hipertexto? Para Assman (2000, p.10) é “ (...) um conjunto de

nós interligados por conexões, nos quais os pontos de entrada podem ser palavras, imagens, ícones e tramações de contactos multidireccionais (links)”. A dinâmica tradicional do conhecimento é assim alterada. Porquê? Porque o conhecimento é agora uma versatilidade de escolhas, opções, caminhos. Por outro lado, este não é o produto isolado de um ser-humano, mas é o resultado de uma cooperação entre o ser-humano e os sistemas cognitivos artificiais, criando as memórias electrónicas hipertextuais colectivas.

Mas quais serão as ferramentas da nova geração que têm potencial educativo? Existe um manancial de ferramentas que poderão ser utilizados em contexto educativo. Apresentamos um quadro com as ferramentas principais da Web 2.0 que podem ser aplicadas na educação baseado em Alves e Coutinho.

*Quadro 4 - Ferramentas da Web 2.0 com Potencial Educativo*

Quadro 4 - Ferramentas da Web 2.0 com Potencial Educativo	
Ferramenta da Web 2.0 com potencial educativo	Características
Blog	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pode ser descrito com um site flexível e intuitivo de construir, onde existe a possibilidade de inserir textos organizados de forma cronológica, sem ter a necessidade de ter conhecimentos de programação;</li> <li>• Utiliza diversas ferramentas de blog, responsáveis pela criação, edição e manutenção da página por um utilizador que deverá estar devidamente registado num dos inúmeros servidores que providenciam este tipo de serviço.</li> <li>• Pode ser utilizado a nível escolar, quando o blog é desenvolvido como uma forma de promover determinada informação especializada que possam ser enquadradas a nível curricular ou extracurricular. Os responsáveis do blog devem ser instituições ou pessoas com credibilidade reconhecida;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Por outro lado, pode ser criado como uma maneira de divulgar informação do próprio professor. Este é assim responsável pela sua criação e dinamização, procurando disponibilizar informação relevante e necessária para os seus alunos. O blog deverá inter-relacionado com o que se passa com as suas aulas;</li> <li>• Pode ser também um modo de ser um espaço de partilha e de colaboração entre escolas e também, uma forma de poder integrar alunos discriminados, pertencentes a minorias étnicas e/ou culturais, através de um blog colectivo, onde todos podem participar e ter a oportunidade de desenvolver a sua perspectiva.</li> </ul>
Wikis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pode ser entendido como um site ou um serviço de uma plataforma que serve como uma base para o trabalho colectivo de determinado grupo. Assemelha-se à estrutura e funcionalidade do blog, mas qualquer um dos seus utilizadores pode modificar, alterar, acrescentar, apagar informação a partir de um navegador;</li> <li>• A nível educativo, pode ser utilizado como uma forma de desenvolver um plataforma de conhecimento colaborativa que deverá ser implementada e gerida pelos estudantes (wikis interclass).</li> </ul>
Podcast	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consiste na publicação de arquivos áudio na internet;</li> <li>• A nível educativo, poderá auxiliar na educação à distância (e-learning) ou como forma de complementar o ensino presencial (b-learning);</li> <li>• O professor poderá disponibilizar a todos os seus alunos como aulas, documentários e entrevistas, sem limitações de horário ou espaço geográfico.</li> </ul>

Google Calendar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilita ao utilizador poder adicionar, controlar eventos, compromissos, compartilhando essa mesma informação com toda a comunidade;</li> <li>• A nível educativo servirá para o professor agendar actividades educativas e possibilitar a realização de reuniões presenciais ou à distância. Poderá ser uma forma de avisar os seus utilizadores que determinado acontecimento está quase a acontecer, avisando os alunos, por exemplo, do prazo da entrega de trabalhos.</li> </ul>
Docs & Spreadheets	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os alunos podem criar, desenvolver textos e folhas de cálculo sem terem necessidade de instalarem o Office</li> </ul>
Googlesites	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilita aos alunos com poucos conhecimentos de informática a criação e desenvolvimento de páginas.</li> </ul>
De.lici.ous	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Semelhante aos favoritos de um browser, permite a criação e manutenção de hiperligações da Web, com o grande benefício desta informação ser compartilhada por todos os membros da turma</li> </ul>
Messenger, Skype, Google Talk	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas intuitivos e funcionais que permitem a troca de informação, como texto, voz e imagem, em tempo real de uma forma simples e rápida, a custo reduzido.</li> </ul>

Fonte: Alves e Coutinho (2010, p.214 a p. 220)

Alves e Coutinho (2010, p.220) referem que a utilização das TIC pode ser uma forma de promover mudanças e operar alterações na maneira de ensinar e de aprender, mostrando novas formas de aprender em contextos diversos. Estes autores falam do Plano Tecnológico de Educação, enquadrado pela “estratégia de Lisboa” e “Educação e Formação 2010”, cuja grande finalidade seria de fazer com que Portugal atingisse os cinco países europeus mais modernizados tecnologicamente a nível educativo. Existe assim uma grande preocupação por parte dos responsáveis pela aquisição de

equipamentos e pela formação de professores a nível técnico em vez de procurarem desenvolver a vertente pedagógica.

São poucas as escolas portuguesas que conseguiram efectivamente implementar práticas inovadoras no ensino, quebrando as limitações da sala de aula e, simultaneamente, as barreiras do tempo e espaço através do desenvolvimento de comunidades de aprendizagem (Alves e Coutinho, 2010, p.220). Os professores e alunos têm à sua frente um desafio: a utilização da Web no ensino. Os serviços da geração Web 2.0 já estão a ser utilizados por alguns professores que acreditam nas suas potencialidades.

O desenvolvimento da utilização das tecnologias na escola pode auxiliar na construção de um ambiente cultural e educativo, diversificando as fontes do conhecimento. Isto passa por alterar os sistemas de ensino vigente e pela adopção de recursos educativos baseados nas TIC (Candeias e Silva, 2009, p.1). O professor, educador tem um papel central neste processo que requer uma actualização permanente e uma partilha de ideias, metodologias técnicas e conhecimento: “O papel do professor no seio da comunidade torna-se assim o de guia, mediador, conselheiro e desafiador, acompanhando na busca, selecção e tratamento da informação (...) (Candeias e Silva, 2009, p.144). Mas o que é ser professor hoje? Gadotti diz-nos que “Ser professor hoje é viver intensamente o seu tempo, conviver; é ter consciência e sensibilidade.” Para esta autora, eles são os filósofos que nos falava Sócrates, os “amantes da sabedoria”, fazendo fluir o saber e construindo um sentido para a vida de todos nós.

O Plano Tecnológico da Educação assenta em três eixos de intervenção: tecnologia, conteúdos e formação, como está consagrado na Portaria 731/2009. Compreende-se assim a necessidade de promover a formação para reforçar as qualificações e competências através da utilização pedagógica das TIC. Procura desenvolver a generalização de práticas de ensino mais inovadoras e, conseqüentemente, a melhoria das aprendizagens dos alunos. Este diploma cria as bases para a implementação de formação e certificação de competências TIC dos docentes procurando aprofundar e validar competências adquiridas, bem como promover a aquisição de novos conhecimentos, num quadro de integração no respectivo contexto profissional. A componente da formação estrutura-se em três níveis de complexibilidade crescente mas não sequenciais (sem precedências):

1. Formação em competências digitais;

2. Formação em competências pedagógicas e profissionais com TIC;
3. Formação em competências avançadas em TIC na educação.

Por outro lado, segundo os dados mais recentes no PISA (Programa de Avaliação Internacional de Estudantes) 2009, existiu uma melhoria considerável (OECD, 2011, p.9) . Estas conclusões basearam-se numa amostra, que incluiu 6298 alunos em que participaram 212 escolas, é representativa dos alunos portugueses com a idade de 15 anos, que frequentam entre o 7.º e o 11.º ano de escolaridade. Os resultados permitem avaliar em que medida a escola contribui para o desenvolvimento das competências dos alunos em leitura, em matemática e em ciências.

Portugal foi o país da ODCE que mais evoluiu, no conjunto dos três domínios, mostrando um aumento de cerca de 20 pontos. A progressão deveu-se à redução da percentagem de alunos com desempenhos negativos (níveis 1 e abaixo de 1) e ao aumento da percentagem de alunos com desempenhos médios a excelentes (níveis 3, 4, 5 e 6).

Na literacia da leitura, entre 2000 e 2009, em Portugal aumentou a percentagem de alunos com desempenhos positivos e diminuiu a percentagem de alunos com desempenhos negativos. Portugal (entre 2000 e 2009) aproximou-se dos países com maiores percentagens de alunos com níveis de desempenho acima do nível 3.

Os estudantes portugueses do ensino secundário usam mais a Internet em casa do que na escola. Dos 6.200 alunos portugueses de 15 anos, analisados no relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), cerca de 96,6% navegam na Net em casa. Neste indicador, a média da OCDE é de 92,6% e revela que o País está no mesmo patamar que o Canadá, mas acima de países como a Espanha (92,6%), Irlanda (93,2%) ou o Japão com 75,9%. No que diz respeito à utilização da Internet na escola somos dos piores classificados num 'ranking' de 70 países estando muito abaixo da média da OCDE (71,4%). Apenas 55,2% dos alunos portugueses acedem a esta tecnologia na escola. Abaixo de Portugal estão países como o Uruguai com 47,7%, Israel com 51,2% ou a Turquia com 50,7%. Isto mostra que ainda há muito a fazer

Quanto às competências digitais e o seu desempenho dos estudantes portugueses, de uma maneira geral, em relação ao último relatório de 2000 existiu uma melhoria, estando perto dos níveis médios da ODCE. Portugal tem uma percentagem de 1% referente à percentagem de alunos que nunca utilizaram computador, tendo como pano de fundo a situação socioeconómica, estando a média no nível 27 dos países da ODCE, o que constitui uma melhoria assinalável. Também houve uma evolução relativa ao número de alunos que possuem computador em casa: temos uma média de 98%, enquanto que em 2000 era de apenas 58%. Nesta questão, o relatório PISA faz a diferença entre os estudantes provenientes de condições socioeconómicas deficitárias que alcançam os 94.2 e aqueles que têm uma melhor situação socioeconómica, atingindo estes o nível de 99.9%. Isto significa que houve uma mudança em relação aos dados de 2000.

Quanto ao rácio entre o número de computadores disponíveis e o número de alunos na escola, Portugal atinge apenas os 0,10 enquanto que a média nos países da ODCE é de 0,14. Quanto à percentagem de estudantes que têm acesso à internet na escola, Portugal atinge cerca de 96.5% e a percentagem de alunos que podem trabalhar em computadores nesta instituição é de 91.7%, ficando abaixo da média dos países da ODCE. Por outro lado, temos 96,6 dos alunos que utilizam os computadores em casa em Portugal. Dentro deste valor, 91.9% são estudantes com condições socioeconómicas baixas e 99.9% são provenientes de famílias com mais possibilidades. No entanto, apenas 55,2% dos alunos utilizam os computadores na escola (63.9% são alunos com condições socioeconómicas baixas e 46.9% de famílias com melhores condições). Isto significa que menos de 60% dos estudantes portugueses utilizam os computadores na escola. A proporção de alunos que usam computadores em casa varia substancialmente entre os países e diferentes economias. Em países como a Dinamarca, Austrália, Noruega existe uma média de 71% de estudantes que utilizam computador na escola. Em contraste, com menos de 60%, temos países como o Japão, Grécia, Portugal, Israel e Turquia. Será que a utilização dos computadores na escola compensa os níveis baixos do seu aproveitamento em casa nos estudantes mais carenciados? Portugal, Itália, Polónia, Hungria e Grécia têm estudantes com maiores debilidades socioeconómicas que têm uma maior tendência de utilizar os computadores na escola do que os alunos com maiores possibilidades (a diferença varia entre os 4 e os 17 por cento). Nestes países, os estudantes mais carenciados, têm menos probabilidades de utilizarem os computadores em casa. Conseguem assim ter um maior

acesso aos computadores na escola. Podemos dizer então, que Portugal está dentro dos alunos que utilizam o computador em casa: 44.7% não utilizam o computador na escola, enquanto que 55.3% utilizam o computador na escola. Temos que abordar também os alunos que não utilizam o computador em casa. Destes alunos, 46.6% não utiliza o computador da escola e temos 53.4 que o utilizam nesta instituição.

E quanto à utilização da internet? Os alunos de Portugal preferem utilizá-la em casa (90.6%), enquanto na escola apenas 64.3% a utilizam. E o que é que estes estudantes fazem com a internet?

*Quadro 5 - Percentagem de alunos que responderam que fazem a seguinte actividade pelo menos uma vez por semana (“Uma vez por semana” ou “Sempre ou quase todos os dias” em Portugal*

Quadro 5 - Percentagem de alunos que responderam que fazem a seguinte actividade pelo menos uma vez por semana (“Uma vez por semana” ou “Sempre ou quase todos os dias” em Portugal							
Jogar jogos de 1 jogador	Jogar jogos colaborativos online	Usar o e-mail	Chat on-line	Navegar na internet por diversão	Download de música, filmes, jogos ou software pela Internet	Publicar e manter um website pessoal, weblog ou blog	Participar em online fóruns online, virtual comunidades ou spaces.
53,8	35,9	78,4	67,4	83,6	64,2	38.4	30.1

Fonte: OECD, *PISA 2009 Database*, Table VI.5.13.

O índice de utilização de computadores para lazer atinge em Portugal valores de 0,03. Cerca de 50% dos estudantes de Portugal e no Chile utilizam frequentemente o e-mail

para comunicar com os seus companheiros sobre os trabalhos escolares. Em Portugal, os utilizadores preferem passar o tempo navegando na internet, a fazer downloads ou a conversar através do chat.

*Quadro 6 - Percentagem de estudantes que relataram que fazem as seguintes actividades pelo menos uma vez por semana (“um ou duas vezes por semana” ou “Todos ou quase todos os dias”)*

Navegar na internet para trabalho escolar	Fazer trabalho de casa no computador	Utilizar o e-mail para comunicar com outros estudantes sobre trabalho escolar.	Utilizar o e-mail para comunicar com professor e submeter trabalho de casa ou outros trabalhos escolares.	Download, upload ou procurar material através do website da escola.	Verificar notícias no website da escola
60.7	48.5	54.2	25.5	27.1	22.8

Fonte: OECD, *PISA 2009 Database*, Table VI.5.16.

Mais de 25% de alunos na Turquia, Portugal, Bulgária, Singapura e Qatar utilizam frequentemente o e-mail para comunicar com os professores sobre trabalhos escolares. Cerca de 60% em Portugal, utilizam a internet para pesquisar informações para trabalhos escolares, mas só cerca de 27% utilizam o site da escola ou para se informarem sobre notícias da escola (22,8%).

Quadro 7 - - *Percentagem de estudantes que relataram que fazem as seguintes actividades pelo menos uma vez por semana (“uma ou duas vezes por semana” ou “Todas ou quase todos os dias”)*

Chat on line na escola	Utilizar o e-mail na escola	Navegar na internet para trabalho escolar.	Download, upload ou procurar material através do website da escola	Postar trabalhos no website da escola.	Jogar simuladores na escola.	Exercitar, no caso de aprendizagem de línguas estrangeira ou matemática.	Fazer trabalho de casa individual no computador da escola	Utilizar o computador da escola para trabalho de grupo ou para comunicar com outros estudantes.
12,6	23,6	40,5	18,4	12,2	11,7	14,8	17,5	27,8

Fonte: OECD, *PISA 2009 Database*, Table VI.5.17.

E como é que os estudantes portugueses fazem na internet na escola? Cerca de 40% utilizam-na para realizarem pesquisas para trabalhos escolares, para fazerem trabalhos de grupo ou para comunicarem com outros colegas (27,8%) e, também, para fazerem trabalhos individuais (17,5%) ou para consultarem o correio electrónico (23,8%). Poucos utilizam-na para conversarem através do chat (12,6%) ou jogarem jogos (11,7%).

O índice de utilização em casa de computadores para trabalhos escolares é de 0,3 em Portugal, juntando-se aos países de topo com maior utilização, como Noruega, Estónia, Bulgária e Qatar. Será que os rapazes são mais orientados do que as raparigas para utilizarem os computadores de casa para o lazer? A média da ODCE, é que existe mais rapazes do que raparigas que utilizam frequentemente os computadores de casa para o lazer. As maiores diferenças dão-se na Grécia (0.58), Turquia (0.54) e Portugal (0.51).

Pela primeira vez, PISA 2009 perguntou aos alunos quanto tempo era gasto no computador no estudo da língua, matemática, ciência e línguas estrangeiras nas aulas numa semana de estudo típica. Portugal, quanto à utilização do computador no estudo da língua, tem uma média de 30 minutos semanais. No entanto, a não utilização de computador na aula, é algo comum nas aulas de estudo da língua (83,8%), nas aulas de matemática (84,6%) e nas de ciências (77,7%).

*Quadro 8 - Percentagem de alunos que frequentam aulas normais, avaliados pelo tempo dispendido na utilização do computador durante as aulas em sala de aula durante uma semana*

Aulas de Estudo da Língua				Aulas de Matemática				Aulas de Ciências			
Nenhum tempo	0-30 minutos semanais	31-60 minutos semanais	Mais de 60 minutos semanais	Nenhum tempo	0-30 minutos semanais	31-60 minutos semanais	Mais de 60 minutos semanais	Nenhum tempo	0-30 minutos semanais	31-60 minutos semanais	Mais de 60 minutos semanais
83,8	9,7	3,3	3,2	84,6	9,5	3,6	2,2	77,7	12,0	6,3	4,1

Fonte: OECD, *PISA 2009 Database*, Table VI.5.19.

Quantos alunos utilizam portáteis nas escolas? Mais de 70% dos estudantes na Noruega e Dinamarca são utilizadores frequentes, enquanto apenas entre 20% e 40% dos alunos na Austrália, Suíça, Portugal (24,7%), Suécia e Coreia.

A percentagem de alunos que têm atitudes positivas face aos computadores é muito importante. Estudantes em Portugal (95,9%), Grécia, Chile, Bulgária, Croácia mostraram ter atitudes positivas ao computadores do que outros países como Austrália, Turquia, Japão e Finlândia.

É extremamente importante analisar a confiança dos estudantes na utilização de computadores e a sua capacidade técnica, como editar uma fotografia digital ou um gráfico, conseguirem criar uma base de dados (utilizando o Microsoft Access), uma apresentação (através do Microsoft PowerPoint). Estudantes de países, como Portugal, Áustria, Polónia, Eslovénia, Espanha e Croácia revelam um nível alto de confiança em conseguirem fazer este tipo de trabalhos em comparação com países, como o Japão, Finlândia Suécia.

A maior percentagem de alunos que respondeu “eu consigo fazer sozinho” ou “consigo com alguma ajuda” uma apresentação multimédia a utilizar uma folha de cálculo para fazer um gráfico” foram os alunos de países como Portugal, Austrália, República Checa, Dinamarca, Eslovénia. Portugal atingiu os 72 %” no nível “eu consigo fazer sozinho” uma apresentação multimédia. Neste mesmo nível, atingiu os 67,6% na utilização de uma folha de cálculo para fazer um gráfico, conseguindo alcançar os 76,2% na

actividade editar uma fotografia digital, 45,9% na criação de uma base de dados e 89,5% na realização de uma apresentação.

Desde 2003 a 2009, existe uma maior auto-confiança dos estudantes na utilização de uma folha de cálculo para criar um gráfico (aumentou mais de 20 por cento em países como a Hungria, Grécia - Portugal passou de 50 % para 68%). Em relação à auto-confiança para a criação de uma apresentação multimédia desde 2003 a 2009, houve uma evolução de mais de 30 por cento em países como Portugal, República Checa e Itália (Portugal passou de 58% para 90%).

O conhecimento é uma aprendizagem para a toda a vida, o que implica que passemos grande parte da nossa vida na escola, como refere Gadotti (2000, p.9). E a obrigação da escola é garantir a felicidade: “E porque passamos todo o tempo das nossas vidas na escola – não só nós, professores – devemos ser felizes nela” (Gadotti, 2000, p.9).

## **2.4 O Impacto das Bibliotecas Escolares na Aprendizagem**

O sistema educativo tem actualmente mais de 2200 bibliotecas escolares, possuidores de tecnologias e de serviços em presença e à distância (Conde, 2005, p.32). Esta malha de bibliotecas escolares constitui a “infra-estrutura básica das actividades de leitura, investigação e construção de saberes dentro das escolas”. São essencialmente estruturas pedagógicas que estão centradas nas escolas, trabalhando com todos da comunidade escolar (alunos, docente, pais e funcionários) para irem ao encontro das suas necessidades educativas e de formação com o objectivo de estimular e desenvolver as competências essenciais da nossa sociedade para a promoção de uma cidadania activa e responsável. Para isto não basta dar acesso fácil e rápido das novas tecnologias e informação aos estudantes. É preciso muito mais. É necessário que estes consigam ser os seus próprios construtores do conhecimento e, para isso, têm que obrigatoriamente as compreender e conseguí-las utilizar para a concretização deste objectivo.

O Manifesto da Biblioteca Escolar mostra que a biblioteca tem ser um centro, onde devem estar concentrados os diversos recursos para poder desenvolver a sua missão fundamental: “a biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis.” (IFLA, 2002, p.3). As bibliotecas escolares são assim um

espaço fundamental para a aquisição destes objectivos da aprendizagem porque oferecem as condições para o desenvolvimento do trabalho e para a produção de conhecimento. Isto leva à aquisição de novas competências que são agora importantes na sociedade da informação: as competências digitais, tecnológicas e de informação (Conde, 2005, p.32). Por outro lado, também são essenciais na formação de leitores e na promoção de hábitos de leitura e para a realização de actividades escolares, onde se pode desenvolver trabalhos de grupo, juntamente com a aprendizagem autónoma, combinando o plano informal com a interacção social.

Vivemos num período onde a informação é cada vez mais importante e necessária. O acesso à informação é vital, mas também abunda uma enorme quantidade em detrimento da qualidade. O uso educacional da internet tem, como vimos, vantagens e algumas limitações. Devemos então reflectir sobre o seu uso no ensino e na pesquisa e procurar oferecer aos alunos qualidade na informação e restringir a quantidade. Isto acontece porque a presença da tecnologia modificou o ambiente tradicional da aprendizagem em que o aluno não é apenas um receptáculo de informação. A escola tem uma dura e exigente tarefa: preparar o aluno para o uso inteligente da informação através da tecnologia (Kuththau, 1999, p.1). A biblioteca escolar é a base do sistema educativo de qualquer país. Issak (2006, p.2) mostra que "esta representa a pedra basilar para a aquisição de capacidade de manuseamento da informação, que permite aos utilizadores viver naquela que hoje se chama a Sociedade da Informação.". Temos necessidade de desenvolver diversas competências, tal como a capacidade ler e escrever, aprender a tocar um instrumento que devem ser estimuladas desde a mais tenra idade. O mesmo agora se aplica com a capacidade de gerir a informação para o estudante conseguir fazer uso eficiente e correcto da informação. O ser-humano, ao longo da sua vida, vai necessitar de utilizar correctamente a informação desde as tarefas mais simples, como saber os horários dos transportes públicos ou saber qual o serviço hospital deverá consultar perante determinada doença, ou então, como saber seleccionar a informação para a realização de um trabalho escolar, ou como consultar a legislação para concorrer a um determinado concurso, A informação está sempre presente na vida de todos nós. O grande problema reside no facto de saber como obter, seleccionar, manusear e produzir a informação (Issak, 2006, p.2).

Aqui nasce a importância da biblioteca escolar. O objectivo último de uma biblioteca deverá ser a qualidade do ensino e conseguir a melhoria da aprendizagem (Conde, 2006, p. 103), mas este é um dos objectivos mais difíceis de conseguir alcançar. Devemos também reflectir sobre o conceito de “literacia de informação”. Esta é a maneira mais cristalina de falar sobre a importância e do papel vital das bibliotecas escolares na aprendizagem e no currículo. Não podemos mais pensar de uma maneira tradicional num mundo dominado pela pressão constante da globalização e da informação. Antigamente era privilegiado a acumulação do saber, dos conteúdos. Isto acabou. A tecnologia modificou um ambiente de aprendizagem que era caracterizado pela escassez de fontes de informação para um mundo em que existe a abundância de saberes. Agora é essencial a aquisição de novas capacidades e competências, onde a formação e a educação ao longo da vida é constante. A educação tem três responsabilidades básicas para com os seus alunos: preparar o estudante para o mercado de trabalho, para exercer a cidadania e para a vida quotidiana (Kuththau, 1999, p.9).

No entanto, os alunos sentem imensas dificuldades em conseguir aceder aos recursos disponibilizados pela biblioteca para fazer um trabalho ou uma pesquisa. Sentem-se incapazes de localizar o material que precisam, assim como, em fazer a selecção da informação. É essencial conseguir desenvolver nestes jovens a autonomia necessária para que se sintam capacitados (Silvia, 2005, p.1). Muitos destes jovens nunca entraram numa biblioteca e não entendem o que esta realmente é. Para eles, é um lugar longínquo, com livros inacessíveis, onde reina o silêncio e a disciplina, dominado por uma professora autoritária. É necessário mudar esta mentalidade e esta ideia pré-concebida de biblioteca. Como? Indo ao encontro do estudante. Deve-se procurar formar alunos que sejam leitores críticos e autónomos na procura e utilização da informação, mas primeiramente estes devem ser estimulados com a criação de um ambiente cativante na biblioteca escolar através de diversas actividades para que assuma definitivamente um papel activo no processo educacional. Temos que abandonar a ideia pré-concebida de ser um lugar parado no tempo, onde nada de interessante acontece.

A biblioteca tem que ser vista por todos como um apoio fundamental na educação (Silvia, 2005, p.4), um “centro dinâmico no processo de ensino e da aprendizagem”, procurando como nos diz Silvia (2005, p.5) “integrar o programa estabelecido da escola, geralmente anual, no qual são estabelecidos os conteúdos institucionais, as metas e

projectos a serem executados”. Isto pressupõe que exista um cruzamento, uma partilha e simbiose entre os que trabalham na sala de aula e os profissionais de biblioteca que assenta num rigoroso planeamento e num apoio institucional para promover a completa integração da biblioteca no processo educativo. Para Canário (1996, p.16), a biblioteca escolar é o coração da escola: “...mediatecas, centros de recurso, centros media, centro multimédia, centro documental, esta pluralidade de designações (que variam segundo a tradição dos diferentes países), refere-se a uma mesma realidade: o novo lugar documental, situado no coração do estabelecimento de ensino e susceptível de favorecer e facilitar a emergência de novas modalidades de acção educativa (Canário, 1994, p. 16).

A biblioteca escolar resolveu inicialmente o problema da fraca disponibilização de informação que existia, fornecendo os materiais e recursos que os professores e alunos necessitavam (Kuththau, 1999, p.10). Funciona como uma espécie de facilitador no processo da aprendizagem. Pensava-se inicialmente que o papel da biblioteca escolar centrava-se apenas na formação de utilizadores (Conde, 2006, p.104), ou seja, limitava-se a um conjunto de actividades e acções para dar as bases e conhecimentos essenciais para o manuseamento dos catálogos manuais, compreensão do sistema de cotas para localização de livros,... Mas a mudança que ocorreu com o acesso directo a fontes de informação através da internet que fez com o papel do professor bibliotecário não seja apenas de fornecedor de informações. Este agora tem a tarefa, juntamente com os professores de auxiliar os alunos, formando-os para trabalharem com os recursos informacionais, ou seja o desenvolvimento de competências informacionais. Para Conde (2006, p.105), os profissionais da biblioteca não se preocupam mais em ensinar “competências de biblioteca”, mas esforçam-se para passar as competências ligadas à informação que têm que estar relacionadas com as áreas curriculares e com as actividades da sala de aula. Para isto é essencial o papel do professor bibliotecário. Porquê? Porque este tem que desenvolver um trabalho de integração do currículo escolar através do trabalho com outros professores da escola, desenvolvendo um programa de ensino de competências de informação, através do planeamento e do ensino de cooperação.

De acordo com Pessoa (1996, p. 105), o trabalho do professor bibliotecário centra-se na divulgação e rentabilização de todos os documentos, recursos e espaços existentes na

biblioteca. Mas as tarefas deste profissional não ficam por aqui. Este tem também que procurar fomentar a formação de todos os utilizadores, não esquecendo os professores e, simultaneamente, deve promover o uso das novas tecnologias na biblioteca escolar que são essenciais para aquisição das competências de informação. Mas o que são as competências da informação? O que significa ser competente na sociedade da informação? Segundo, Kuththau (1999, p.10) “uma competência é a habilidade de construir sentido por si mesmo, em um ambiente rico de informação”. Já não basta a capacidade de memorizar e ser capaz de reproduzir os mesmos conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculo. Estes têm que se adaptar ao mundo das novas tecnologias. O estudante tem que conseguir adaptar-se e aprender num mundo em constante mudança, onde as certezas são frágeis, sem desenvolver sentimentos negativos, como o desânimo e a opressão. Deve procurar ir para além dos factos que lhe são dados, desenvolvendo uma capacidade de desenvolver a sua própria compreensão a um nível mais profundo. Kuththau, (1999, p.10) argumenta que a aprendizagem baseada no questionamento é algo que deve ser estimulado. Mas afinal o que é isto? “ (...) É aquela na qual o estudante se engaja em projectos e problemas que façam levantar questões, procurando respostas em uma grande variedade de recursos” (Kuththau, 1999, p.10). O bibliotecário desempenha uma peça central neste tipo de aprendizagem porque favorece a passagem da biblioteca escolar para um centro de questionamento que disponibiliza acesso e recursos para a aprendizagem. Segundo Kuththau, (1999, p.11) este processo tem 6 fases: iniciação (introdução do problema, projecto, onde o estudante sente-se confuso e inseguro), selecção (identificação do tópico geral de pesquisa), exploração (fase de exploração da informação, onde o aluno deverá ler e reflectir, procurando definir um rumo de pesquisa), formulação (formação de uma perspectiva focalizada que direccionará o restante do processo de busca), colecta (reunir a informação que defina e apoie o foco), apresentação (completar o projecto, descrevendo a perspectiva focalizada) e avaliação (revisão do processo e análise de tudo o que foi feito).

Kuththau, (1999, p.13) mostra que aprendizagem baseada no questionamento é uma forma de aprender. A biblioteca e os seus recursos são essenciais nesse processo. Mas não é uma actividade ocasional que se pode fazer de vez em quando. A aprendizagem baseada no questionamento tem que estar no centro do projecto pedagógico da escola em que bibliotecário, professores, funcionários trabalhem todos para a sua concretização. O professor bibliotecário tem as condições para liderar o processo, dando

a passagem da escola para a sociedade da informação. E, por outro lado, este profissional pode auxiliar na preparação do estudante para o ambiente rico da informação

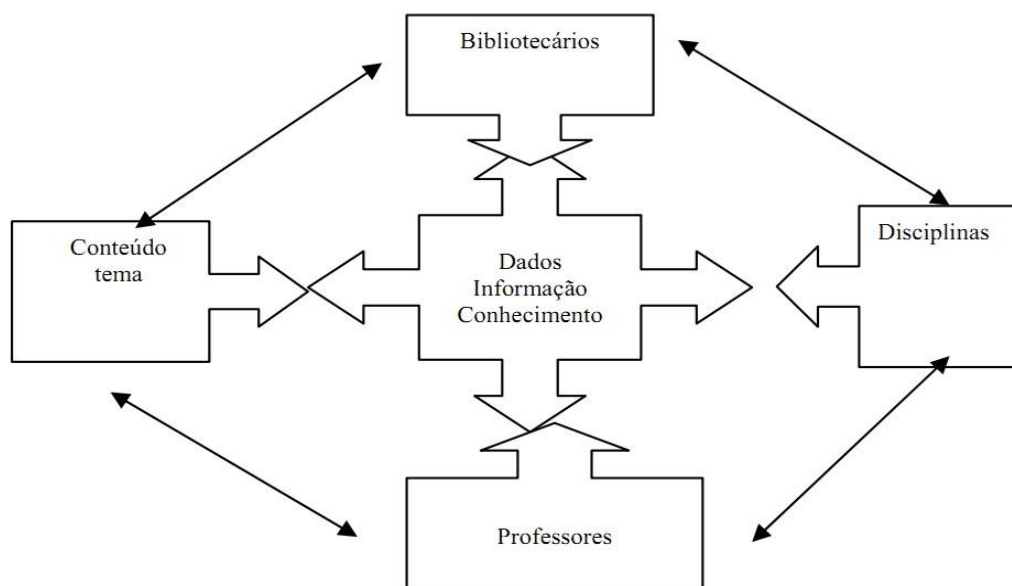
No entanto, o papel do professor bibliotecário no desenvolvimento das competências da informação não significa apenas fornecer ferramentas, mas também a disponibilização de todos os meios necessários para a estimulação da construção do conhecimento. Os estudantes têm que ser capazes de aceder e recuperar a informação. O professor bibliotecário deve trabalhar com outros professores ( Conde, 2006, p.107). A biblioteca escolar deve assim ser entendida como um instrumento de aprendizagem onde, como é referido por Conde (2006, p.107) “as situações de aprendizagem que proporciona devem basear-se na resolução de problemas de informação e de documentação concretos, tendo por base as práticas empíricas dos alunos e as suas representações do saber e uma atitude de interrogação (...)”.

As TIC devem ser introduzidas nas bibliotecas, como uma forma de promover o sucesso dos seus serviços e apoiar a aprendizagem dos alunos. Deve-se procurar, no entanto, conseguir-se avaliar os resultados da aplicação das TIC (Conde, 2006, p.101). No entanto, a utilização das TIC na biblioteca implica que exista uma maior necessidade dos alunos desenvolverem as competências da informação para que estes sejam capazes de identificar as necessidades de informação. Conde (2006, p.213) refere uma nova literacia: a Literacia do Computador ou a Literacia das Tecnologias de Informação ”em que as TIC dão as bases para os alunos lidarem com as novas competências necessárias para saber como trabalhar com as novas tecnologias”. É vital, urgente e necessário que os alunos tenham um mínimo de conhecimentos em TIC para estes dominarem as novas competências, evitarem a infoexclusão e poderem aceder em igualdade à informação e ao conhecimento. A literacia antiga privilegiava o conhecimento de ler, escrever, contar. Mas isto não basta. É necessário mais. Os tempos que vivemos são mais exigentes. A literacia da informação exige que o aluno domine as novas formas de ler e escrever, ou seja, que saiba como funcionar com o hipertexto e a multimédia. A biblioteca escolar, como serve para aprendizagem de outros materiais pedagógicos, deve ser um lugar da aprendizagem das TIC, funcionando como um lugar da escola onde as competências da TIC podem ser aprendidas e aplicadas.

Deu-se uma evolução na internet, a chamada Web 2.0, em que existe uma nova visão do seu funcionamento. O utilizador já não é mais um ser passivo. É um elemento activo e dinâmico. O mesmo tem que se passar nas bibliotecas. Estas devem deixar de ser passivas, estáticas, estruturas rígidas e fechadas. É necessário que sejam activas, utilizando a tecnologia e os seus serviços, de uma forma dinâmica e ágil, tornando-se em bibliotecas vivas que utilizam a tecnologia para criar uma relação aberta, dinâmica e participativa com o utilizador (Furtado, 2008, p.139). Dá-se então a criação da L2, que segundo Miller (2005, p.1) resulta da seguinte fórmula: “*web 2.0 + biblioteca = biblioteca 2.0*”. Furtado (2008, p.139) mostra que o utilizador tem um papel activo, não sendo apenas um receptor dos serviços. A biblioteca permite que todos participem na construção de conteúdos. A L2 tem uma importante função educativa e deve utilizar todas as ferramentas que a Web social coloca ao dispor para estimular a leitura, escrita e investigação. Furtado (2008, p.140) argumenta que a utilização da web social nas bibliotecas escolares permite suplantar um fosso que existe na educação, permitindo o inter-relacionamento entre os livros digitais e impressos, entre o acervo bibliográfico e livros impressos. Por outro lado, não nos podemos esquecer que estamos perante uma geração net, conhecedora e utilizadora assídua e exigente dos recursos da web social. Devemos portanto ir ao encontro dos seus interesses, utilizando estes recursos para nos aproximar destes jovens. A utilização dos recursos da web social não implica grandes investimentos. É algo simples, fácil e imediato, como a utilização de blogs, como uma forma de nos aproximar do utilizador.

Existe uma mudança em toda a sociedade e esse movimento é impossível de conter. A biblioteca escolar, juntamente com o Plano Nacional de Leitura e o Plano Tecnológico da Educação procuram estar mais à frente através da promoção da leitura e da capacitação das competências tecnológicas nos alunos. Um exemplo disto é o projecto aLer+, em que estão associadas as bibliotecas escolar e os objectivos do PNL.

A informação na sociedade actual é uma mais-valia que dá aqueles que a dominam uma importante vantagem competitiva, Daí a importância da biblioteca escolar no seu papel de gestão de informação e de conhecimento que permita o alcançar da satisfação dos seus utilizadores (Garcez e Carpes, 2006, p.69). O profissional da biblioteca deve liderar este processo, fazendo a monitorização da informação.



*Figura 1 - Representação do processo estratégico da informação no processo ensino-aprendizagem (Garcez e Carpes, 2006, p.8)*

Esta imagem representa o processo da transformação da informação em conhecimento. Mostra como se dá a passagem de dados para informação, e como se realiza a aquisição do conhecimento. Esta transformação dá-se pela interacção entre o bibliotecário, professores, alunos e os projectos curriculares de cada disciplina. Neste processo, a biblioteca funciona como um centro de apoio às necessidades escolares da instituição.

A biblioteca escolar não se esconde das mudanças, mas procura ser um ambiente de aprendizagem onde concilia práticas inovadoras com a exigência de uma formação contínua. Procura então auxiliar as crianças, jovens e adultos a serem autónomos e terem as condições de aprender ao longo da vida. Conde (2005, p.33) afirma que a biblioteca tem que ser multifacetada, fazendo a ligação entre o analógico e o digital e entre o real e o virtual. E o professor bibliotecário tem a difícil tarefa de conceber a mudança que deverá ter em conta se as diferentes necessidades de formação e aprendizagens que são o produto da sua ligação com a escola. Mas para quê tudo isto? Para “fazer mais e melhores leitores, leitores analíticos, leitores utilizadores de bibliotecas e outros equipamentos culturais, mas também leitores digitais competentes, criativos, capazes de utilizar diferentes suportes de leitura (...), dominando a literacia digital, traduzida no uso competente das tecnologias e, ainda, no desenvolvimento da consciência social “ (Conde, 2005, p.33).

### 3. O profissional da informação na era do conhecimento

*“Ser mestre não é de modo algum um emprego e que a sua actividade se não pode aferir pelos métodos correntes; ganhar a vida é no professor um acréscimo e não o alvo; e o que importa, no seu juízo final, não é a ideia que faz dele os homens do tempo; o que verdadeiramente há-de pesar na balança é a pedra que lançou para os alicerces do futuro. A sua contribuição terá sido mínima se o não moveu a tomar o caminho de mestre um imenso amor da humanidade e a clara inteligência dos destinos a que o espírito o chama; errou o que se fez professor e desconfia dos homens, se defende deles, evita ir ao seu encontro de coração aberto, paga falta com falta e se mantém na moral da luta; esse jamais tornará melhores os seus alunos (...)”*

Agostinho da Silva

A sociedade actual assenta no valor da informação. A biblioteca escolar é o centro difusor da informação em que promove a comunicação da comunidade escolar e estimula a aprendizagem autónoma e consciente do aluno. O professor bibliotecário é essencial e crucial na dinamização do processo de aprendizagem. Não se limita a ser um gestor de informação ou apenas um mero documentalista. É um elo activo, essencial e crucial na dinamização do processo de aprendizagem e na promoção da comunicação e trabalho entre professores, alunos, pais e toda a comunidade escolar. Mas perante o surgir de novos desafios é imperioso reflectir sobre as suas competências.

#### 3.1 Perfil e Formação

O mundo vive numa velocidade vertiginosa em que ocorrem constantes mudanças a nível científico e tecnológico e, também, a nível social, político e económico. Todos nós sentimos a corrente da mudança onde a tecnologia tem um lugar central e vital. Assistimos ao aparecimento de numerosas fontes de tecnologia: computadores, ipads, internet, softwares, Deu-se o processo de globalização e o aparecimento da sociedade da informação. No entanto, aqueles que estão apartados do conhecimento e do saber não têm condições para exercer a sua cidadania e podem ficar, como consequência, excluídos. Toda esta mudança trouxe consigo dúvidas, inquietações e desafios a todos os profissionais que lidam com a informação. Surgem naturalmente estas questões: Qual é a formação que o profissional de informação deverá ter? Qual deverá ser a sua posição na nossa sociedade? Este será o responsável pela gestão da informação. No entanto, o

seu trabalho e forma de actuar estão a ser questionados pela sociedade que quer compreender qual o lugar deles da nossa sociedade e a utilidade do seu trabalho.

Souza (2006, p.34) afirma que se deve utilizar a expressão “*Profissionais de Informação*” para terminar com a confusão de termos, como Bibliotecário, Cientista da Informação, Arquivista e Museólogo, Gestor da Informação. Por outro lado, os bibliotecários ignoram a ideia de que a sua imagem profissional é o resultado de uma construção com base na interacção social. Isto significa que a visão social do bibliotecário é a manifestação da importância do papel que exerce na sociedade. Souza (2006, p.40) argumenta que “ A identidade sendo fruto da interacção social, no grupo e com os demais grupos, é também um processo de competição. Não está definitivamente dada” A instituição de bibliotecários e cientistas da informação, tal como outras, procura alcançar o reconhecimento do seu valor, a importância do seu estatuto e a excelência da sua existência. Esta identidade não é algo ganho e definitivo, mas é uma construção diária. Constrói-se em cada profissional de informação, sendo resultante das manifestações diárias do seu trabalho e da valorização que este tem na sociedade. Por outro lado, existem aqueles que acreditam que a sociedade não precisa destes profissionais. Estamos num mundo em que muitos não têm acesso à escolaridade, onde não existem bibliotecas em número suficiente e que não reconhece a importância da pesquisa e do valor da informação. Desconhecem assim o trabalho dos especialistas em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

O que fazem estes profissionais de Informação? Souza (2006, p.41), vai mais longe e pergunta também: Quais são as suas acções de trabalho? Que implicações têm as suas acções de trabalho para o quotidiano das pessoas? Será que a sociedade deverá remunerar estes profissionais pela execução do seu trabalho? Tem que existir um certo desenvolvimento económico que permita o reconhecimento da necessidade das acções destes profissionais. Mas também, como é afirmado por Souza (2006, p.42) “(...) o reconhecimento da Biblioteconomia e da Ciência da Informação está a depender tanto da produção de saber técnico-gerencial quanto da produção de saberes que fundamentam social, psicológica, económica e politicamente o profissional e a profissão.”

Oliveira e Silveira (2006, p.4) mostram que as TIC e as mudanças inerentes provocaram uma mudança. Esta constante instabilidade faz com que os profissionais de informação sejam obrigados a mudar o seu perfil e a actualizarem-se constantemente às novas ferramentas de processamento de informação. Blattmann e Rados (2000, p.1) questionam se estas mudanças ocorreram somente pela força da globalização dos mercados e das novas tecnologias.

A sociedade da informação implicou com o fim dos compromissos de longo curso substituídos pela rapidez e pela flexibilidade (Aranalde, 2007, p.337). Vivemos num mundo sem lei, que, segundo Aranalde, “gera uma forma de cultura que dissolve a importância de uma formação do carácter” porque esta sociedade exige personalidades, identidades flexíveis, capazes de suportar a fragmentação e o desprendimento do seu próprio passado. Então estamos perante uma cultura que incentiva o desprendimento do passado e realça um futuro imprevisível.

Aranalde (2007, p.337) afirma que os gestores de informações são os profissionais que trabalham com os registos de informações, conservando-as e disponibilizando-as. Como se consegue observar o trabalho de gestão? “A gestão se revela como aplicação de técnicas visando ordenar a multiplicidade de suportes e tipos de informação, buscando eficiência e eficácia na sua classificação, organização, conservação e disponibilização (Aranalde, 2007, p.340)”

Para além de possuir os conhecimentos habituais no tratamento de informação, o profissional de informação deve possuir competências no meio impresso e digital porque perante o aumento de informação digital deve estar preparado para trabalhar com softwares de tratamento de dados para a sua disponibilização ao utilizador (Oliveira e Silveira, 2006, p.5).

As actividades tradicionais de trabalho, como a catalogação, indexação e recuperação de informação sofreram modificações com o aparecimento das TIC's.: a catalogação que se resumia a fichas manuais, conta agora com ferramentas informáticas; a indexação não é trabalho único do indexador, nem é apenas manual, mas existe, por exemplo, agora possibilidade do próprio utilizador atribuir palavras-chave (Oliveira e Silveira, 2006, p.6). Por outro lado, o serviço de referência que era considerado como um dos mais importante porque servia de intermediário entre a informação e o utilizador foi alterado

com o aparecimento da internet. O utilizador pode ser autónomo e encontrar ele próprio o que necessita, mas como nos diz Oliveira e Silveira (2006, p.6): "(...) o bibliotecário de referência sempre servirá como importante filtro para informação de qualidade".

O papel do profissional de informação não está em crise com o aparecimento da internet e das TIC's, mas este tem o seu papel reforçado e, cada vez, mais necessário, servindo como uma referência no meio do caos de informação. Este trabalha em ambientes digitais, dando valor à informação através de um exigente e elaborado trabalho de organização, selecção e refinamento para os utilizadores. (Oliveira e Silveira, 2006, p.6). Aranalde (2005, p.350) afirma que o profissional bibliotecário deve saber como "utilizar adequadamente os recursos disponíveis e buscar conhecer as tecnologias emergentes" porque as mudanças acontecem a um ritmo frenético.

Dudziak (2007, p.95) mostra que o bibliotecário pode ser encarado como um educador porque ele faz diversas tarefas educacionais, como leccionar aulas, organização de programas de competência informacional com professores. A mediação pedagógica assenta fundamentalmente na partilha, comunicação e reciprocidade, tendo como objectivo a transformação do indivíduo num cidadão independente e emancipado.

O bibliotecário além de ser educador, também faz a renovação do seu saber, ou seja, "pratica o aprender a aprender, difunde e populariza a ciência, explica as implicações da tecnologia, discute a realidade social e política, alerta para a responsabilidade social e ambiental" (Dudziak, 2007, p.96).

Mas também é líder, assumindo o diálogo, lutando pela liberalização da informação, procurando que exista um acesso democrático. Não está confinado ao mundo fechado da biblioteca. Antes vai para além dela, procurando outras experiências como forma de crescimento e de enriquecimento, participando assim em intercâmbios e projectos cooperativos regionais, nacionais e internacionais (Dudziak, 2007, p.96).

Deve procurar também a existência de um ambiente de aprendizagem seguro, eficiente pela administração da organização, das operações e dos recursos e pela colaboração com os membros da comunidade e famílias (Dudziak, 2007, p.97). Aranalde (2005, p.352), afirm que o profissional bibliotecário deve "estabelecer uma cultura de aprendizagem que permita exercitar o seu saber-fazer da melhor maneira possível

dominando um conjunto de técnicas que caracterizam a sua profissão.” A cultura da aprendizagem actual exige rapidez e flexibilidade o que pode fazer com que se assista ao nascimento de uma cultura do esquecimento, onde o novo deve substituir o antigo, o que faz com que muitos conhecimentos essenciais sejam postos em causa. Para se ser um bom profissional é necessário dominar uma técnica. É um meio essencial para a plena realização como ser humano.

O profissional de informação tem também um papel social, como é afirmado por Aranalde (2005, p.355). O seu dever social reflecte-se na sua obrigação de procurar gerir as informações da melhor forma possível e com a máxima qualidade para o utilizador. Deve ter sempre em vista as necessidades do utilizador, procurando a melhor maneira de organizar, recuperar e disseminar a informação.

Tolfo e Santos (2006, p.1) mostram que a competitividade feroz nas organizações conduz a uma série de mudanças irreversíveis para que estas não fiquem atrasadas e paradas no tempo. As bibliotecas não estão imunes a estas necessidades de mudança e sofrem a mesma pressão das organizações. Como poderão responder aos pedidos de informação perante um aumento incontável e incessante de informação? Estas têm, no entanto, de manter o referencial de informações claras, disponíveis e de qualidade (Tolfo e Santos, 2006, p.2). No entanto, o sucesso de uma organização assenta principalmente nos produtos e serviços, mas está dependente das competências dos seus profissionais. O que é competência? Tolfo e Santos (2006, p.2) dizem que “é um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos e habilidades que agreguem valor à organização e valores sociais ao indivíduo.”. Quais serão as competências e habilidades necessárias para o profissional de informação? Dudziak (2007, p.93) argumenta que geralmente a competência é vista como a realização de saber fazer, saber algo ou saber ser alguma coisa bem, mas “ (...) a competência envolve mobilização de habilidades, conhecimentos e atitudes”. A competência é construída como um reflexo da consciência que o outro tem sobre as nossas acções. É um processo contínuo, sempre em movimento, conduzido pelo aprender a aprender e pela aprendizagem ao longo de toda uma vida. Rodrigues (2008, p.3) mostra que a mudança que está a ocorrer nas bibliotecas e nos serviços de documentação faz com que o exercício profissional esteja marcado pela mudança e diversificação. Tem que existir uma conciliação entre os saberes tradicionais e as novas

competências. Vivemos num ambiente digital, mas as competências tradicionais são ainda necessárias se estiverem em combinação com os novos conhecimentos, capacidades, saberes no novo ambiente tecnológico emergente. Este autor faz as seguintes perguntas: “Quais são então as novas competências e saberes indispensáveis para a sobrevivência e o sucesso profissional? Como ser um bibliotecário na era digital?” (Rodrigues, 2008, p.3). É necessário ter os conhecimentos essenciais de informática e das ciências da informação. Mas não basta. É necessário ter a vontade para aprender a utilizar as ferramentas e aplicações informáticas. É a chamada competência informacional. E o que será competência informacional? Dudziak (2007, p.93) argumenta que existem vários significados, mas está “ligada ao processo de proficiência investigativa, pensamento crítico e aprendizado independente, ou seja, é algo que está sempre presente no processo de criação, resolução de problemas e tomada de decisão”.

Rodrigues (2008, p.4) apresenta uma lista das competências tecnológicas que o profissional de informação deve possuir:

- Conhecimento aprofundado da Internet, dos seus serviços e potencialidades;
- Excelência na utilização das diversas ferramentas de pesquisa de informação na Internet;
- Capacidade para avaliar e organizar recursos electrónicos;
- Capacidade para criar e gerir conteúdos na World Wide Web (HTML, etc.);
- Conhecimentos e capacidade para criar e assegurar o funcionamento de serviços de ajuda e referência “online” e materiais de formação para utilização remota;
- Conhecimento e capacidade de trabalho com as diversas “normas” emergentes - SGML, HTML, Z39.50, etc.
- Conhecimento dos métodos, técnicas e normas de digitalização e/ou criação de documentos multimédia e da sua disponibilização para o público (interfaces, design, etc.);

- Conhecimentos básicos sobre o funcionamento e gestão de redes e sistemas operativos;
- Capacidade para usar e avaliar software e hardware diversos.

O euro-referencial – I D. do ICIA (European Council of Information Associations) define competência, como o conjunto de capacidades necessárias para o exercício de uma actividade profissional e domínio dos comportamentos requeridos (ICIA, 2006, p.18). As componentes são: os saberes, o saber fazer e as aptidões. Estas componentes devem ser operacionais, postas em prática e validadas. Por sua vez, aptidões são a disposição natural ou adquirida de um indivíduo, induzindo um comportamento (ICIA, 2006, p.20).

Rodrigues (2009, p.8) mostra um quadro onde apresenta os domínios de competência.

*Quadro 9 - Domínios de competências do Euro-Referencial I-D (Rodrigues, 2009, p.8)*

<b>Grupo I Informação</b>	<b>Grupo T Tecnologias</b>	<b>Grupo C Comunicação</b>	<b>Grupo M Gestão</b>	<b>Grupo S Outros Saberes</b>
Compreensão do meio profissional	Concepção informática de sistemas de informação documental	Comunicação oral	Gestão global da informação	
Aplicação do direito da informação	Desenvolvimento de aplicações informáticas	Comunicação escrita	Marketing	
Gestão de conteúdos e conhecimentos	Publicação e edição	Comunicação audiovisual	Venda e difusão	
Identificação e validação de fontes de informação	Tecnologias da Internet	Comunicação pela informática	Gestão orçamental	
Análise e representação da informação	Tecnologias da informação e da comunicação	Prática de uma língua estrangeira	Gestão de projectos e planeamento	
Pesquisa de informação		Comunicação interpessoal	Diagnóstico e avaliação	
Gestão de colecções e fundos		Comunicação institucional	Gestão de recursos humanos	
Enriquecimento de colecções e fundos			Formação e acções pedagógicas	
Tratamento físico dos documentos				
Concepção de produtos e serviços				

Este autor (Rodrigues, 2009, p.9) também apresenta outro quadro com as aptidões:

Quadro 10 - *Aptidões do Euro-Referencial I-D (Rodrigues, 2009, p.9)*

<b>A</b> <b>Relacionamento</b>	<b>B</b> <b>Pesquisa</b>	<b>C</b> <b>Análise</b>	<b>D</b> <b>Comunicação</b>	<b>E</b> <b>Gestão</b>	<b>F</b> <b>Organização</b>
1.Autonomia 2.Capacidade de comunicação 3.Disponibilidade 4.Empatia 5.Espírito de equipa 6.Aptidão para a negociação 7.Sentido pedagógico	1.Espírito de curiosidade	1.Espírito de análise 2.Espírito de crítica 3.Espírito de síntese	1.Discrição 2.Capacidade de resposta	1.Perseverança 2.Rigor	1.Capacidade de adaptação 2.Sentido de antecipação 3.Espírito de decisão 4.Espírito de iniciativa 5.Sentido de organização

O relatório da imagem das competências dos profissionais de informação-documentação pelo Observatório da Profissão Informação – Documentação (2006, p.5), em dois questionários aplicados a profissionais de Informação-Documentação, a alunos de programas de formação na área I-D e a utilizadores/clientes dos serviços e informação. Chegaram às seguintes conclusões.

Quadro 11 - *Competências do Profissional Informação e Documentação, referidas em dois inquéritos, pelo relatório a Imagem das Competências dos Profissionais de Informação-Documentação*

Dez competências mais referidas	Dez competências menos referidas	Dez competências mais referida no desempenho futuro	Dez competências menos referida no desempenho futuro
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa de informação</li> <li>• Relacionamento com utilizadores e clientes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Venda e difusão</li> <li>• Publicação e edição</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relacionamento com utilizadores e clientes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Venda e difusão</li> <li>• Publicação e edição</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreensão do meio profissional</li> <li>• Comunicação interpessoal</li> <li>• Gestão de conteúdos e conhecimentos</li> <li>• Tecnologias da informação e comunicação</li> <li>• Identificação e validação das fontes de informação</li> <li>• Gestão global da informação</li> <li>• Comunicação institucional</li> <li>• Formação e acções pedagógicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão orçamental</li> <li>• Marketing</li> <li>• desenvolvimento informático de aplicações</li> <li>• Gestão de recursos humanos</li> <li>• Comunicação audiovisual</li> <li>• Gestão de projectos e planeamento</li> <li>• Concepção informática de sistemas de informação documental</li> <li>• Diagnóstico e avaliação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa de informação</li> <li>• Tecnologias de informação e comunicação</li> <li>• Gestão de conteúdos e conhecimentos</li> <li>• Formação e acções pedagógicas</li> <li>• Compreensão do meio profissional</li> <li>• Identificação e validação das fontes de informação</li> <li>• Comunicação interpessoal</li> <li>• Tecnologias da Internet</li> <li>• Comunicação pela informática</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Marketing</li> <li>• Gestão Orçamental</li> <li>• Tratamento físico dos documentos</li> <li>• Concepção de produtos e serviços</li> <li>• Comunicação Audiovisual</li> <li>• Organização do Espaço e Equipamento</li> <li>• Desenvolvimento informático de aplicações</li> <li>• Concepção informática de sistemas de informação documental</li> </ul>
<p><b>Fonte:</b> Observatório da Profissão Informação – Documentação (2006, p.7 e 8)</p>			

O relatório “Competencies for Special Librarians of the 21<sup>st</sup> Century” (SLA, 2003, p.1) desenvolveu um estudo onde procura conhecer as competências e habilidades que os bibliotecários devem ter para trabalhar, numa altura, em que as mudanças e a pressão da tecnologia são constantes na nossa sociedade. Os bibliotecários precisam de dois tipos

principais de competências: profissionais - conjunto de conhecimentos sobre os recursos de informação e o acesso a estes, além de deverem possuir capacidades para usar a tecnologia, a administração e a pesquisa para melhorar os serviços e produtos de informação existentes e desenvolver novos; e pessoais - conjunto de habilidades, atitudes e valores que permite aos bibliotecários trabalharem eficientemente, serem bons comunicadores, reflectirem sobre a importância da educação permanente para a promoção de suas carreiras, compreenderem a natureza de suas atribuições, agregarem valor às informações usadas nas organizações e sobreviverem no novo mundo do trabalho.

*Quadro 12 - Competências Profissionais e Pessoais do Profissional de Informação*

Competências Pessoais	Competências Profissionais
1. comprometer-se com a excelência no desempenho de suas actividades profissionais;	1. conhecimento especializado do conteúdo dos recursos de informação existentes na biblioteca, incluindo a habilidade de avaliá-los criticamente e filtrá-los;
2. buscar desafios e visualizar novas oportunidades dentro e fora da biblioteca;	2. conhecimento especializado do(s) assunto(s) de interesse da organização onde funciona a biblioteca ou centro de informação;
3. ter uma visão geral e abrangente da organização;	3. capacidade de desenvolver e administrar serviços de informação convenientes, acessíveis e de baixo custo que estejam alinhados com as orientações estratégicas da organização;
4. buscar parcerias e alianças;	4. capacidade para oferecer excelente treinamento e apoio aos usuários da biblioteca e dos serviços de informação
5. criar um ambiente de respeito mútuo e confiança;	
6. ter capacidades efectivas de comunicação;	
7. trabalhar bem em equipa;	
8. exercer liderança;	

<p>9. planejar, priorizar e focar os pontos críticos;</p> <p>10. comprometer-se a aprender durante toda a vida e a planejar a carreira pessoal;</p> <p>11. ter habilidade pessoal para negócios e saber criar novas oportunidades;</p> <p>12. reconhecer o valor das redes de contacto pessoal e profissional;</p> <p>13. reconhecer o valor da solidariedade;</p> <p>14. ser flexível e optimista em tempo de mudanças constantes</p>	<p>existentes na organização;</p> <p>5. capacidade para levantar necessidades de informação e desenvolver e vender serviços e produtos de informação com alto valor agregado, atendendo as necessidades identificadas;</p> <p>6. saber usar a tecnologia da informação para adquirir, organizar e disseminar informação;</p> <p>7. saber usar abordagens apropriadas de negócios e de marketing para comunicar a importância dos serviços de informação para a cúpula administrativa da organização;</p> <p>8. saber desenvolver produtos de informação específicos para uso interno ou externo à organização ou para clientes individuais;</p> <p>9. saber avaliar os resultados do uso da informação e conduzir pesquisa focada para a solução de problemas</p> <p>10. gestão de informação; saber aprimorar continuamente os serviços de informação em resposta às mudanças nas necessidades;</p> <p>11. ser um membro efectivo da direcção e actuar como consultor em questões de informação dentro da organização.</p>
--	---

**Fonte:** *Competencies for Special Librarians of the 21st Century* (2003)

E qual a formação que é indicada para os profissionais da informação nos tempos presentes? Como pensar e construir o profissional-cidadão nos dias actuais? Não é objectivo deste trabalho mostrar a evolução do profissional de informação. No entanto, é importante para conseguirmos compreender o contexto actual fazer uma pequena abordagem deste assunto. Segundo Souza e Ribeiro (2009, p.88), na Europa, as instituições (bibliotecas e arquivos) encarregavam-se de ministrar a formação adequada e necessária aos seus trabalhadores. Só em 1887, em Portugal, foi criado o curso de instrução superior (bibliothecario-arquivista) pela Inspeção Geral de Bibliothecas e Archivos Públicos), sofrendo duas remodelações: em 1918 e em 1919 (passando a ser designado “Curso de Biblioteconomia e Arquivística). A mudança mais significativa ocorreu em 1931 e que reforçou a sua componente técnica. Tinha assim a duração de dois anos, funcionando como uma espécie de pós-graduação, ou seja, estava subjacente que o estudante tivesse um grau de bacharel ou licenciado pela Faculdade de Letras (Pinto, 2008, apud, Souza e Ribeiro, 2009, p.89).

A Sociedade da Informação trouxe consigo imensos desafios e alterações que levaram, a partir da década de 70, que o curso de Bibliotecário- Arquivista não fosse o mais indicado. Surge assim em 1982 o Curso de Especialização em Ciências Documentais que foi criado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, intitulado como “pós-graduação, assumia-se como condição imprescindível para assumir os lugares de técnicos superiores de Arquivo ou de Bibliotecas e Documentação nos quadros dos organismos da administração pública de Portugal (Silva e Ribeiro, 2002, apud, Souza e Ribeiro, 2009, p.90).

No entanto, segundo Souza e Ribeiro (2009, p.90), após a criação deste curso surgiram quase imediatamente críticas pela sua inaptidão e desadequação às necessidades reais. Surgiram debates, colóquios, conferências e trabalhos que debateram esta realidade e que clamavam pelo aparecimento de “ (...) um curso que atendesse aos anseios de pessoas que queriam seguir a carreira profissional na área da BAD aliados à carência e a necessidade de uma formação profissional que atendesse essa nova realidade (...)” (Souza e Ribeiro, 2009, p.92).

Em 1998, foi realizado um trabalho a pedido do Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares que consistia em dar linhas de orientação para a programação e desenvolvimento de ofertas de formação sobre bibliotecas, mediatecas e centros de

recursos nas escolas, abrangendo apenas a formação contínua de professores, ou seja, não estava incluída formação inicial, nem a formação especializada (Gonçalves, 2008, p 3). Gonçalves refere que as entidades formadoras, naquela altura, deparavam-se com uma tarefa complicada porque existiam poucos trabalhos de investigação relacionadas com a temática das bibliotecas escolares. Existia então “ (...) uma escassez de oferta em Portugal de mestrados, doutoramentos, e diplomas de estudos especializados nesta área, este é um dos maiores problemas a resolver pelas entidades formadoras, se pretenderem realizar formação de qualidade” (Gonçalves, 1998, p.9). A formação destinava-se a professores porque como estes desempenhavam funções importantes na gestão dos recursos educativos e humanos na biblioteca escolar, além de exercerem também funções transdisciplinares de formação dos alunos nos métodos de trabalho intelectual. Ajudam os alunos a trabalharem na biblioteca escolar, incentivando estes a serem autónomos na realização de recolha, tratamento e produção de informação.

Passados cerca de 14 anos sobre o trabalho de Gonçalves, a oferta de formação alterou-se. Em 6 de Junho de 2001 foi publicado em Diário da República a Licenciatura em Ciência da Informação, ministrado pela Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia do Porto. Posteriormente a isto, surgiram outras instituições que oferecem a licenciatura em CI. Existem actualmente cursos de pós-graduação com especialização em arquivo e biblioteca e, também, mestrados.

*Quadro 13 - Lista de Cursos em Ciências da Informação*

Nível	Local	Instituição	Curso
Bacharelato	Aveiro	Universidade de Aveiro Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda	Bacharelato em Documentação e Arquivística
Licenciatura	Porto	Instituto Politécnico do	Bacharelato e Licenciatura

		Porto, Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	(Licenciatura Bietápica) em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação
Licenciatura		Licenciatura em Ciência da Informação	Universidade do Porto, Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia
Licenciatura		Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Portucalense
Licenciatura		Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Fernando Pessoa
Licenciatura		Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG) do Instituto Politécnico do Porto (IPP)
Licenciatura	Braga	Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga
Licenciatura	Coimbra	Licenciatura	Universidade de

		em Ciências de Informação, Arquivística e Biblioteconómica	Coimbra, Faculdade de Letras
Licenciatura	Faro	Licenciatura em Ciências Documentais e Editoriais	Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Licenciatura	Lisboa	Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Aberta
Licenciatura	Lisboa	Licenciatura em Ciência da Informação	UAL - Universidade Autónoma de Lisboa
Pós-Graduação	Beja	Pós-graduação em Ciências Documentais	Universidade Moderna
	Braga	Pós-graduação em Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga
	Coimbra	Curso de Especialização em Ciências Documentais	Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
	Évora	Pós-graduação em Ciências Documentais	Universidade de Évora, Departamento de História
	Faro	Curso de	Universidade do

		Especialização em Ciências Documentais	Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
	Gaia	Pós-graduação em Gestão de Bibliotecas Escolares	ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração
	Leiria	Pós-graduação em Gestão de Bibliotecas Escolares	ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração
	Lisboa	Curso de Especialização em Ciências Documentais	UAL - Universidade Autónoma de Lisboa
		Curso de Especialização em Ciências Documentais	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
		Pós-Graduação em Ciências da Informação - Documentação	ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração
		Curso de Especialização em Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Aberta
		Curso Pós-Graduado de Especialização em	Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito

		Informação e Documentação Jurídicas	
		Curso de Pós-Graduação em Livro Infantil	Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas
	Marinha-Grande	Pós-Graduação em Bibliotecas Escolares e Literacias do séc. XXI	ISDOM - Instituto Superior Dº Dinis
	Odivelas	Curso de Especialização em Ciências da Documentação e da Informação	ISCE – Instituto Superior de Ciências Educativas
	Ponta Delgada	Pós-Graduação em Ciências Documentais e da Informação	Universidade dos Açores, Faculdade de História, Filosofia e Ciências Sociais
	Portimão	Pós-Graduação em Bibliotecas Escolares e Literacias do séc. XXI	ISMAT - Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
	Porto	Pós-graduação em Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Fernando Pessoa
		Curso de	Universidade

		Especialização em Ciências Documentais	Portucalense
		Curso de Especialização Pós-Graduada em Informação Empresarial	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG) do Instituto Politécnico do Porto (IPP)
	Santarém	Pós-Graduação em Organização e Animação de Bibliotecas Escolares / Centros de Recursos Educativos	Escola Superior de Educação de Santarém
	Tomar	Pós-Graduação em Ciências Documentais	Instituto Politécnico de Tomar
Mestrado	Aveiro	Mestrado em Gestão de Informação	Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Eng. <sup>a</sup> Industrial
	Braga	Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia
	Covilhã	Mestrado em Ciências	Universidade da Beira Interior

		Documentais	
	Évora	Mestrado em Ciências Documentais	Universidade de Évora, Departamento de História
	Faro	Mestrado em Ciências Documentais	Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
	Guimarães	Mestrado em Serviços de Informação	Universidade do Minho
	Guarda	Mestrado em Educação e Organização de Bibliotecas Escolares	Instituto Politécnico da Guarda, Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto
	Lisboa	Mestrado em Ciências da Documentação e Informação	Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras
		Mestrado em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais	ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Lisboa)
		Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas	Universidade Aberta

		Escolares	
		Mestrado em Ciências Documentais	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
		Mestrado em Ciências da Educação - Especialização em Bibliotecas Escolares e Literacias do Séc. XXI	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
	Porto	Mestrado em Ciência da Informação	Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia
		Mestrado em Ciências da Educação - Área de especialização em Educação e Bibliotecas	Universidade Lusófona
		Mestrado em Educação e Bibliotecas	Universidade Portucalense
		Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Fernando Pessoa
		Mestrado em História e Património -	Universidade do Porto, Faculdade de Letras

		Arquivos Históricos	
Doutoramento	Aveiro	Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais	Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte - Universidade do Porto, Faculdade de Letras
	Lisboa	Doutoramento "Doutoramento em Documentación"	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em convénio com a Universidade de Alcalá
	Porto	Doutoramento em Ciência da Informação	Universidade do Porto, Faculdade de Letras
		Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais	Universidade do Porto, Faculdade de Letras
		Doutoramento em Ciências da Informação	Universidade Fernando Pessoa

Fonte: APBAD (<http://www.apbad.pt/>)

Gonçalves e Satar (2007, p. 241) mostram a importância da formação profissional de BAD pelo decreto de 16 de Maio de 1969 que veio assegurar que os bibliotecários, arquivistas e documentalistas tenham uma preparação técnica. Mas somente após a

formação e respectivo estágio era concedido o título de Bibliotecário, Arquivista e Documentalista.

O regime das carreiras profissionais dos Bibliotecários-Arquivistas-Documentalista é estabelecido pelo Decreto-Lei N° 280/1979 que estabelece que para além das carreiras superiores, “ (...) um quadro médio de pessoal técnico-profissional com a categoria de técnicos auxiliares, com a indicação das várias categorias. “ (Gonçalves e Satar, 2007, p.241).

O Decreto-Lei n.º 247/91 estabelece o estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo enquanto que a Portaria n.º 597/93, de 23 de Junho altera os quadro do pessoal não docente da Universidade de Lisboa: regulamenta o estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo e define as normas de transição para a mesma carreira

O Despacho Conjuntivo n° 273/2002 de 11 de Abril de 2002 cria o curso de Especialização Tecnológica de Documentação e Informação no âmbito dos cursos de especialização tecnológica (CET), no contexto das formações pós-secundárias não superiores. O VIII Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalista na sua Moção sobre a Formação de Áreas BAD em Portugal (2004, p.3) afirma “não corresponde minimamente às necessidades de uma formação actualizada e especializada (...)”. Recomendam, portanto, a revogação do Despacho n° 273/2002, de 11 de Abril de 2002, e exigem que utilizem a experiência e os recursos da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas para que se consiga alcançar uma formação actualizada e adequada às expectativas dos profissionais. Foi estabelecido, entretanto, pela Portaria n° 1305/2006, de 23 de Novembro, o novo curso profissional de Técnico de Biblioteca, Arquivo e Documentação que vem formar o profissional qualificado que, no domínio dos princípios da biblioteconomia e da arquivística, está apto, sob orientação do técnico superior da área, a executar as tarefas inerentes ao processamento documental.

O Decreto-Lei n.º 121/2008 de 11 de Julho que reestrutura as carreiras da Administração Pública, extingue as carreiras específicas de técnico superior de

biblioteca e documentação, técnico profissional de biblioteca e documentação, técnico superior de arquivo e técnico profissional de arquivo. Regedor (2010, no blog BibVirtual)<sup>4</sup> defende que numa altura em que deu um aumento da qualidade da formação na área de Ciências da Informação e da Documentação, onde existem licenciados, pós-graduados, mestres e doutorandos a publicação desta lei poderá ter consequências gravosas nas bibliotecas e “irá causar prejuízos aos profissionais da ciência da informação. Irá acentuar a péssima situação do país no que respeita à literacia, à infoliteracia, à prática das diversas tipologias de leitura, especialmente à leitura volitiva”.

A mesma posição tem a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (2008, p.1) que enaltece a função social e económica desempenhada das bibliotecas, arquivos e centros de documentação, os quais são recursos essenciais para a aprendizagem e a promoção da democracia e da cidadania. Para alcançar estes objectivos é necessário ter “recurso a profissionais altamente qualificados, por sua vez coadjuvados por profissionais de nível médio”. Defendem que o decreto, ao garantir o exercício de funções por profissionais qualificados, permitiu que os profissionais da informação fossem elementos essenciais, vitais e preciosos para as mudanças que se operaram nas bibliotecas, arquivos e centros de documentação e para a democratização do acesso à informação. Porém, a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, publicada no D.R. n.º 41, Série I, Suplemento de 2008-02-27, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, no que se reporta ao Regime de Carreiras, defendem “os conteúdos funcionais desses profissionais não podem ser “absorvidos por conteúdos funcionais de carreiras gerais” (APBAD, 2008, p.2). O fim das carreiras das áreas funcionais da biblioteca significavam um enorme recuo dos progressos alcançados na qualificação e na modernização

A importante função social e económica das bibliotecas e dos arquivos só pode ser cumprida com recurso a profissionais altamente qualificados, por sua vez coadjuvados por profissionais de nível médio. As respectivas competências constituem um corpus bem definido, embora dinâmico, objecto de largo consenso internacional, cuja

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://bibvirtual.blogs.sapo.pt/>

aquisição é proporcionada, no primeiro caso, desde há mais de um século, por formação universitária e, no caso dos técnicos médios, desde a segunda metade do século XX, por formação profissional.

O profissional da informação para que possa ser um referencial na nossa sociedade tem que ter competências que passam inevitavelmente pelo domínio das novas tecnologias e tem que criar relações com a comunidade, não podendo viver isolado no seu reino de livros. Tem antes que construir as pontes com o exterior para que possa conseguir compreender as necessidades e os interesses dos utilizadores. Por outro lado, tem que se adaptar constantemente, procurando novos conhecimentos e novos saberes, sem nunca pôr de lado as competências básicas inerentes à sua profissão. Constitui assim um importante e necessário factor de união e de comunicação entre os utilizadores e a sociedade em rede, globalizada e globalizante, gerindo-a e promovendo o acesso à informação, transformando-se assim num gestor de informação.

### **3.2 Perfil e Competências do Professor Bibliotecário na Sociedade da Informação**

A biblioteca escolar tem uma grande importância na dinamização de recursos, como, centro de processo de ensino aprendizagem e, também, como mediadora na relação entre professor e aluno. Em Portugal, para procurar conhecer a realidade das bibliotecas escolares, a RBE lançou um modelo de avaliação das bibliotecas escolares para poder ser analisado o “...trabalho das BE, tendo como pano de fundo essencial o seu contributo para as aprendizagens, para o sucesso educativo e para a promoção da aprendizagem ao longo da vida. Neste sentido, é importante que cada escola conheça o impacto que as actividades realizadas pela e com a BE vão tendo no processo de ensino e na aprendizagem, bem como o grau de eficiência e de eficácia dos serviços prestados e de satisfação dos utilizadores (RBE, 2009, p.10). É essencial a colaboração entre o professor bibliotecário e os outros docentes para que consigam identificar os recursos e actividades que fomentem o sucesso do aluno que também passa pela acessibilidade e a qualidade dos serviços prestados e pela adequação da colecção e dos recursos tecnológicos.

A análise pelo relatório pretende identificar os sucessos - pontos fortes - no trabalho realizado em cada um dos domínios de funcionamento da biblioteca escolar e as limitações – pontos fracos – que correspondem a um desenvolvimento menor nalguns domínios de funcionamento. O relatório final de auto-avaliação deve ser então o instrumento que descreve os resultados da auto-avaliação e que delinea o conjunto de acções a ter em conta no planeamento de acções futuras a desenvolver. Esse relatório deve dar uma visão holística do funcionamento da biblioteca escolar e assumir-se como instrumento de recolha e de difusão de resultados a ser apresentado junto dos órgãos de gestão e de decisão pedagógica

A aplicação do Modelo de Auto-Avaliação prevê que, decorrido um ciclo de quatro anos, todos os domínios representativos do funcionamento da biblioteca escolar tenham sido avaliados. A selecção, em cada ano, de um ou mais domínios para ser objecto de avaliação representará um investimento mais significativo nesse ou nesses domínios, no sentido de procurar aferir, de forma sistemática e objectiva, os resultados efectivos do trabalho desenvolvido nessa (s) área . Como é referido no relatório: “ Os domínios seleccionados representam as áreas essenciais para que a BE cumpra, de forma efectiva, os pressupostos e objectivos que suportam a sua acção no processo educativo” (RBE, 2009, p. 10). Os elementos a serem analisados foram agrupados em quatro domínios:

#### A. Apoio ao Desenvolvimento Curricular

A.1 Articulação Curricular da BE com as Estruturas de Coordenação Educativa e Supervisão Pedagógica e os Docentes

A. 2 Promoção das Literacias da Informação, Tecnológica e Digital

#### B. Leitura e Literacia

#### C. Projectos, Parcerias e Actividades Livres e de Abertura à Comunidade

C.1 Apoio a actividades livres, extra-curriculares e de enriquecimento curricular

C.2 Projectos e parcerias

#### D. Gestão da Biblioteca Escolar

D.1 Articulação da BE com a Escola/ Agrupamento. Acesso e serviços prestados pela BE

D.2 Condições humanas e materiais para a prestação dos serviços

D.3 Gestão da colecção/da informação

A avaliação da biblioteca escolar deverá estar fundamentada em evidências (RBE, 2011, p.3), como as condições de funcionamento, serviços disponibilizados, utilização da BE e os impactos no ensino e aprendizagem de forma a realçar os sucessos alcançados e os aspectos menos positivos que possam obrigar a repensar a gestão e funcionamento da biblioteca escolar.

.O professor bibliotecário torna-se assim fundamental porque este torna-se um mediador entre a informação e o aluno. Deve procurar estimular na aprendizagem a capacidade de os alunos conseguirem autonomamente conseguirem aceder, avaliar e utilizar a informação.

Este desempenha uma importante função porque é responsável pela aproximação com os professores que trabalham directamente com as turmas. Procurar também potenciar a dinâmica do processo de aprendizagem para que os alunos possam ser autónomos na construção do seu conhecimento através da utilização da informação e da comunicação. O professor bibliotecário tem como objectivo a criação de oportunidades de aprendizagem para que os estudantes utilizem criticamente a informação de maneira a construir o seu conhecimento. Este profissional luta assim contra a exclusão digital. Um dos principais objectivos do seu trabalho é fazer com que os alunos consigam utilizar convenientemente e eficazmente a informação em qualquer suporte (impresso ou digital) para que estes possam desenvolver os instrumentos intelectuais e cognitivos que lhes permitam sobreviver no mundo globalizado,

Farias e Cunha (2008, p.29) realçam as diferentes tarefas que o professor bibliotecário tem na vida escolar, como o apoio aos docentes. Têm também que fornecer as informações que os professores necessitam para as suas aulas e contribuir activamente para a formação do aluno, auxiliando na comunicação e na pesquisa porque a biblioteca funcionará como uma extensão da aula, onde o aluno irá com inúmeras questões e problemas. O bibliotecário, será uma espécie de farol, auxiliando o estudante na busca da informação, sem que este se afogue no oceano de informação.

O professor bibliotecário não pode apenas ensinar aquilo que lhe cabia tradicionalmente: a localização e recuperação a informação, mas deve ir mais além do que isso. Tem que procurar desenvolver nos seus utilizadores as competências informacionais, auxiliando a que estes se tornem autónomos e independentes, desenvolvendo um pensamento crítico e questionador da realidade e da informação (Farias e Vitorino, 2009, p.11). O bibliotecário é importante, neste processo, porque funciona como elemento centralizador entre a informação e o aluno.

Por outro lado, este profissional deve trabalhar com os pais e a comunidade. Precisa portanto de participar activamente em todos os acontecimentos da vida escolar e ter conhecimento da política educacional da escola. Deve possuir um conhecimento técnico que lhe permita otimizar a pesquisa dos estudantes e do corpo docente, planeando e organizando adequadamente a biblioteca (Corrêa e outros, 2002, p.116), dinamizando-a e tornando-a mais cativante e acolhedora. O perfil do professor bibliotecário não pode corresponder à imagem antiquada de um velho profissional, guardador de livros, num reino de sombra, sombrio, onde impera o silêncio e a quietude e que se torna ameaçador para os alunos que ousam entrar nos seus territórios. Tem uma tarefa muito complicada e difícil: cativar e conquistar o estudante para que este goste de estar na biblioteca. Portanto, o professor bibliotecário deve ser humano, compreensivo, afável, proactivo, capaz de comunicar com os alunos para que estes se sintam bem em estar na biblioteca. (Corrêa e outros, 2002, p.117). Os estudantes podem então ser incentivados a ler e a frequentar activamente a biblioteca. Este profissional da informação também sofreu o impacto e as consequências da mudança de paradigma, tendo que se adaptar a alterações nas suas responsabilidades e tarefas, com a introdução das TIC`s que alterou substancialmente o seu dia-a-dia. Isto implica uma formação constante do professor bibliotecário para poderem ter melhores qualificações e poderem trabalhar melhor no desenvolvimento das competências informacionais (Farias e Vitorino, 2009, p.13),

O professor bibliotecário deve procurar dinamizar o ensino da literacia da informação, trabalhando com os alunos para que estes não se limitem apenas a saber manusear a informação, mas que tenham potencialidade de ir mais além, ou seja, sejam capazes de desenvolver uma capacidade crítica e simultaneamente uma abertura ao conhecimento. Têm então a capacidade de viver num mundo de informação cada vez mais complexo,

vivo e exigente. Serão construtores do seu caminho, encontrando um sentido para a sua existência.

Cria-se assim um ambiente participativo, como é afirmado por Lopes e Braga (2008, p.1946) que valoriza a criação e a partilha de conhecimento entre todos os membros da comunidade. Não é necessário o professor bibliotecário ser um líder autoritário, rígido, distante para impor normas de conduta. Esta nova cultura implica uma liderança informal em que todos se sentem ligados socialmente e acreditam na potencialidade daquilo que criam. O desenvolvimento da literacia é condição fundamental para a cidadania activa através do trabalho conjunto de vários intervenientes: professores, alunos e o professor bibliotecário.

Relativamente às competências, Hannesdóttir (1986, p. 10) no documento *Bibliotecários Escolares: Linha de Orientação* tenta defini-las, juntamente com as funções com o objectivo de auxiliarem os bibliotecários escolares a actuarem eficazmente e a auxiliarem no processo de ensino-aprendizagem. Este documento é o resultado de um trabalho de um grupo internacional, ao longo, de um período de três anos pelo Comité Permanente da Secção de Bibliotecários Escolares da IFLA. Quais são as funções que este profissional deve exercer? Hannesdóttir (1986, p.13) diz que é possível identificar três factores de conhecimento geral que são essenciais: informação e estudos de biblioteca (componente essencial para a selecção, organização e utilização de informação social registada, e de ideias); gestão (responsabilidade pela administração e pelas operações diárias da biblioteca escolar e do seu pessoal) e ensino (a ligação com os professores nos seus papéis de educadores a fim de desenvolverem utilizadores efectivos de informação). Estes profissionais pelas características inerentes ao seu trabalho deverão ter competências únicas e exclusivas que os distinguem dos outros profissionais do sector. Elaborámos assim um quadro, baseado no documento *Bibliotecários Escolares: Linha de Orientação*, onde estão descritas as principais funções e competências do profissional da biblioteca escolar.

**Quadro 14 - Principais Competências do Profissional da Informação no Desempenho de Funções na Biblioteca Escolar**

Principais Funções	Competências
Desenvolvimento da Colecção, selecção e produção de fontes de aprendizagem	<p>a capacidade de esboçar uma política de aquisições para orientar o desenvolvimento adequado da colecção de fontes que suportarão o programa de educação da escola;</p> <p>a capacidade de aplicar princípios básicos de avaliação de fontes, com o fim de desenvolver uma colecção polivalente e cooperar com os professores na selecção e avaliação de recursos de aprendizagem sob diferentes formas;</p> <p>a capacidade de desenvolver critérios para avaliar a adequação de ofertas feitas à escola;</p> <p>a capacidade de esboçar, planear e produzir fontes de informação específicas para fins educativos, nos locais onde não estão disponíveis</p>
Aquisição e Organização de Fontes de Aprendizagem Automatização	<p>a capacidade de desenvolver procedimentos para ordenar, receber e processar recursos de educação;</p> <p>a capacidade de utilizar princípios de classificação e organizar o material de acordo com esquemas de classificação padronizados;</p> <p>a capacidade de preparar e manter um catálogo da colecção de acordo com princípios apropriados e padronizados de catalogação;</p> <p>a capacidade de indexar material disponível e tornar as fontes de informação da colecção totalmente disponível para pesquisa por assunto</p> <p>a capacidade de seleccionar o software apropriado para a automatização da gestão da biblioteca escolar.</p>
Serviço de Informação para Professores e Alunos	<p>a capacidade para estudar e avaliar as necessidades de informação e interesses de professores e alunos;</p> <p>a capacidade para delinear serviços de informação apropriados a todos os membros da comunidade escolar;</p> <p>a capacidade para desenvolver guias para fontes e bibliografias que auxiliem professores e alunos na sua procura de informação apropriada;</p>

	<p>a capacidade para desenvolver um sistema eficiente para circulação e reserva de recursos e equipamento de aprendizagem necessários;</p> <p>a capacidade para relacionar a biblioteca escolar e os seus recursos às redes de biblioteca-informação e comunicação que permitem a partilha de recursos e o acesso a uma gama de fontes exteriores à escola;</p> <p>a capacidade de estabelecer procedimentos para encorajamento da utilização de empréstimos inter-bibliotecas;</p> <p>a capacidade para aplicar tecnologia avançada no armazenamento, movimentação, pesquisa, recuperação e utilização da informação.</p>
Gestão	
Principais Funções	Competências
Política de desenvolvimento e implementação da supervisão, Avaliação. Modificação e Mudança	<p>a capacidade de delinear uma política de biblioteca escolar e esboçar um programa para implementar essa política;</p> <p>a capacidade de estabelecer metas a longo e curto prazo para o desenvolvimento da biblioteca, em cooperação com o pessoal e a administração da escola;</p> <p>a capacidade de esboçar e planear estratégias a fim de alcançar estas metas;</p> <p>a capacidade e vontade de pedir e aceitar sugestões para modificar e alterar o programa da biblioteca escolar;</p> <p>a capacidade de avaliar o programa, à luz de metas declaradas, e de o adaptar e rever se necessário;</p> <p>a capacidade para encorajar o envolvimento da comunidade nas actividades da biblioteca escolar e, em particular, de estabelecer contactos com pessoas de recurso que possam apoiar o programa da biblioteca escolar</p>
Utilização e Gestão de Recursos, Preservação e Conservação	<p>a capacidade de organizar e desenvolver colecções, instalações e serviços para atingir objectivos;</p> <p>a capacidade de supervisionar e planear para a gestão efectiva do pessoal da biblioteca escolar, tanto profissional como pessoal de apoio;</p> <p>a capacidade de planear para a utilização eficiente do espaço;</p>

	<p>a capacidade de proporcionar e garantir conservação apropriada e cuidado dos recursos de aprendizagem e equipamento;</p> <p>a capacidade de desenvolver serviços apropriados para professores e alunos de acordo com metas e objectivos.</p>
Financiamento, Controlo do orçamento, Contabilidade e Relatório	<p>a capacidade de planear estratégias que assegurem o auxílio financeiro para a biblioteca escolar;</p> <p>a capacidade de preparar um orçamento que auxilie e reflecta o programa de ensino e gira os assuntos financeiros;</p> <p>a capacidade de preparar relatórios sobre o programa da biblioteca escolar onde os serviços e as actividades sejam descritos de uma forma positiva</p>
Ensino	
Principais Funções	Competências
Integração da Utilização de perícia de informação no curriculum	<p>a capacidade para analisar o comportamento de procura de informação e os interesses de alunos e professores e de relacionar essas necessidades e interesses para adequar fontes de informação;</p> <p>a capacidade de coordenar a integração de contínua utilização da perícia de informação dentro do <i>curriculum</i> da escola;</p> <p>a capacidade de auxiliar alunos e professores no uso efectivo de uma variedade de recursos educativos, tanto de materiais como de equipamento, por ex., através do ensino sistemático em perícia de informação;</p> <p>a capacidade de planear e delinear em cooperação com professores e alunos, a informação de actividades baseadas e de tarefas que suportam o programa educacional da escola, incluindo tecnologia de informação e fontes que estão disponíveis através de canais electrónicos.</p>
Orientação e promoção da Utilização Efectiva	<p>a capacidade de orientar os estudantes na leitura, audição e visionamento e de os ajudar a desenvolver as suas atitudes e comentários;</p> <p>a capacidade de encorajar a participação de alunos e professores no programa da biblioteca escolar;</p> <p>a capacidade de relacionar recursos de ensino particulares, tais como a literatura para crianças e jovens adultos, com</p>

	<p>aspectos do <i>curriculum</i> da escola;</p> <p>a capacidade de ajudar os estudantes a desenvolver atitudes, comentários e habilidades que motivem, estimulem e melhorem a sua selecção dos recursos de aprendizagem;</p> <p>a capacidade de avisar os professores sobre a adequação de materiais/fontes para fins particulares de ensino;</p> <p>a capacidade de encorajar o recurso a outras bibliotecas e instituições culturais em conjunto</p>
Fonte: Hannesdóttir (1986)	

A aquisição e o desenvolvimento das competências profissionais devem assegurar um profissional activo, diligente, reflexivo, capaz de se autoavaliar e de assumir uma posição de força e, simultaneamente, de diálogo. Estas competências vão-se reflectir inevitavelmente na biblioteca escolar, no assumir determinadas decisões e na elaboração de estratégias que vão ao encontro dos objectivos educacionais. O professor bibliotecário deve estar consciente do importante papel que assume e do poder que detém ao poder construir o carácter do seu papel educativo. O seu trabalho não se limita ao desenvolvimento da capacidade de saber lidar com a informação nos alunos. Os desafios do futuro exigem muito mais. O aluno, que domina a literacia da informação, não ficará perdido, nem se limitará a aceitar o que lhe é dado, mas será construtor do seu próprio caminho.

## 4. A Rede de Bibliotecas Escolares: Criação, Programa e Objectivos

*“Pela grossura da camada de pó que cobre a lombada dos livros de uma biblioteca pública pode medir-se a cultura de um povo.”*

*John Steibeck*

O estudante vê com naturalidade a existência de uma biblioteca com todos os seus recursos. Entra e tem com toda a facilidade acesso a um mundo imenso de informação. Pode fazer pesquisas, navegar na internet, procurar os livros que necessita para um trabalho ou requisitar uma revista para ler. E se tiver dúvidas pode contar com a ajuda de um professor bibliotecário ou de algum auxiliar.

Mas nem sempre foi assim... Houve um tempo em que não era obrigatório a existência de bibliotecas em Portugal nas escolas, Os livros (os poucos que existiam) estavam fechados em armários, onde os alunos não tinham acesso directo a estes e só eram retirados a pedido por um funcionário rigoroso e austeros. Eram lugares recônditos, frios e inimigos da mudança e das inovações tecnológicas.

Em Portugal deu-se o 25 de Abril em 1974 e abriu-se à mudança e ao futuro, mas as bibliotecas ficaram esquecidas e postas de parte. Tiveram que passar mais de dez anos para que fosse dada importância à biblioteca escolar com a lei n.º 46/86 de 14 de Outubro. O sistema actual educativo é definido, em 1986, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo em que é defendido a igualdade, ou seja, como nos diz numa publicação da OEI (Ministério da Educação de Portugal, p. 26) <sup>5</sup> é consagrado o “(...) direito à educação e à cultura para todas as crianças, é alargada para 9 anos a escolaridade obrigatória, garante-se a formação de todos os jovens para a vida activa, o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades, a liberdade de aprender e ensinar, a formação de jovens e adultos que abandonaram o sistema (ensino

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/portugal/historia.pdf>

recorrente) e a melhoria educativa de toda a população”. Na Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, no artigo 41º (recursos educativos), alínea b as bibliotecas e as mediatecas escolares são referidas, como recurso educativo privilegiado. No entanto, Sousa (2007, p.1) argumenta que “ (...) consignando a biblioteca escolar como um recurso educativo entre outros, acaba por não dar especial relevo ao seu papel e ao da leitura na educação para todos.”

A LBSE foi alterada três vezes, a primeira pela Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro, a segunda pela Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto e a terceira pela Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto. Novamente a Lei/2005 de 30 de Agosto, no artigo 45º, alínea B as bibliotecas e as mediatecas escolares são referidas. É consagrado o a universalidade da educação pré-escolar para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos de idade pela Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto.

Sousa (2007, p.1) mostra que o Ministério da Cultura tinha o objectivo que todos os portugueses tivessem acesso à leitura, o que justificava o investimento de 48 milhões de contos até 2005. Nesse ano, a Rede de Leitura Pública teria que ter uma biblioteca em todos os concelhos do país. A escola também foi impulsionada a trabalhar na rede de leitura pública através do desenvolvimento das bibliotecas escolares. O Despacho Conjunto n.º 43/ME/MC/95 de 29 de Dezembro vem então lançar a Rede de Bibliotecas Escolares que tem objectivo (que está exposto no site desta instituição<sup>6</sup>) de “(...) instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilizando aos utilizadores os recursos necessários à leitura, ao acesso, uso e produção da informação em suporte analógico, electrónico e digital.”

O documento Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares: relatório síntese (Veiga et al., 1996, p. 59) mostra claramente no seu programa que a criação de uma rede de bibliotecas deve ser a base onde se centra a política educativa. Por outro lado, “a biblioteca deve constituir-se como um núcleo de organização pedagógica da escola, vocacionado para as actividades culturais e para a informação, constituindo um instrumento essencial do desenvolvimento do currículo escolar. As suas actividades

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://rbe.min-edu.pt/np4/programa.html>

devem estar integradas nas restantes actividades e fazer parte do seu projecto educativo; mudanças qualitativas na actividade pedagógica só tendem a tornar-se eficazes e consistentes quando: as iniciativas são em grande medida da responsabilidade dos professores; o processo de lançamento e inovação é assumido pela direcção da escola; um número significativo de professores e de alunos adere às propostas e envolve-se nas actividades delas decorrentes; os pais dos alunos aceitam a inovação e percebem-na como um benefício (Veiga et al., 1996, p. 59). ”

O programa RBE tinha como objectivo principal a criação de uma rede de bibliotecas escolares para todos os ciclos do ensino básico e secundário, funcionado como centros multimédia, na formação de leitores na literacia da informação. A RBE é coordenado pelo gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, que trabalha, com as Direcções Regionais de Educação, com as autarquias e Bibliotecas Públicas Municipais, e com instituições (universidades, centros de formação) diversificadas que prestam formação nesta área.

O modo de fazer a candidatura evoluiu (Candidatura Concelhia e Nacional) para a actual Candidatura RBE e a nova Candidatura de Mérito (que tem a finalidade de apoiar as escolas que têm resultados e experiências mais sólidas). As escolas podem candidatar-se a serem integradas na Rede de Bibliotecas Escolares, mas apenas aquelas que têm as melhores condições e que têm planos devidamente estruturados serão seleccionadas. Existe uma verba que é dada às escolas seleccionadas para a sua requalificação física e , também, para a aquisição de mobiliário, fundo documental,....

Actualmente só existe a candidatura de instalação do 1º Ciclo , estando envolvidos três protagonistas: a escola do 1º ciclo, a sede do agrupamento e a câmara municipal. As autarquias estão ligadas desde o início na instalação de bibliotecas escolares no 1º. Ciclo do Ensino Básico. Estas têm a responsabilidade com os encargos para a criação e renovação dos espaços, enquanto que a Biblioteca Pública Municipal auxilia no acompanhamento técnico de aquisições. Este apoio não termina aqui. Os SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares) darão continuidade a este apoio. Um Acordo de Cooperação entre o Ministério da Educação, a Câmara Municipal e as escolas/agrupamento é celebrado por todas as partes para estabelecerem uma parceria de

cooperação do funcionamento em rede das bibliotecas escolares e a Biblioteca Municipal com a finalidade de operacionalização e dinamização de recursos.

Uma das preocupações constantes é a criação de documentos e ferramentas para a “(...) difusão de informação, comunicação, intercâmbio de experiências e ideias, tem constituído outra das áreas de trabalho deste Programa” (RBE, site<sup>7</sup>). Para tal têm sido desenvolvidas várias ferramentas, colmo o portal Web, o blogue, newsletter, lista de difusão, twitter, plataforma de aprendizagem e catálogos individuais das escolas. Para além disto, estão a ser implementadas as redes concelhias de bibliotecas que disponibilizarão portais e catálogos colectivos. Nesta filosofia de Rede, têm-se desenvolvido parcerias com agentes educativos, o poder local e a sociedade civil, como o Plano Tecnológico da Educação ou o Plano Nacional de Leitura. Existe a preocupação de trabalhar activamente com outros organismos e associações, como a IASL e a IFLA,

O Programa RBE foi objecto de uma avaliação externa realizada, em 2008, pelo Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa/Centro de Investigação e Estudos Sociais (ISCTE / CIES) (RBE, 2009, p.9).

---

<sup>7</sup> Informação disponível em <http://rbe.min-edu.pt/np4/programa.html>

Quadro 15 - *Bibliotecas escolares integradas na RBE, de 1997 a 2008, por tipo de escola/nível de ensino e DRE (Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008)*

Anos	Tipo de escola/Nível de ensino							DRE				
	Total	Total acumulado	1.º ciclo	2.º e 3.º ciclos	EBI	Secundário	Profissionais	DREN	DREC	DRELVT	DREA	DREALG
1997	164	164	46	68	7	43	-	49	24	67	16	8
1998	164	328	75	48	3	38	-	55	28	52	15	14
1999	208	536	89	55	9	55	-	62	40	73	19	14
2000	209	745	71	77	14	47	-	76	39	72	11	11
2001	108	853	56	28	6	18	-	40	17	37	6	8
2002	205	1058	78	80	10	37	-	74	44	50	20	17
2003	231	1289	107	75	8	41	-	102	47	31	32	19
2004	145	1434	73	47	4	21	-	35	36	57	12	5
2005	215	1649	137	36	6	36	-	48	44	40	66	17
2006	113	1762	73	28	3	9	-	47	24	34	4	4
2007	126	1888	45	45	14	19	3	45	32	32	14	3
2008	189	2077	68	106	11	3	1	77	30	66	11	5
Total	2077*	2077	918	693	95	367	4	710	405	611	226	125

Desde 1997 até 2008 foram integradas, na RBE, 2077 bibliotecas escolares, num investimento que rondou os 40 milhões de euros. Cerca de 44% (918) das escolas onde estão integradas essas bibliotecas são de 1.º ciclo, 33% (693) do 2.º e 3.º ciclos, 18% (367) do secundário e quase 5% (95) são EB1. Refira-se também a integração de escolas profissionais (apenas 4 até 2008) (RBE, 2010, p.48).

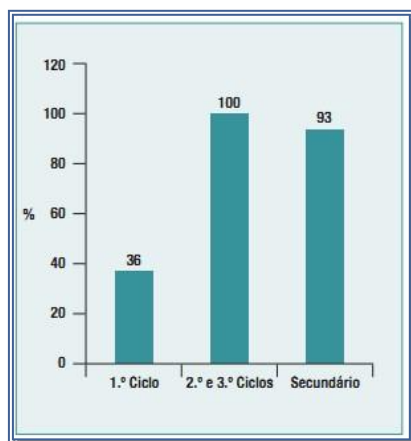


Gráfico 1- População escolar abrangida (% de alunos que beneficiam de biblioteca RBE) em 2008, por nível de ensino (Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE, 2008)

No final de 2008, cerca de 70% da população escolar beneficiava do serviço de biblioteca escolar da RBE através da existência de uma biblioteca na própria escola ou

usufruindo do serviço de biblioteca de outra escola do agrupamento. À excepção do 1.º ciclo, em que estão abrangidos 36% dos alunos, nos restantes níveis de ensino a população escolar beneficiada pela RBE ronda os 100% ou atinge mesmo este patamar 93% no secundário e 100% nos 2.º e 3.º ciclos ( RBE, 2010, p.49).

As bibliotecas escolares precisam de recursos humanos específicos. Estes recursos humanos estão cada vez mais sólidos, com uma formação adequada às exigências do sistema. Existem os coordenadores interconcelhios para auxiliar no desenvolvimento do Programa da RBE, geralmente professores com formação específica, detentores de uma vasta experiência em coordenação de bibliotecas que têm a incumbência de dar apoio na fase de instalação da biblioteca ou, otimizar, numa fase posterior, o seu funcionamento. Inicialmente eram apenas 12, mas o seu número aumentou progressivamente até 30 para acompanhar o crescimento das escolas, tendo a responsabilidade de auxiliar um determinado número de escolas e concelhos. A portaria 756/2009 de 14 de Julho institucionalizou esta função, como também as regras de designação de docentes para esta função. O seu número não deve ser inferior a 70 docentes, sendo definido a cada 4 anos, o que significa que é uma duplicação do número actual.

A criação e o desenvolvimento da RBE significou um evolução e uma conquista porque os seus princípios orientadores visam dotar as escolas dos recursos necessários para que os alunos possam melhorar a sua formação. A biblioteca escolar deve procurar criar estratégias que favoreçam a interligação dos seus diferentes meios para a elevação dos níveis da literacia e para aquisição da autonomia dos seus utilizadores e, também, para fomentar a aprendizagem ao longo da vida.

#### **4.1 Portaria 756/2009 – Reflexão, Estudo e Análise**

Parece ser normal a existência de bibliotecas escolares, repletas de livros, recursos, computadores e de alunos curiosos e sedentos de informação. Algo que não nos é tão familiar é a existência de um professor bibliotecário, responsável pela biblioteca escolar, a tempo inteiro. Existia uma antiga rotina de um professor que trabalhava algumas horas que nunca eram suficientes para os objectivos que tinha que cumprir. Mas a Portaria 756/2009 de 14 de Julho veio alterar definitivamente esta situação,

reforçando o papel do professor bibliotecário pelo reforço da sua importância para a dinâmica do ensino-aprendizagem e para a formação dos leitores.

A solução de recursos-humanos nas bibliotecas escolares passou por várias soluções: professores, professores-bibliotecário, bibliotecários escolares, mas basicamente tem que existir um profissional de informação que “ (...) domine um conjunto de competências que permitam rentabilizar convenientemente o investimento feito em recursos físicos, a saber, competências na área da gestão, da informação, da educação e das tecnologias de informação e comunicação” (Filipe, 2009, p.1). Segundo Filipe (2009, p.1), não basta apenas a existência de recursos nas bibliotecas escolares. É necessário que estes recursos correspondam à necessidade dos seus utilizadores . Torna-se extremamente importante a existência de recursos humanos devidamente qualificados que possam rentabilizar a sua utilização.

Em Portugal, a existência de um profissional nas bibliotecas escolares foi sempre assegurado por um professor para assegurar a concretização dos objectivos educativos, Mas a necessidade de existirem recursos-humanos adequados levou à criação do Despacho Interno Conjunto N° 3 - I/SEAE/SEE/2002 de 15 de Março. Este despacho tinha o objectivo de fazer a potencialização dos recursos existentes nas bibliotecas escolares. Para tal, é necessário que as bibliotecas sejam mais que um Centro de Recursos Educativos e que se tornem fundamentais para a organização pedagógica das escolas.

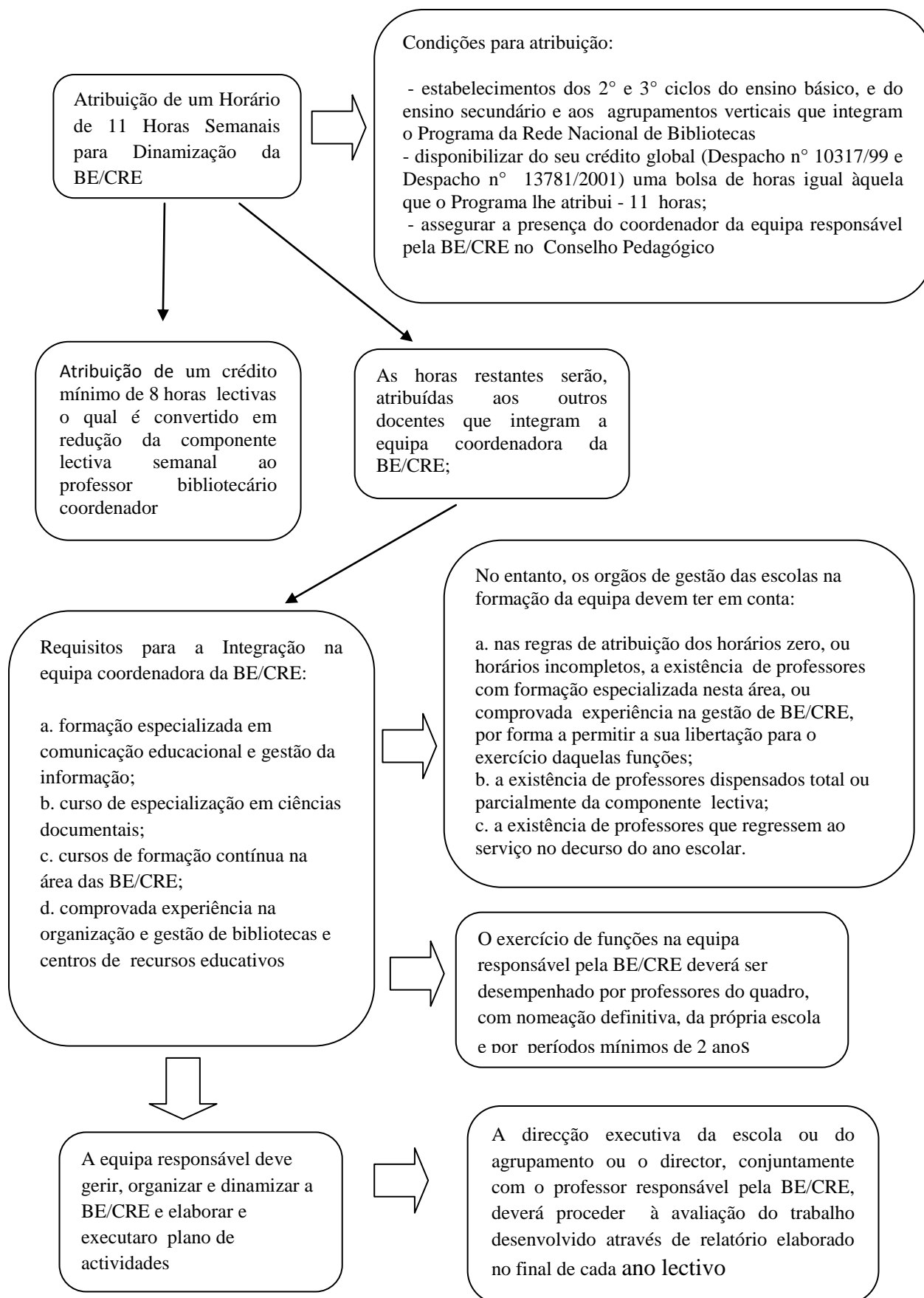


Figura 2 - Despacho Interno Conjunto N° 3 - I/SEAE/SEE/2002 de 15 de Março

Embora este despacho tenha constituído um enorme avanço, ainda não estava instituído a função do professor bibliotecário, A então Ministra da Educação, a Professora Doutora Maria de Lurdes na Newsletter da RBE (2007, p.1) mostrava a intenção de formalizar do cargo de professor bibliotecário, como algo essencial para que o programa de Rede de Bibliotecas Escolares pudesse consolidar-se. Para tal é necessário uma política de recursos humanos que valorize as competências profissionais e pedagógicas. Cabe ao professor bibliotecário difíceis e exigentes tarefas, devendo exercer um trabalho contínuo, pro-activo e inovador, procurando estar sempre em sintonia com os outros professores para que estes coloquem o livro como centro da sua planificação lectiva. Estes profissionais, como nos diz Maria de Lurdes, têm uma dupla exigência:“(...) primeiro, o professor-bibliotecário deve ser capaz de fazer da biblioteca um prolongamento da sala de aula, articulando actividades e conteúdos curriculares e pedagógicos com outros docentes ou órgãos de gestão da escola; segundo, deve também dispor de competências que lhe permitam gerir de forma qualificada o espaço, o equipamento e os recursos vários da biblioteca (...)” (RBE, 2007, p.1)

A avaliação externa realizada, em 2008, que analisou o Programa RBE (RBE, 2009, p.9) e que estudou os recursos-humanos das bibliotecas escolares deu informações muito importantes para a avaliação dos recursos-humanos das escolas. Este estudo foi feito um ano antes da aplicação da portaria 756/2009 de 14 de Julho. Foram estudadas 1753 bibliotecas em que cerca de 82% tinham colocado um professor na biblioteca, pela DRE ou através do Programa RBE, sendo a sua média de idades de 46 anos. E quanto à situação profissional destes professores? 81% pertencem a um quadro de nomeação definitiva, 18% são dos quadros de zona pedagógica e apenas 1% são contratados; 40% do total de professores bibliotecários são titulares.

A experiência em bibliotecas escolares é muito importante. 15% afirmaram que não tinham experiência em biblioteca, 50% revelaram ter entre 1 a 5 anos de experiência, 27% de 6 a 10 anos e, finalmente, 9% disseram ter mais de 11 anos o que significa que a média de experiência é de 5 anos. A existência de estabilidade é fundamental para a continuação de projectos e trabalhos. Existe uma maior estabilidade nas escolas que leccionam o ensino básico e secundário, onde em média, os professores estão 5 anos.

E as horas de trabalho semanais destinadas ao trabalho na BE? Os educadores de infância e do 1º ciclo apresentaram uma média de 11, 5 horas (podendo passar para 15 horas se tiver em consideração as escolas que têm um professor colocado na biblioteca). Têm que ser analisadas as horas de actividade na BE segundo a sua origem para os professores do 2º e 3 ciclos. A média dos professores que utilizam o crédito RBE é de 10 horas semanais. Se o professor estiver colocado pela RBE a tempo inteiro, totaliza cerca de 28 horas semanais. Os que fazem referência ao crédito da escola utilizam uma média de 5 horas semanais.

As bibliotecas escolares para alcançarem os seus objectivos educacionais têm que ter recursos-humanos qualificados e devidamente formados. No inquérito, após uma análise dos resultados relativos à posse dos vários tipos de formação: “ (...) é possível concluir que cerca de 19% destes têm formação de base ou especializada, 66% têm apenas formação contínua – creditada ou não - e 15% não indicam ter qualquer formação na área das BE. “ (RBE, 2009, p.59). No caso dos professores bibliotecários colocados na biblioteca escolar pela DRE ou no âmbito do Programa RBE, podemos ver que 74% têm formação contínua, 20% têm formação de base ou especializada e que 6% não têm formação.

*Quadro 16 - Do Professores bibliotecários ou responsáveis da BE com formação de base ou especializada para desempenho de funções na BE (Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008)*

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Sim	269	18,8	66	13,4	203	21,6
Não	1162	81,2	425	86,6	737	78,4
Total	1431	100,0	491	100,0	940	100,0

Quadro 17 - *Do Grau académico do professor bibliotecário/responsável da BE (Fonte: Gabinete RBE, Inquérito BE 2008)*

	Total		JI, EB1, EB1/JI		Escolas com 2.º/3.º/S	
	n	%	n	%	n	%
Doutoramento	1	0,4	0	0,0	1	0,5
Mestrado	21	7,8	6	9,1	15	7,4
Pós-Graduação	69	25,7	11	16,7	58	28,6
Especialização	107	39,8	17	25,8	90	44,3
Licenciatura	71	26,4	32	48,5	39	19,2
Total	269	100,0	66	100,0	203	100,0

No ano lectivo de 2009/2010, deu-se a aplicação da portaria 756/2009 de 14 de Junho que regulamentou a designação de professores bibliotecários e permitiu a existência de um conjunto de professores, a tempo inteiro, nas BE. Helena Duque, coordenadora interconcelhia da Rede de Bibliotecas Escolares <sup>8</sup> numa entrevista afirma a necessidade da existência de professores a tempo inteiro nas bibliotecas escolares para a concretização da função pedagógica, informativa, cultural e até recreativa da biblioteca escolar (Farol da Nossa Terra, 2011). A BAD tomou posição sobre a portaria 756/2009, considerando-a como um marco e afirmam que a “(...) a qualidade das bibliotecas escolares depende da qualificação do pessoal responsável pela sua organização, gestão, dinamização e desenvolvimento “ (BAD, 2009. p.1). Devem existir então requisitos de formação e de selecção dos responsáveis pelas bibliotecas escolares para que estejam garantidas as condições do seu desenvolvimento,

A portaria 756/2009 define as funções do professor bibliotecário. Após a análise das funções descritas na portaria, fizemos a sua correspondência num quadro, onde estão descritos os domínios e conhecimentos que o professor bibliotecário deve possuir.

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.faroldanossaterra.net/entrevista-com-helena-duque-coordenadora-interconcelhia-da-rede-de-biblioteca-escolares/>

Quadro 18 - *Funções do Professor Bibliotecário, segundo a Portaria 756/2009*

Domínio	Funções do Prof. Bib.	Funções do Prof. Bib. Segundo a Portaria 756/2009
Competências do professor bibliotecário	<p>Especialista em informação para a literacia;</p> <p>Contribuir para a transformação de informação em conhecimento através do trabalho conjunto com os professores;</p> <p>Liderar grupos de estudo;</p> <p>Servir de fonte de apoio para outros profissionais, pais e encarregados de educação;</p> <p>Providenciar workshops para pais sobre como trabalhar com as crianças;</p> <p>Trabalhar com outros especialistas da escola e com voluntários;</p> <p>Acreditar que todos os alunos podem ter sucesso;</p> <p>Actualizado em ensino/aprendizagem;</p> <p>Com experiência tanto em ensino como em biblioteca;</p> <p>Que utilize dados de avaliação para determinar os pontos fortes e fracos para os alunos para futuras aprendizagens;</p> <p>Que diagnostique problemas de aprendizagem e maneiras de os resolver;</p> <p>Com vasto conhecimento de como as pessoas aprendem;</p> <p>Que trabalhe com a comunidade escolar e não só com os alunos;</p> <p>Que reflecta na sua prática e na melhoria;</p>	<p>Apoiar actividades livres, extracurriculares e de enriquecimento curricular incluídas no plano de actividades ou projecto educativo;</p> <p>Estabelecer redes de trabalho cooperativo, desenvolvendo projectos de parceria com entidades locais</p> <p>Promover a articulação das actividades da biblioteca com os objectivos do projecto educativo, do projecto curricular de agrupamento/escola e dos projectos curriculares de turma</p> <p>Definir e operacionalizar uma política de gestão dos recursos de informação, promovendo a sua integração nas práticas de professores e alunos</p>

	<p>Que consiga reduzir para gerir;</p> <p>Que conheça os objectivos do currículo dos vários níveis e disciplinas;</p> <p>Que consiga treinar desempenhos através de tarefas desafiadoras e motivadoras;</p> <p>Que procure novas experiências de aprendizagem, ferramentas e recursos de acordo com o que os alunos precisam.</p>	
Organização e Gestão da BE	<p>Trabalhar conjuntamente com o órgão de gestão mantendo um horário e tomando decisões sobre o desenvolvimento profissional;</p> <p>Coordenar horários de utilização;</p> <p>Regras que devem convidar e não proibir;</p> <p>Promover espaços que liguem alunos, professores, funcionários e comunidade</p>	<p>Assegurar serviço de biblioteca para todos os alunos do agrupamento ou da escola não agrupada;</p> <p>Assegurar a gestão dos recursos humanos afectos à(s) biblioteca(s)</p>
Gestão da Colecção	<p>Gerir a colecção para que esta seja funcional.</p>	<p>Garantir a organização do espaço e assegurar a gestão funcional e pedagógica dos recursos materiais afectos à biblioteca</p>
A BE como espaço de conhecimento e aprendizagem. Trabalho colaborativo e articulado com Departamentos e docentes.	<p>Contribuir e melhorar os objectivos de estudo dos alunos;</p> <p>Providenciar ajudas tanto para alunos como para professores utilizando os programas de pesquisa e os recursos da BE;</p> <p>Discutir e partilhar ideias com os professores no sentido de obter materiais que sejam utilizados para melhorar o desenvolvimento e os conhecimentos dos alunos;</p> <p>Manter sessões de trabalho com alunos para desenvolver estratégias e aulas;</p>	<p>Promover a articulação das actividades da biblioteca com os objectivos do projecto educativo, do projecto curricular de agrupamento/escola e dos projectos curriculares de turma</p> <p>Definir e operacionalizar uma política de gestão dos recursos de informação, promovendo a sua integração nas práticas de professores e alunos</p>

	<p>Manter conversas com professores sobre assuntos, problemas ou ideias sobre instrução e avaliação dos alunos;</p> <p>Promover desenvolvimento profissional para professores como parte do programa de desenvolvimento da escola trabalhando com eles em planificações e nas aulas;</p> <p>Ter o papel de mentor dos novos professores no que respeita a modelos, treino e feedback;</p> <p>Trabalhar com professores do ensino especial em apoio e instrução ou em pequenos grupos;</p> <p>Desenvolver um forte sentido de comunidade;</p> <p>Desenvolver caminhos para o enriquecimento dos currículos;</p> <p>Trabalhar com voluntários e oferecer actividades.</p>	
Formação para a leitura e para as literacias	<p>Ter o papel de mentor dos novos professores no que respeita a modelos, treino e feedback;</p> <p>Manter acessíveis vários materiais e providenciar / gerir materiais novos;</p> <p>Envolver a comunidade escolar na literacia da informação.</p>	Apoiar as actividades curriculares e favorecer o desenvolvimento dos hábitos e competências de leitura, da literacia da informação e das competências digitais, trabalhando colaborativamente
BE/ PTE e os novos ambientes digitais	<p>Providenciar ajudas tanto para alunos como para professores utilizando os programas de pesquisa e os recursos da BE;</p> <p>Manter acessíveis vários materiais e providenciar / gerir materiais novos;</p> <p>Cada vez mais equipamento está a ser colocado na BE e o bibliotecário deve</p>	<p>Definir e operacionalizar uma política de gestão dos recursos de informação, promovendo a sua integração nas práticas de professores e alunos;</p> <p>Apoiar as actividades curriculares e favorecer o desenvolvimento</p>

	<p>manter / servir as necessidades do equipamento e dos utilizadores;</p> <p>Cada vez há mais necessidades relacionadas com as tecnologias;</p> <p>Muitos professores não têm capacidades para ajudar os alunos e por isso esperam que o professor bibliotecário esteja mais envolvido nas suas aulas;</p> <p>Incapacidade de trabalhar com novas e antigas máquinas – os alunos pensam que sabem de tecnologias mas não sabem pesquisar;</p> <p>Utilizar tecnologias como ferramenta de aprendizagem colaborativa.</p>	<p>dos hábitos e competências de leitura, da literacia da informação e das competências digitais, trabalhando colaborativamente</p>
<p>Gestão de evidências/ avaliação</p>	<p>Contribuir no desenvolvimento de instrumentos de avaliação;</p> <p>Identificar necessidades de aprendizagem, desenvolver estratégias de instrução, e de considerações sobre avaliação;</p> <p>Estatísticas, histórias ou casos de estudo documentados e análise de entrevistas a alunos que devem ser instrumentos manuseáveis e objectivos;</p> <p>Analisar resultados de pontos essenciais de necessidades de aprendizagem e intervir para melhorar esses resultados;</p> <p>Utilizar o sistema informático para aceder a dados estatísticos de circulação na BE;</p> <p>Comparar estatísticas escolares com estatísticas da região, distrito ou a nível nacional (situações específicas);</p> <p>Contribuir no desenvolvimento de instrumentos de avaliação</p>	<p>Implementar processos de avaliação dos serviços e elaborar um relatório anual de auto - avaliação</p>

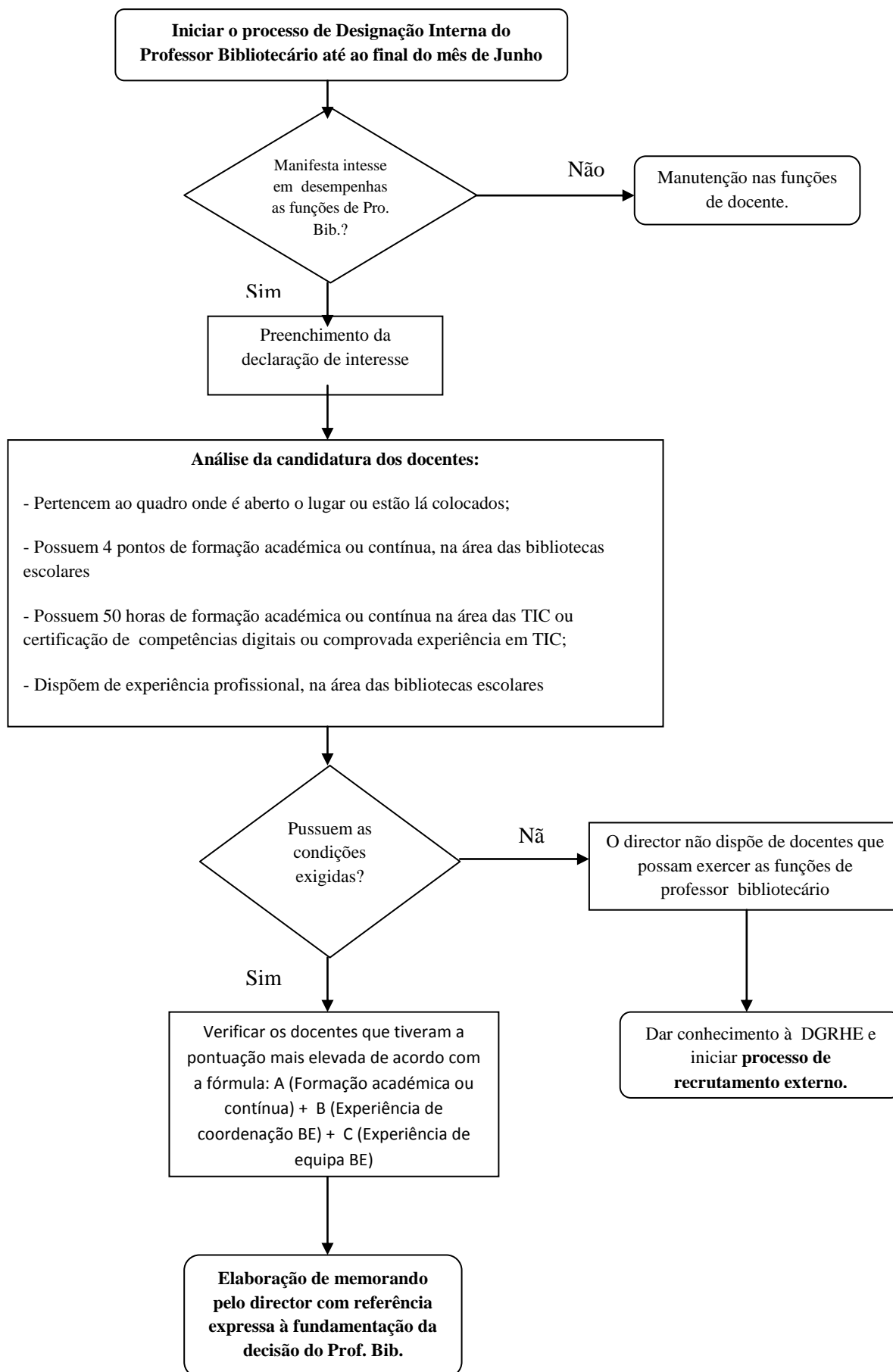


Figura 3 - Processo de Designação Interna do Professor Bibliotecário segundo a Portaria 756/2009 de 14 de Julho

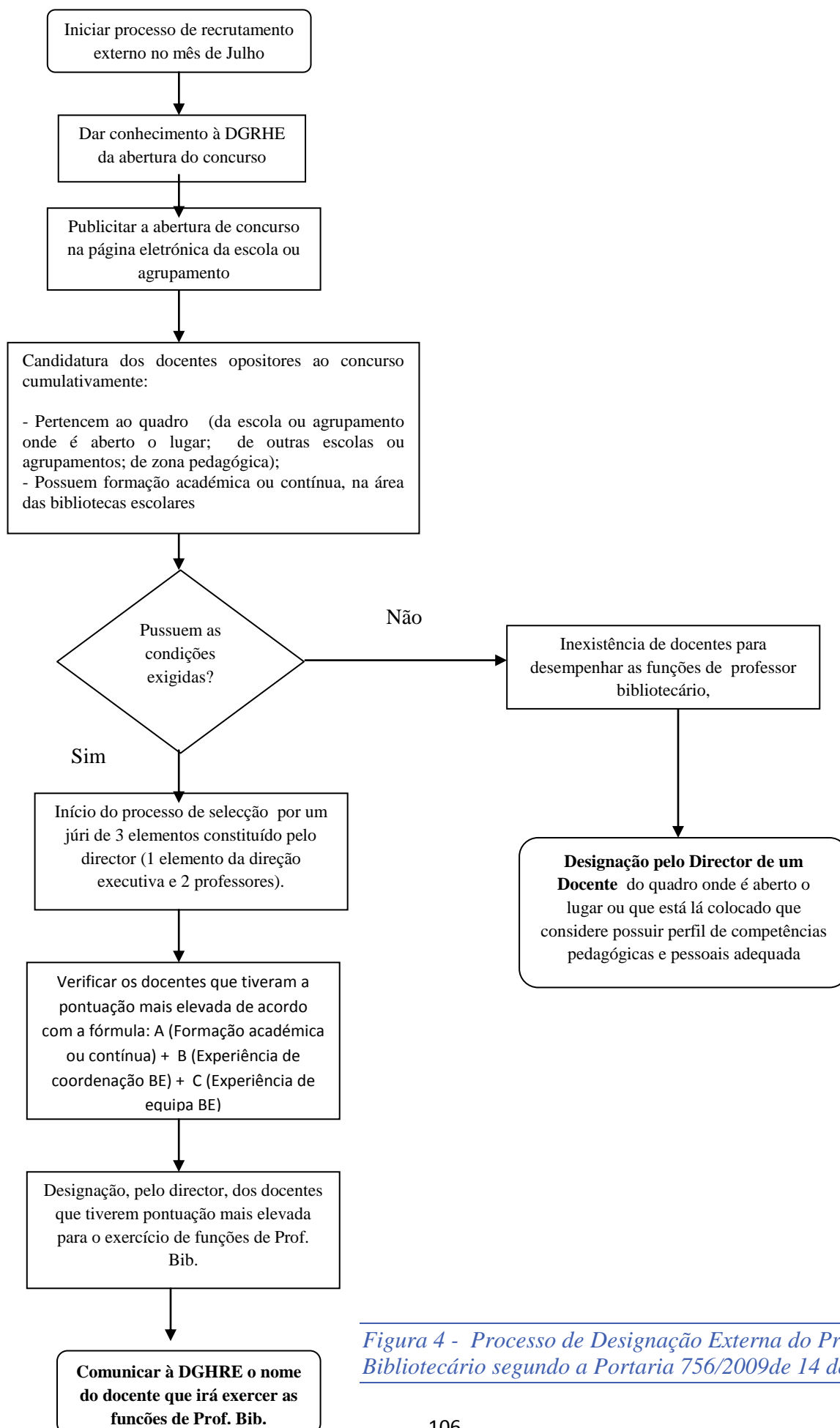


Figura 4 - Processo de Designação Externa do Professor Bibliotecário segundo a Portaria 756/2009 de 14 de Julho

Algo muito importante, no processo de designação do professor bibliotecário (tanto no procedimento de recrutamento interno e externo) é a formação académica que tem uma cotação correspondente ao grau académico e à formação contínua realizada.

Quadro 19 - - Pontuações a atribuir cumulativamente a cursos ou acções de formação contínua segundo a Portaria 756/2009

N.º Pontos	Formação
35 pontos	Grau académico de doutor, mestre ou pós -graduado na área de Gestão da Informação/Ciências da Informação/Ciências Documentais/Bibliotecas Escolares, obtido através da conclusão de um dos cursos divulgados anualmente pelo GRBE.
25 pontos	Cursos de pós -licenciatura portugueses ou estrangeiros reconhecidos em Portugal de acordo com a lei em vigor, de qualificação para o exercício de outras funções educativas na área da comunicação educacional e gestão da informação.
20 pontos	Licenciatura em ciências da informação e da documentação, obtida pela conclusão dos cursos divulgados anualmente pelo GRBE ou curso de qualificação para o exercício de outras funções educativas na área da comunicação educacional e gestão da informação (licenciatura)
10 pontos	Licenciatura em ciências da informação e da documentação, obtida pela conclusão dos cursos divulgados anualmente pelo GRBE ou curso de qualificação para o exercício de outras funções educativas na área da comunicação educacional e gestão da informação (licenciatura)
1 ponto	Cada 25 horas de formação contínua creditada na área das bibliotecas escolares ou 25 horas de formação certificada pela Biblioteca Nacional ou 25 horas de formação certificada pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

Mas também é valorizado a experiência em coordenação, atribuindo três pontos por cada ano lectivo no quadro:

- Coordenador de Biblioteca Escolar, integrada ou não na RBE;
- Professor bibliotecário;
- Elemento das equipas que nas Direcções Regionais de Educação desenvolvem funções de apoio às Bibliotecas Escolares;
- Coordenador Interconcelhio da RBE;
- Membro do Gabinete Coordenador da RBE.

A experiência em integrar a equipa de coordenação de bibliotecas também é importante, mas é atribuído apenas um ponto por cada ano lectivo no quadro. No entanto, após os procedimentos de designação interna e externa, o director da escola pode deparar-se com uma situação em que não existem candidatos que obedeçam aos requisitos exigidos pela Portaria 756/2009. Nesse caso, poderá mesmo ter de escolher alguém que não tenha formação em bibliotecnomia e sem experiência em trabalhar em bibliotecas escolares.

O Professor Bibliotecário, após a designação interna, assume as funções durante quatro anos, podendo ser renovado (mas só até três vezes), desde que reúna um mínimo de 4 pontos em formação na área das bibliotecas escolares, de acordo com o n.º 2 do artigo 11.º e que o director e o docente, concordem na manutenção desta situação. Após ter terminado o tempo designado, o docente regressa à leccionação do seu grupo de origem. Situação diferente é para os docentes que foram designados por concurso externo em que assumem as suas funções apenas por um ano, podendo renovar no máximo por três vezes, desde que reúna um mínimo de 4 pontos em formação na área das bibliotecas escolares.

É reforçada a necessidade de formação contínua do Professor Bibliotecário na Portaria 756/2009 de 14 de Julho. Sendo assim, no artigo 15º, refere que em cada ano de exercício, o professor bibliotecário deverá fazer um mínimo de 25 horas de formação contínua em bibliotecas escolares ou em TIC. Durante os quatro anos de exercício de

funções, também deverá fazer um mínimo de 50 horas de formação contínua em bibliotecas escolares.

No artigo 2º da Portaria 756/2009 de 14 de Julho é referido que o professor bibliotecário é dispensado da componente lectiva, excepto se o número de alunos matriculados no agrupamento ou escola não agrupada for inferior a 400. Neste caso, irá ter uma redução da componente lectiva de treze horas. No entanto, a Portaria 76/2011, de 15 de Fevereiro vem alterar esta situação, impondo a obrigatoriedade do professor bibliotecário dar aulas a uma turma, ou então, quando não for possível ao professor bibliotecário leccionar uma turma, por se tratar de professor de carreira sem serviço lectivo atribuído ou da educação pré-escolar ou do 1.º Ciclo do Ensino Básico, deverá o docente utilizar 35 por cento da componente lectiva a que está obrigado para apoio individual a alunos. Esta alteração vai ter efeitos a partir de 1 de Setembro de 2011. A BAD (2011, p.1) não ficou indiferente a esta situação, manifestando a sua preocupação nas consequências desta medida porque revela sinais de desinvestimento e pode fazer com que milhares de alunos fiquem em condições piores de aprendizagem,

No entanto, a portaria 756/2009, de 14 de Julho já tinha sido alterada, no ano anterior, pela portaria n.º 558/2010, de 22 de Julho que altera o anexo 1 da citada portaria.

Quadro 20 - Anexo 1 da Portaria 756/200, de 14 de Julho

ANEXO I			
	Número de bibliotecas RBE	Número total de alunos	Número de professores bibliotecários
Escolas não agrupadas	1	Menos de 400	0,5 (13 horas)
	1	400 ou mais	1
Agrupamentos de escolas.....	1 ou mais	Menos de 400	0,5 (13 horas)
	1 ou mais	400 ou mais	1
	2 ou mais	900 ou mais	2
	3 ou mais	1700 ou mais	3
	4 ou mais	2100 ou mais	4

Quadro 21 - Anexo 1 da Portaria portaria n.º 558/2010, de 22 de Julho

ANEXO I			
	Número de bibliotecas RBE	Número total de alunos	Número de professores bibliotecários
Escolas não agrupadas	1	Menos de 400	0,5 (13 horas)
	1	400 ou mais	1
Agrupamentos de escolas	1 ou mais	Menos de 400	0,5 (13 horas)
	1 ou mais	400 ou mais	1
	2 ou mais	1 050 ou mais	2
	3 ou mais	2 100 ou mais	3

Assim, como podemos ver, existiu uma clara redução do número de lugares a que cada escola/agrupamento tem direito. Porquê? A portaria nº558/2010, de 22 de Julho diz que isto foi feito pela necessidade de “ (...) otimizar a afectação de docentes à função de professor bibliotecário (...) ” e também, pela “ (...) preocupação de acautelar a eficácia e eficiência e uma melhor adequação da relação custo/benefício no funcionamento destas estruturas de apoio à aprendizagem (...) ”

A escola e a sociedade lutam num mundo em constante mudança. Para sobreviverem têm que munir-se de instrumentos actuais e adequados. A biblioteca escolar é o local onde se encontra recursos, equipamento, conhecimentos que permitem o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e das literacias do século XXI. Mas isto não é suficiente. É necessária a valorização e a potencialização dos recursos-humanos das bibliotecas escolares. Os professores bibliotecários, colocados ao abrigo da Portaria 756/2009, de 14 de Julho, oriundos de diferentes grupos disciplinares e de todos os níveis de ensino, estão obrigados a responder a um conjunto de actividades no âmbito da biblioteca escolar, enquadrada nos objectivos educativos e funcionais da Escola.

## **PARTE II - O ESTUDO EMPÍRICO**

## 1. Apresentação do Estudo

O presente projecto pretende analisar a aplicação da Portaria 756/2009, de 14 de Julho, procurando conhecer as alterações provocadas com a instituição da função de Professor Bibliotecário. Treze anos após o lançamento do Programa de Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, é publicada a já referida portaria, como o culminar de um processo muito longo e penoso. É a conclusão de um caminho que visa dotar as Bibliotecas Escolares de uma gestão profissional. É intenção deste estudo reflectir e analisar as implicações e consequências da sua aplicabilidade nos professores bibliotecários.

Como enunciamos no início desta dissertação, procuramos responder a um conjunto de questões que consideramos ser importantes para a compreensão e estudo da profissionalização do professor bibliotecário. Procuramos, a partir das informações encontradas, conseguir delinear alguns parâmetros que permitam compreender a actual situação deste profissional nas escolas.

Posto isto, as questões que nortearam o nosso trabalho empírico centram-se nas seguintes formulações:

Quais são as motivações que estão na origem da candidatura do professor bibliotecário?

Quais são os efeitos da Portaria 756/2009, de 14 de Julho, na designação do perfil do professor-bibliotecário?

Será que a formação do professor bibliotecário é uma variável importante para a designação do professor bibliotecário?

O processamento de designação interna do professor bibliotecário é suficiente para culmar as necessidades das bibliotecas escolares para obter professores bibliotecários?

Quais são as condições de designação do professor bibliotecário?

## 2 Metodologia

### 2.1 Amostra do Estudo

Escolhemos analisar a profissionalização do professor bibliotecário nas escolas do Concelho de Matosinhos por uma necessidade de delimitar o estudo e, também por ser o local onde a autora exerceu funções, como professora contratada e, portanto, possui maiores conhecimentos que serão enriquecedores e úteis para a execução do estudo.

É necessário primeiramente caracterizar sumariamente a área onde o estudo foi realizado. O mar é presença constante neste concelho que tem como vizinha a cidade do Porto, a Sul. Seguindo a orla marítima, a norte, o concelho estende-se até aos limites do município de Vila do Conde e a nordeste, depara-se com a Maia. Com uma área de 63,2 km<sup>2</sup>. O concelho de Matosinhos corresponde a cerca de 8% do território da Área Metropolitana do Porto (AMP). Administrativamente está dividido em 10 freguesias urbanas: Matosinhos, Senhora da Hora, S. Mamede de Infesta, Leça do Balio, Custóias, Guifões, Leça da Palmeira, Perafita, Santa Cruz do Bispo e Lavra. A sua ligação com o mar é fundamental para o desenvolvimento deste concelho. Desenvolveu assim as infra-estruturas necessárias e essenciais para o desenvolvimento de uma região: o porto de Leixões. O maior porto artificial de Portugal, o Terminal TIR do Freixieiro, por onde passa grande parte das importações do país, a Exponor (parque de exposições do Norte e Centro de Congressos) e a sua proximidade ao Aeroporto Dr. Francisco Sá Carneiro, onde está parcialmente localizado. É um concelho que detém um grande património histórico, patente em monumentos como o Mosteiro de Leça do Bailio, primeira sede dos Cavaleiros Hospitalários da Ordem de Malta em Portugal; o Padrão do Bom Jesus de Matosinhos, um complexo fabril romano de salga e transformação de pescado em Angeiras. Em Leça da Palmeira, existe a Quinta da Conceição e o seu forte seiscentista e o Farol da Boa Nova. A gastronomia de Matosinhos merece a sua fama e atrai muitos visitantes que vêm a esta antiga terra de pescadores saborear o “*mar na mesa*”.

Segundo os dados do INE (2011)<sup>9</sup> residem 174.993 pessoas, o que significou uma evolução em relação a 2009, quando tínhamos valores de 167.026. Em 2009, nasceram

---

<sup>9</sup> Informação disponível em <http://www.ine.pt>

neste concelho 75 082 (Nados-vivos por Local de residência da mãe ,segundo dados do INE 2009). Mas temos para esta região um índice de envelhecimento em 2001 de 76,8 (Censos 2001)<sup>10</sup>. A densidade populacional é bastante elevada: 2 720,2 (INE, 2009), consideravelmente superior à densidade populacional da 1 578,8 da região de grande Porto (INE, 2009). Esta situação justifica-se pelo dinamismo e proactividade económica e, também, pela construção de numerosas Cooperativas de Habitação.

A actividade económica de Matosinhos foi marcada pelo aumento peso do sector terciário (67,2%, Censos, 2001), comparando com a diminuição de activos no sector secundário (55%, Censos, 2001). No entanto, ainda se ainda mantêm as petrolíferas, herança do auge industrial. As suas indústrias de relevo são a petroquímica, as indústrias alimentares e conserveiras, os têxteis e de material eléctrico. É ainda uma cidade com uma grande actividade. As mais de 500 unidades industriais em sectores muito diversificados fazem de Matosinhos um dos mais industrializados Concelhos do País.

Em relação, à situação escolar do concelho de Matosinhos, temos situações diversas tendo em conta os diferentes grupos etários. Segundo os dados dos Censos de 2001, relativamente à conclusão do ensino superior, temos os seguintes dados: 4% de população com mais de 64 anos; 9% entre os 45 e 65 anos, subindo para os 17% na faixa etária entre os 25-44 anos. Mas o mais preocupante é o insucesso e o abandono escolar. Os valores do Censo de 2001 são inquestionáveis. Foram registados 285 casos de saída precoce na faixa etária dos 10-15 anos, o que corresponde a uma taxa de abandono de 2,1%. Mas existem 1591 alunos, no grupo dos 16-24 anos, que saíram do sistema escolar.

Este estudo incide sobre os professores bibliotecários que exercem nos seguintes agrupamentos:

---

<sup>10</sup> Informação disponível em

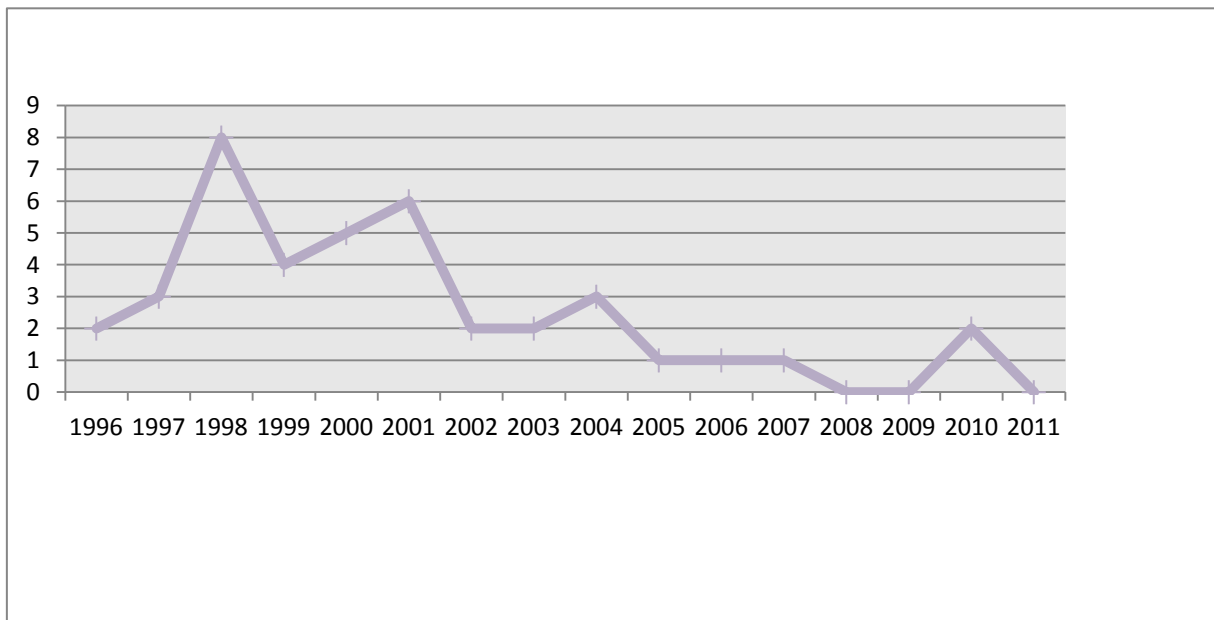
[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000262&contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000262&contexto=bd&selTab=tab2)

Quadro 22 - *Agrupamentos e Escolas Não Agrupadas do Concelho de Matosinhos*

Agrupamento de Escolas de Lavra
Agrupamento de Escolas de Perafita
Agrupamento de Escolas de Leça do Balio
Agrupamento de Escolas de São Mamede de Infesta
Agrupamento de Escolas da Senhora da Hora
Agrupamento de Escolas Leça da Palmeira/Santa Cruz do Bispo
Agrupamento de Escolas de Matosinhos
Agrupamento de Escolas de Matosinhos Sul
Agrupamento de Escolas de Custóias
Agrupamento de Escolas da Senhora da Hora nº 2
Agrupamento de Escolas Irmãos Passos
Escola Secundária de Augusto Gomes, Matosinhos
Escola Secundária da Boa Nova, Leça da Palmeira, Matosinhos
Escola Secundária de João Gonçalves Zarco, Matosinhos
Escola Secundária de Padrão da Légua, Custóias, Matosinhos
Escola Secundária de Abel Salazar, São Mamede de Infesta, Matosinhos
<i>Fonte: Códigos dos Agrupamentos e Escolas Não Agrupadas, DGHRE</i>

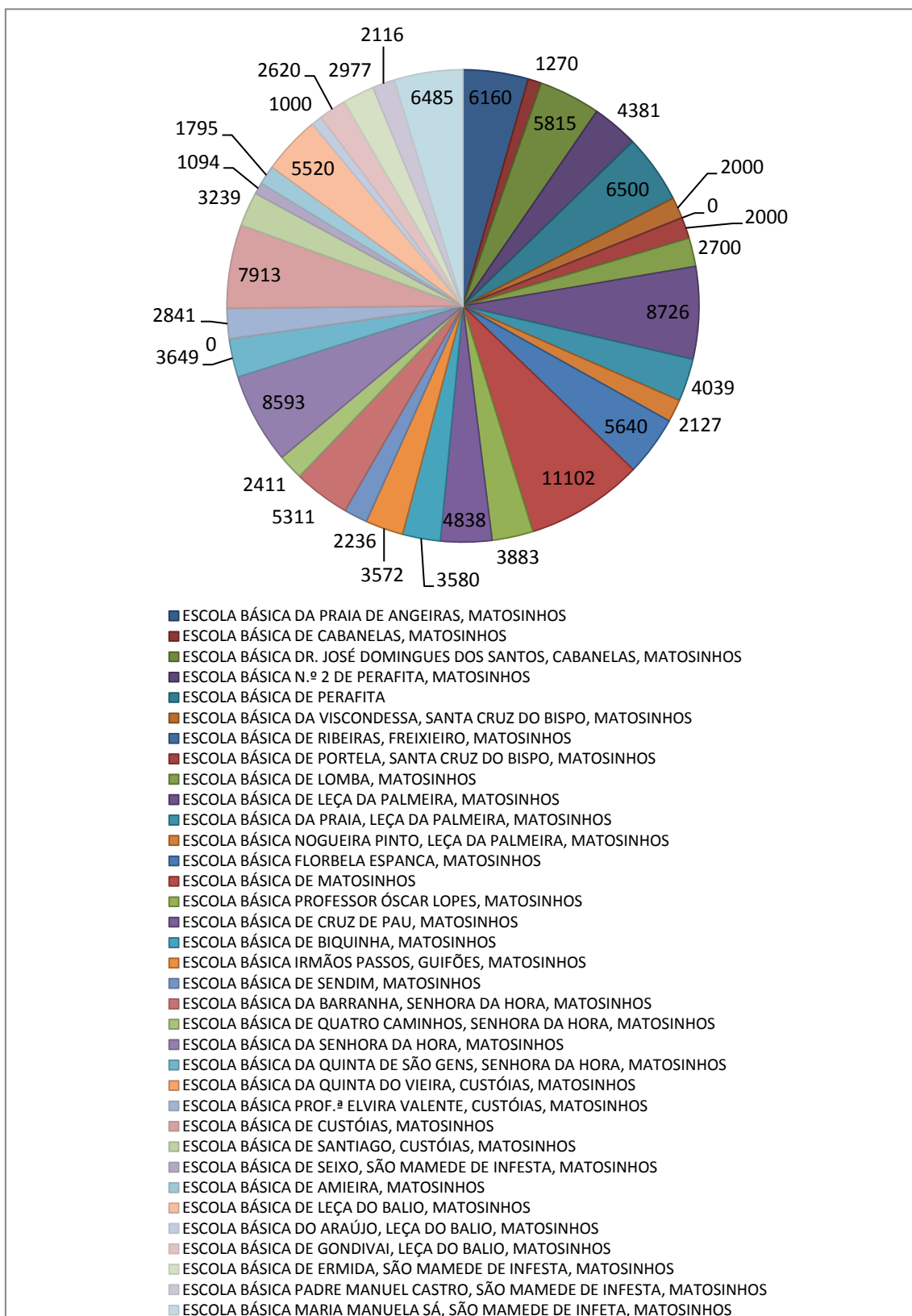
A integração das Bibliotecas Escolares no Concelho de Matosinhos, na RBE, teve um forte número de adesão nos anos 90 e início de 2000, para ter um ligeiro abrandamento nos últimos anos.

Gráfico 2- Ano de Integração das Bibliotecas Escolares na RBE, no Concelho de Matosinhos



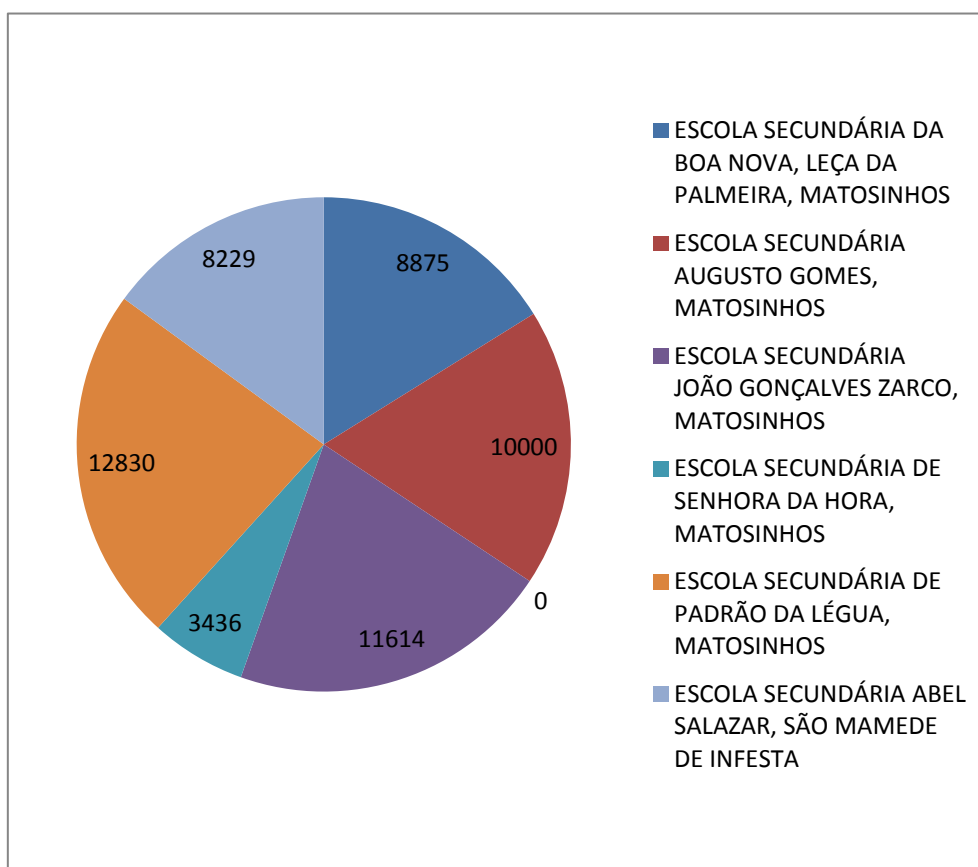
Os livros são uma parte integrante das Bibliotecas e essenciais para o seu funcionamento. Ler é essencial e vital para o desenvolvimento dos estudantes. Só o livro pode abrir horizontes, mostrar novos lugares, diferentes culturas. Permite entrar em contacto com outros pensamentos, ideias, sentimentos que enriquecem o ser em formação. O uso contínuo do livro, por parte do professor, possibilita que este tenha a seu dispor uma ferramenta útil e imprescindível para a aprendizagem dos seus alunos. Em algumas bibliotecas do ensino básico, existem recursos documentais, que atingem valores de 8593 (Escola Básica da Senhora da Hora) e outras que registam os 1270 (Escola Básica de Cabanelas). Existem portanto situações bastante diversas.

Gráfico 3- Número de Recursos Documentais (Livro), nas Escolas do Ensino Básico, no Concelho de Matosinhos



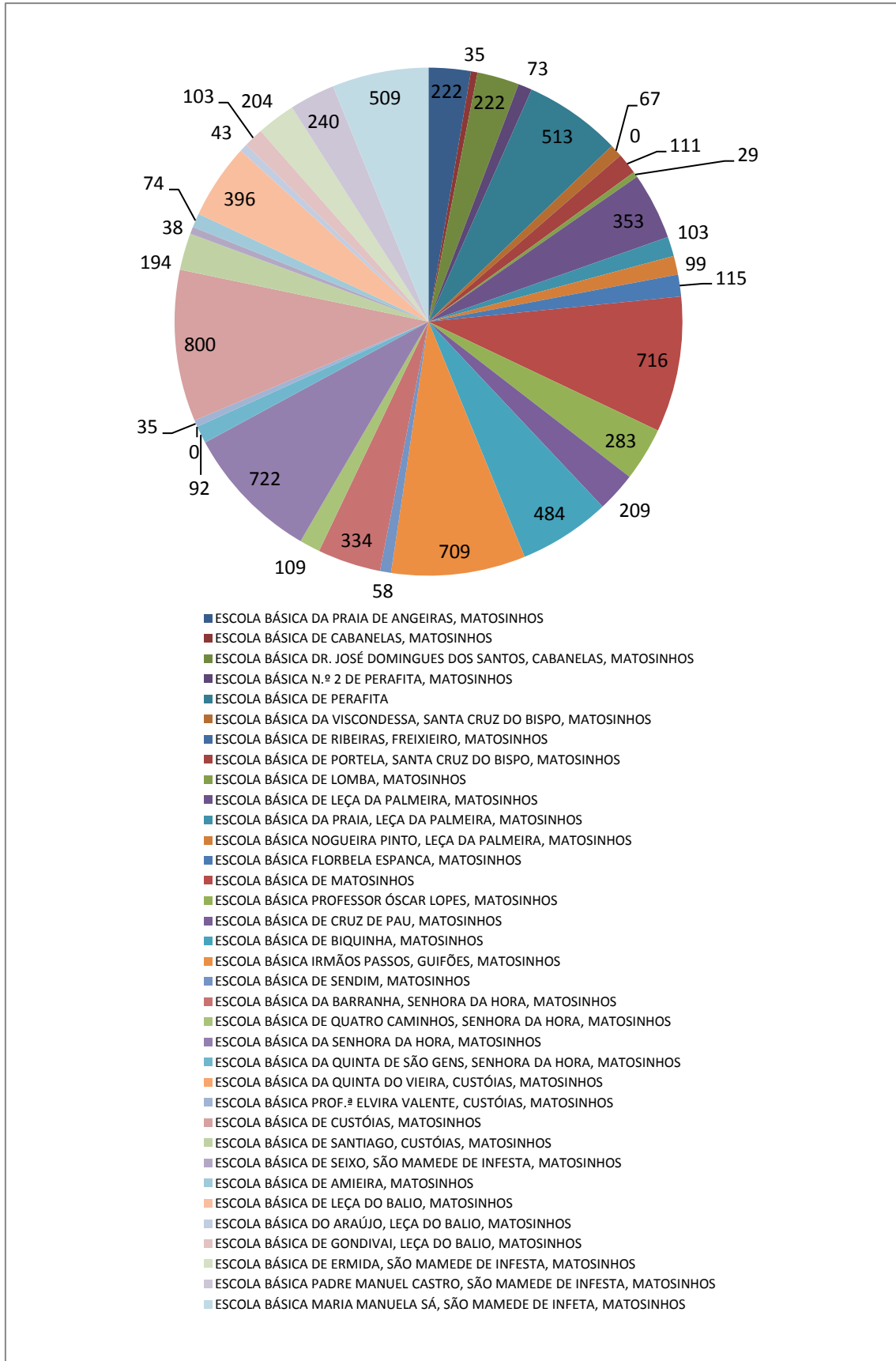
Nas Escolas Secundárias, os livros constituem um bem imprescindível e fundamental. Em algumas bibliotecas atingem valores de 12,830 (Escola Secundária do Padrão da Légua) de recursos documentais, enquanto outras registam apenas 3436 (Escola Secundária da Senhora da Hora).

Gráfico 4- Número de Recursos Documentais (Livro), nas Escolas Secundárias, no Concelho de Matosinhos



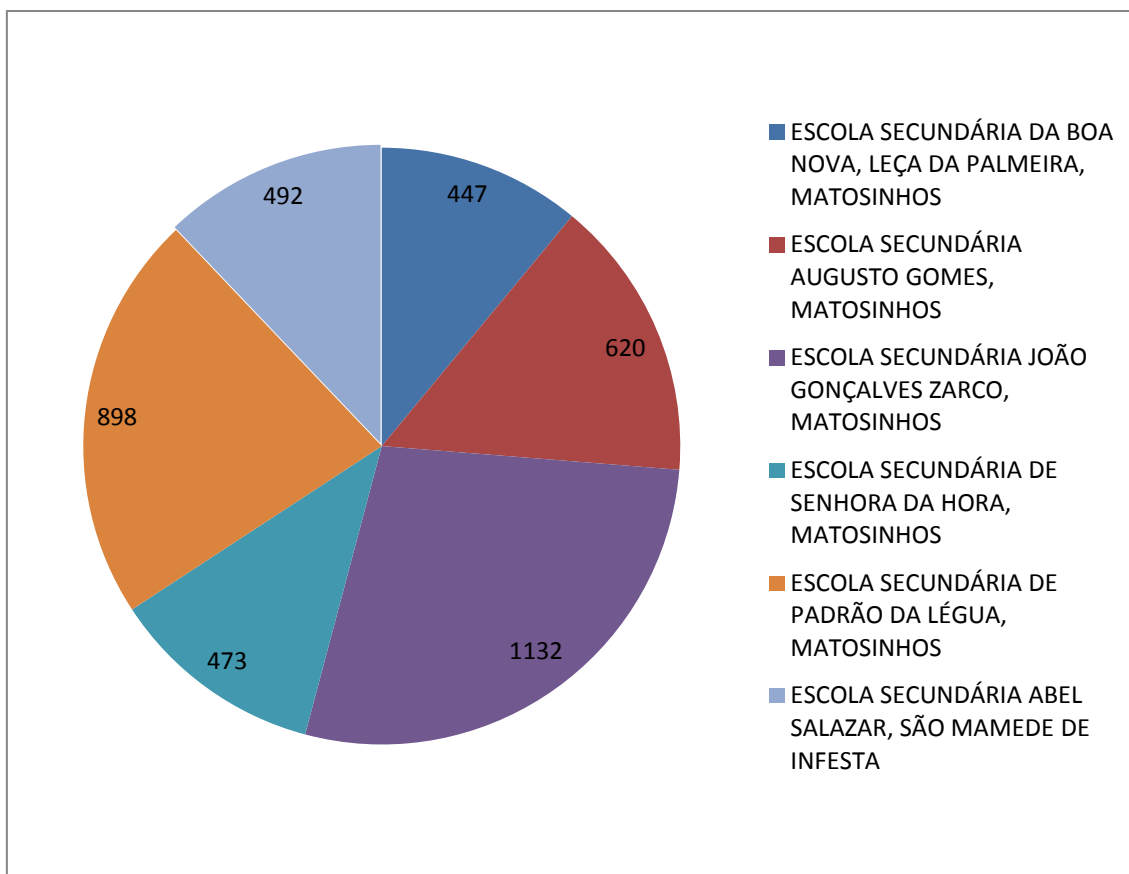
Os recursos digitais de aprendizagem são muito atraentes para os alunos. O professor tem a missão de aproveitar a sua versatilidade para tornar a aprendizagem mais aliciante e cativante. As crianças e jovens, no seu quotidiano, têm os mais diversos recursos de comunicação digital, como vídeos, imagens, sons, jogos, ... Estes recursos podem ser potencializados pelos professores em diversas disciplinas e situações diferentes. Portanto, é essencial que as bibliotecas disponham desses recursos. Em algumas bibliotecas do Concelho de Matosinhos, temos valores na ordem dos 800 (Escola Básica de Custóias). No entanto, existem situações em que algumas escolas do ensino básico não possuem nenhum recurso digital (Escola Básica da Quinta do Vieira).

Gráfico 5- Número de Recursos Digitais, nas Escolas de Ensino Básico, no Concelho de Matosinhos



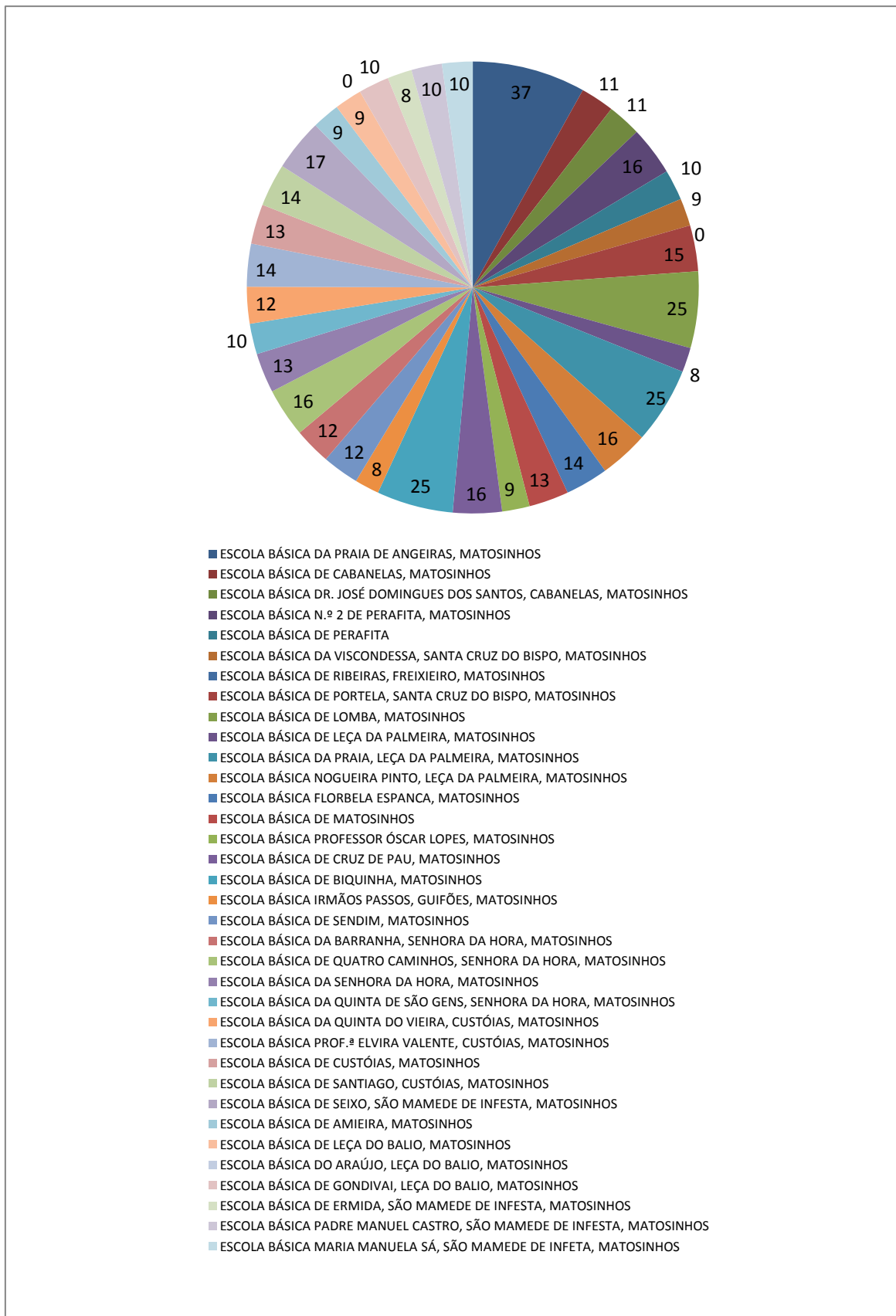
Os recursos digitais nas Bibliotecas Secundárias também são fundamentais. Em algumas bibliotecas, existem valores na ordem dos 1132 (Escola Secundária João Gonçalves Zarco) e outras que têm cerca de 473 (Escola Secundária Senhora da Hora). Existe, como podemos ver, uma enorme disparidade de valores.

Gráfico 6- Número de Recursos Digitais, nas Escolas Secundária, no Concelho de Matosinhos



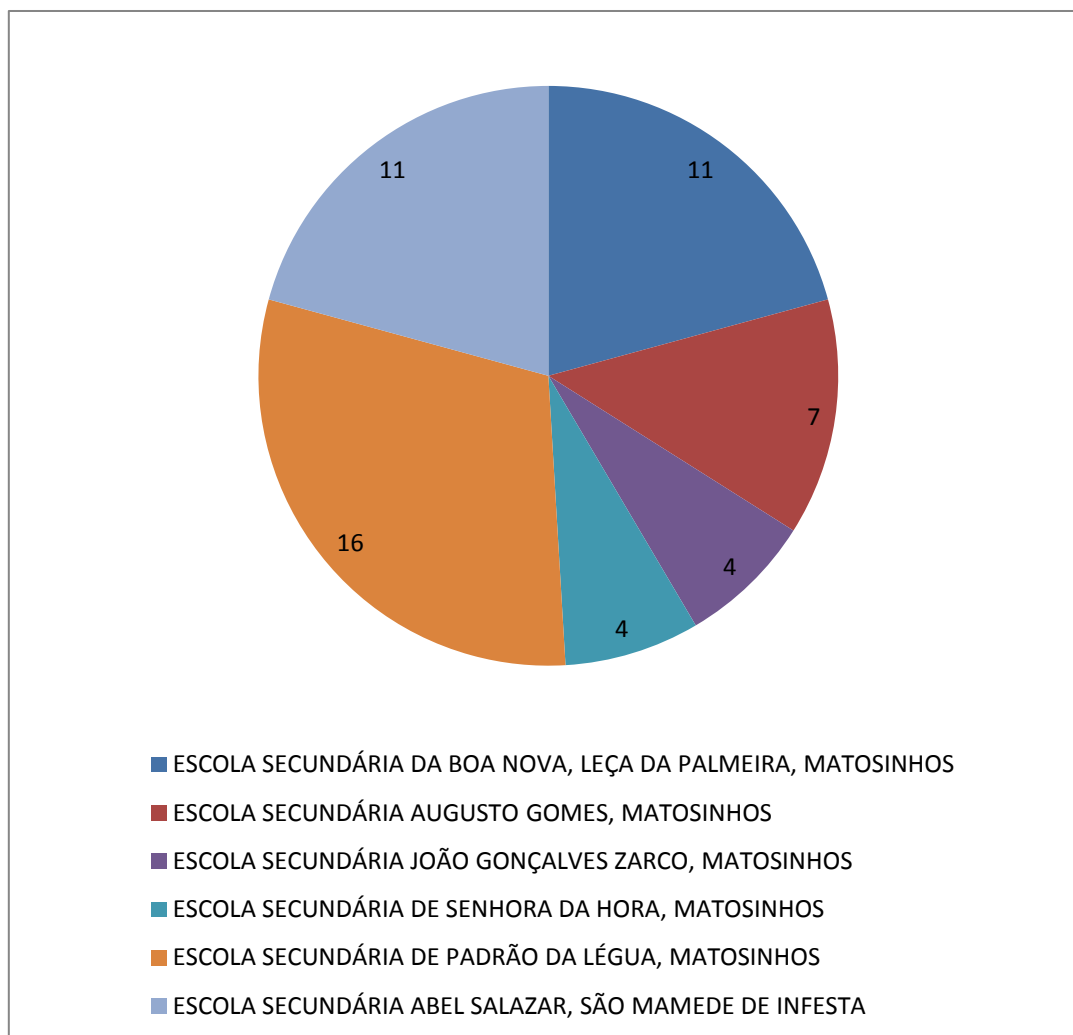
Segundo as Directrizes da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Escolares (2006, p.26): “A riqueza e a qualidade dos recursos da biblioteca dependem dos recursos humanos disponíveis dentro da biblioteca escolar e para lá dela. Por este motivo, é de grande importância dispor de pessoal com boa formação e alta motivação, incluindo um número suficiente de elementos adequado à dimensão da escola e às suas necessidades específicas de serviços de biblioteca. “ O número de documentos por aluno nas Escolas de Ensino Básico são divergentes, existem escolas que que apresentam valores de 0 (Escola Básica do Araújo) e outras escolas em que por cada aluno existem 37 livros (Escola Básica das Anjeiras)

Gráfico 7- Número de Documentos por Aluno, nas Escolas de Ensino Básico, no Concelho de Matosinhos



Nas Escolas Secundárias, também temos a mesma situação divergente. Temos casos em que temos apenas quatro livros por aluno (Escola Secundária João Gonçalves Zarco; Escola Secundária da Senhora da Hora). Na Escola Secundária Padrão da Légua, por exemplo, existem 16 livros por aluno.

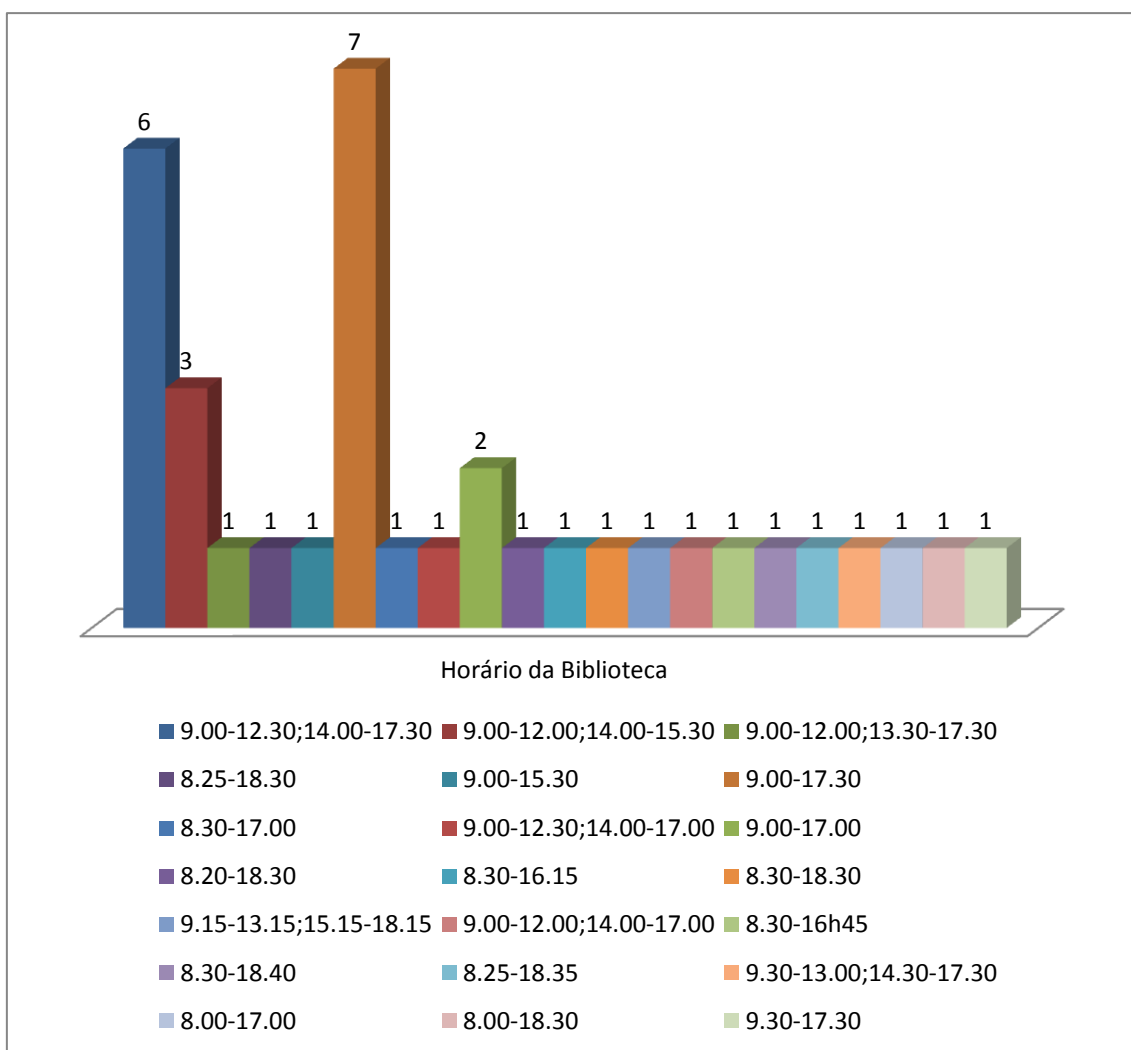
Gráfico 8- Número de Documentos por Aluno, nas Escolas Secundárias, no Concelho de Matosinhos



O horário das bibliotecas escolares deverá ser sempre ininterrupto cumprindo, o mais possível, o período lectivo e as necessidades permanentes dos utilizadores. Há uma necessidade, cada vez maior, de flexibilizar e aumentar a sua dinâmica. A situação mais comum nas bibliotecas do ensino básico é o horário das 9h00 às 17h30m seguido do horário das 9h00-12h40; 14h-17h30. Existem situações diversas, como bibliotecas que abrem às 8h00, mantendo-se abertas, sem interrupções para a hora do almoço, mantendo o seu funcionamento até às 17h00, ou então, temos também algumas bibliotecas que

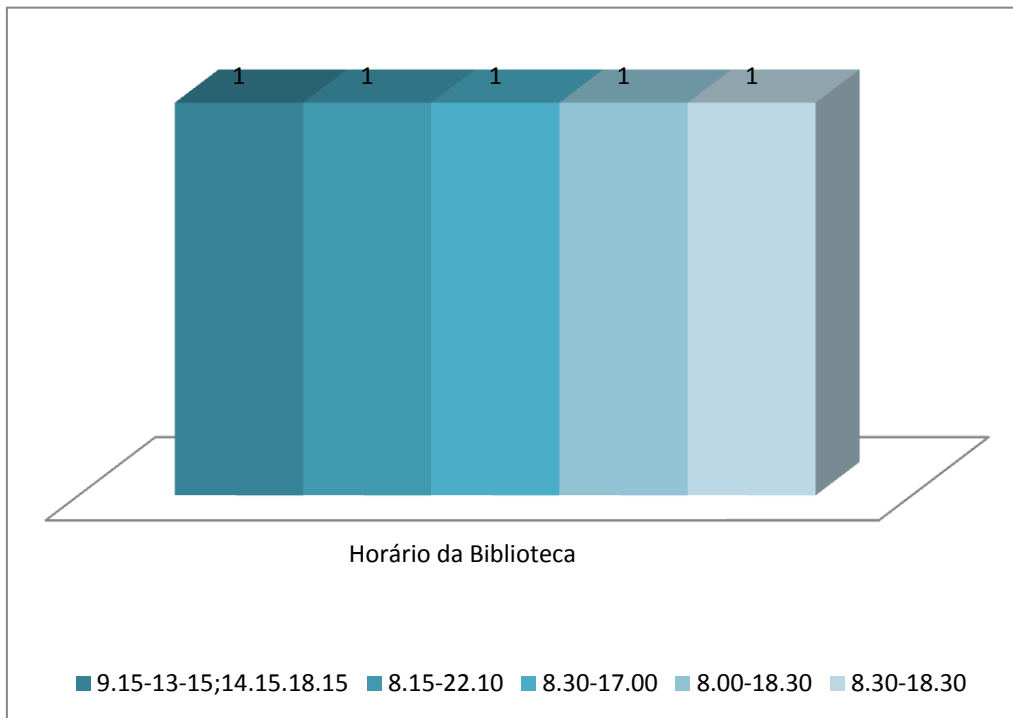
encerram na hora do almoço. Encontramos também alguns casos que abrem apenas após as nove horas da manhã.

Gráfico 9 - Distribuição dos Horários das Bibliotecas Escolares, nas Escolas do Ensino Básico, no Concelho de Matosinhos



Nas Escolas Secundárias não existe um padrão, apresentando situações completamente divergentes, desde bibliotecas que encerram na hora do almoço, passando por alguns casos que abrem às 8h00, outras às 9h15 e, temos uma situação que encerra às 22h15.

Gráfico 10 - Distribuição dos Horários das Bibliotecas Escolares, nas Escolas Secundária, no Concelho de Matosinhos



## 2.2 Instrumentos Utilizados

Este estudo incide sobre a análise da mudança de perfil sobre a função de professor-bibliotecário e as consequências da aplicação da portaria 756/2009, de 14 de Julho. Numa primeira fase, fez-se um trabalho de investigação sobre as escolas que abriram procedimento para recrutamento externo de docentes. Como nos dizem Quivy e Campenhoudt (1998, p. 88): as (“... entrevistas, observações e consultas de documentos diversos coexistem frequentemente durante o trabalho exploratório. nos três casos, os princípios metodológicos são fundamentalmente os mesmos: deixar correr o olhar sem se fixar só numa pista, escutar tudo em redor sem se contentar só com uma mensagem, apreender os ambientes e, finalmente procurar discernir as dimensões essenciais do problema estudado (...).”. Segundo o artigo 9º, 3 da Portaria 756/2009 de 14 de Julho é publicitado na página da DGRHE e na página da escola/agrupamento, a informação da abertura de concurso de recrutamento externo, quando após o procedimento interno de recrutamento não existirem candidatos ou não possuírem os requisitos necessários. Deste modo, procuramos encontrar os documentos da abertura do concurso e os

respectivos resultados, os quais dão informação importante, como o número de candidatos e as classificações obtidas. No entanto, em alguns agrupamentos, a informação não se encontrava mais disponível. Tivemos assim que contactar as escolas no sentido de averiguar a situação, mas em alguns casos, a informação estava indisponível. No entanto, em alguns agrupamentos, não existiu nenhuma candidatura dos docentes, nas fases de designação interna e externa, o que fez com que o Director, de acordo com o artigo 4 da referida portaria, possa nomear aquele que considere ter as competências pedagógicas e pessoais para tal. Em alguns casos, o candidato selecionado pela fase de designação externa desistiu. Esta situação faz com que tenha de ser o director a nomear directamente um docente.

Após esta análise exaustiva, fez-se o estudo do processo de designação interna. Não se conseguiu, porém, a disponibilização ao acesso dos documentos desta fase do concurso de professor bibliotecário, apesar de terem sido realizados contactos com as direcções do agrupamento no sentido de serem facultados os dados. Portanto, teve que se procurar encontrar outros meios para obter a informação necessária. Recorreu-se então ao estudo baseado em questionário, como possibilidade de se poder aceder a informações necessárias à investigação. Alves (2006, p.4) mostra que um inquérito é muito mais que um simples questionário, devendo estar bem definido e estruturado para conseguir ser eficiente. Tem que ser claro, fácil (os inqueridos devem conseguir compreender o seu conteúdo), fiável; analisável e atempado. Para este autor, este método apresenta vantagens por ser uma forma eficiente de recolher informação, pela sua flexibilidade em permitir agregar grande variedade de informação e por ser facilmente administrável e permitir uma economia na recolha dos gastos. No entanto, Alves (2006, p.3) aponta para algumas debilidades: estão dependentes da motivação, honestidade, memória dos sujeitos; não estão vocacionados para a análise de fenómenos sociais complexos e, os resultados podem não ser conclusivos se a amostra populacional não for representativa.

O questionário (disponível, em anexo) foi elaborado respeitando as questões que orientaram o nosso trabalho e, também, pela necessidade de recolher as informações em falta que eram vitais para o estudo e que não foram possíveis de recolher na primeira fase do estudo. O questionário foi elaborado utilizando a tecnologia surveymonkey. Este site disponibiliza um interface agradável, apelativo e descomplicado, permitindo que os

utilizadores terem apenas que seleccionar a opção desejada e, depois de terem terminado a sua realização, basta apenas carregarem em concluído. Isto faz com que seja dispensável a sua impressão. Para ser mais simples, rápido e consistente, o questionário limitou-se a nove questões essenciais para podermos compreender o funcionamento da procedimento de designação interna do professor-bibliotecário.

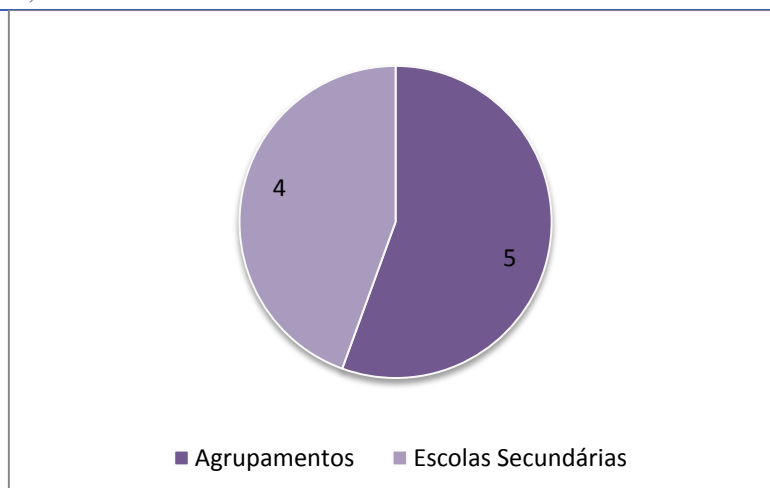
### 3. Análise dos Resultados

Os resultados deste estudo baseiam-se na análise efectuada a 11 agrupamentos e cinco escolas secundárias do Concelho de Matosinhos. As informações obtidas por inquérito não serão identificadas, ao longo deste estudo. No entanto, os dados obtidos pela análise aos dados da designação externa serão referenciados.

A apresentação dos dados recolhidos foi organizada de forma a respeitar a organização da designação de Professor Bibliotecário da Portaria 756/2009 de 14 de Julho: Designação Interna, Designação Externa e Nomeação Directa pelo Director.

#### A – Designação Interna do Professor Bibliotecário

Gráfico 11 - Distribuição dos Professores Bibliotecários por Agrupamentos e Escolas Não Agrupadas, no Concelho de Matosinhos

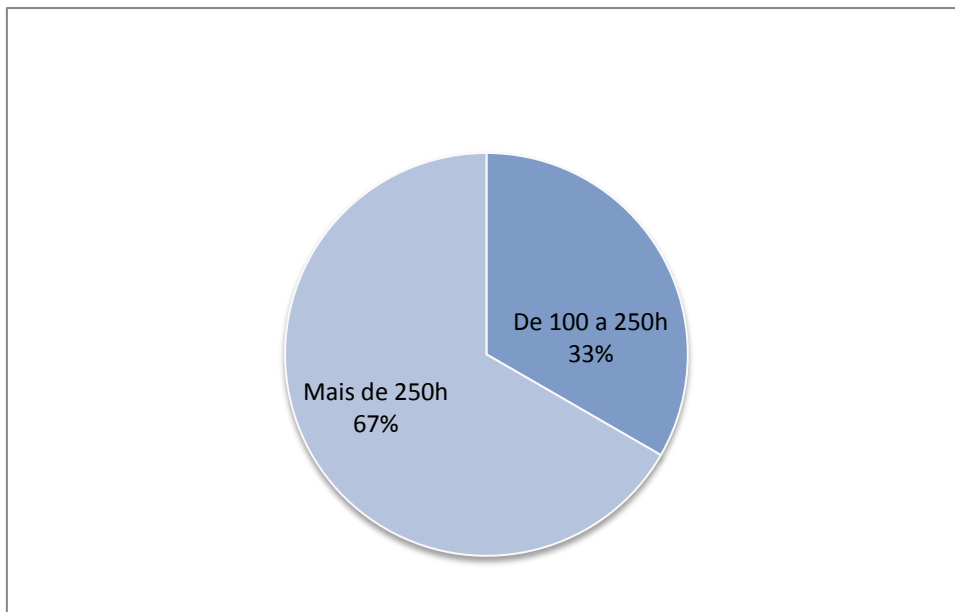


Os professores bibliotecário que, responderam ao questionário, estão na sua maioria integrados em agrupamentos, enquanto que os restantes (44%) exercem as suas funções em Escolas Secundárias não integradas em agrupamentos.

---

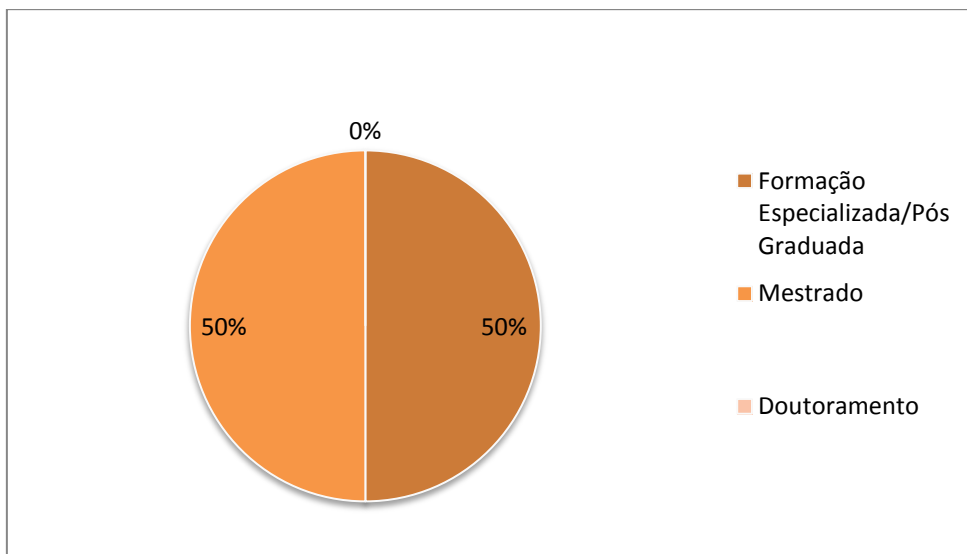
Gráfico 12 – Formação Contínua na Área de Bibliotecas

---



A maior parte dos professores bibliotecários têm mais de 250 horas de formação (67%), enquanto que os restantes têm entre 100 a 250 horas de formação. Isto vem contrariar, a definição dos requisitos de nomeação dos professores bibliotecários, como estabelecido, na Portaria 756/2009 de 14 de Julho, onde predominam claramente, critérios minimalistas. Os candidatos a Professor Bibliotecário têm de ter no mínimo 4 pontos de formação académica ou contínua na área das bibliotecas escolares, o que correspondem a 100 horas de formação, o que é manifestadamente pouco. Isto acontece pelo receio de não existir nas escolas docentes em número suficiente para preencher o cargo de professor bibliotecário se os critérios fossem mais exigentes. Os professores bibliotecários designados que concluíram um curso de pós-graduação na área de Gestão da Informação/Ciências da Informação/Ciências Documentais/Bibliotecas Escolares são 50%, enquanto aqueles que concluíram um mestrado são também 50%, como podemos ver no Gráfico. Segundo, a Portaria 756/2009, de 14 de Julho, um curso de Pós Graduação, corresponde a 25 pontos e, um Mestrado, a 35 pontos.

Gráfico 13 – Outras Formações na Área da Biblioteca



A maioria dos professores tomou conhecimento da abertura do procedimento de designação interna para professor bibliotecário por divulgação informal por outros professores, o que significa que não existe uma forma regular para a sua publicitação. Os professores também receberam a informação da abertura do procedimento através do email, ou então, através da disponibilização da informação na sala dos professores. No entanto, em nenhum dos casos, esta informação esteve disponível no site do agrupamento ou escola não agrupada.

Gráfico 14 – Informação do Início da Designação Interna de Professor Bibliotecário

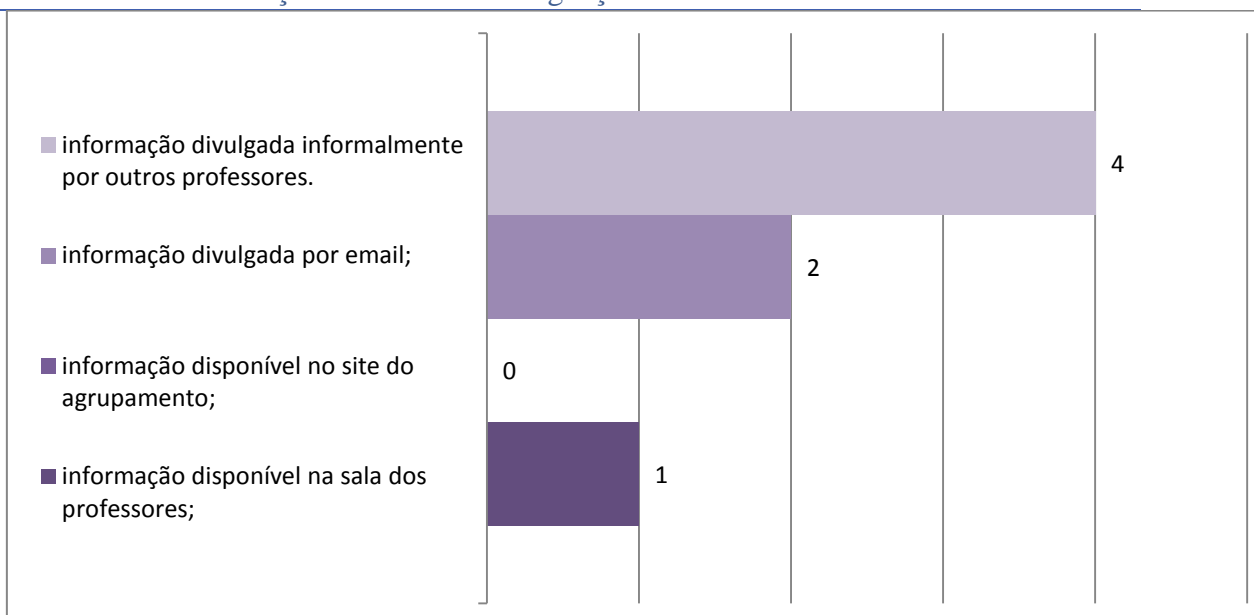
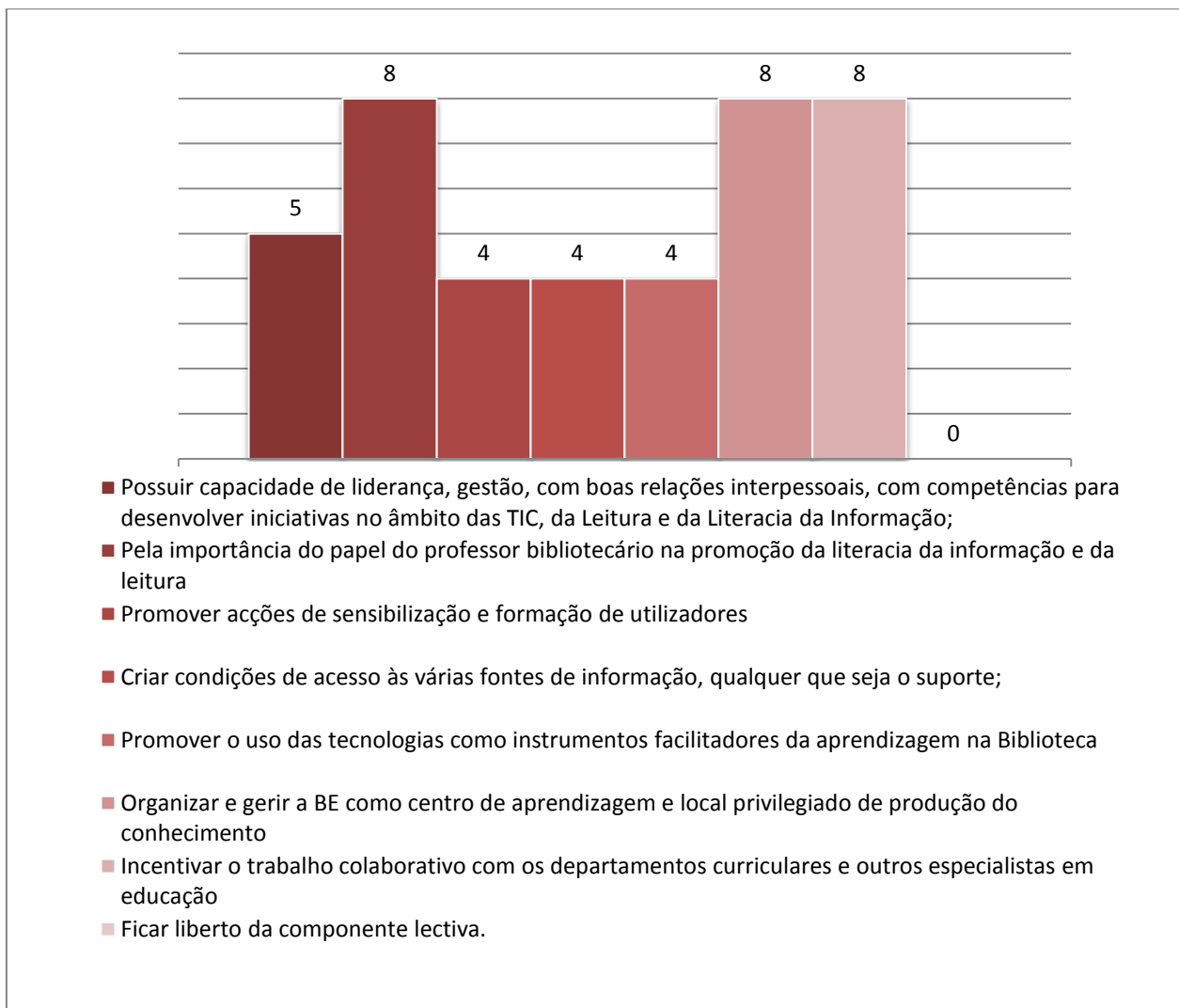


Gráfico 15 – Motivação para Ser Professor Bibliotecário por Designação Interna

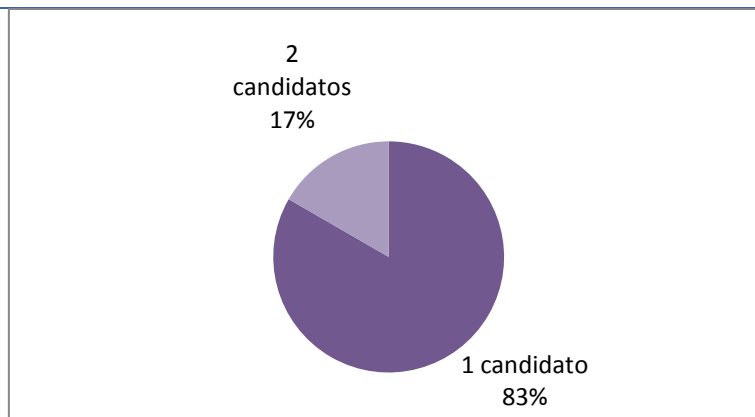


A motivação é uma condição imprescindível para o êxito de uma função. Os trabalhadores desmotivados podem causar graves problemas nas suas organizações (Maciel e Sá, 2007, p.63). Se um trabalhador não se sentir motivado, isto poderá reflectir-se em problemas na sua saúde física e mental causados pelo stress que poderão ter como consequências o absteísmo, baixa produtividade e diminuição da qualidade do seu desempenho. Maciel e Sá afirmam que a motivação é indispensável e fundamental para que os objectivos do trabalho e das organizações sejam alcançados (2007, p. 65). A função de professor bibliotecário exige uma constante motivação para alcançar os objectivos pretendidos. As razões que estão na origem na candidatura a esta função estão relacionadas, na sua maior parte, pela importância do papel do professor bibliotecário na promoção da literacia da informação e da leitura e, também, por

acreditarem que a BE deve ser um centro de aprendizagem e um local privilegiado de produção do conhecimento e por quererem incentivar o trabalho colaborativo com os departamentos curriculares e outros especialistas em educação. A promoção do uso das tecnologias como instrumentos facilitadores da aprendizagem na Biblioteca não foi vista como principal motivo para os professores se candidatarem a esta função, apesar do domínio nas novas tecnologias ser vital na Sociedade da Informação emergente. Essencial também é a promoção de acções de sensibilização, a formação de utilizadores e a criação condições de acesso às várias fontes de informação, qualquer que seja o suporte. No entanto, estes não foram considerados os factores mais importantes para a candidatura à função de professor bibliotecário. Possuir capacidade de liderança, gestão, com boas relações interpessoais, com competências para desenvolver iniciativas no âmbito das TIC, da Leitura e da Literacia da Informação é fundamental para ter êxito, mas somente alguns professores assumiram ter essa capacidade, como factor essencial na sua candidatura.

A portaria 765/2009 de 14 de Julho previa que os docentes ficassem dispensados da componente lectiva, excepto se o número de alunos matriculados no agrupamento ou escola fosse inferior a 400. Teriam, neste caso, uma redução de 13 horas na componente lectiva. Nenhum dos docentes afirma que esta possibilidade foi o principal motivo para se candidatarem a esta função. A Portaria 76/2011 de 15 de Fevereiro estabelece que quando não for possível ao professor bibliotecário leccionar uma turma, por se tratar de professor de carreira sem serviço lectivo atribuído ou da educação pré-escolar ou do 1.º Ciclo do Ensino Básico, “deverá o docente utilizar 35 por cento da componente lectiva a que está obrigado para apoio individual a alunos”.

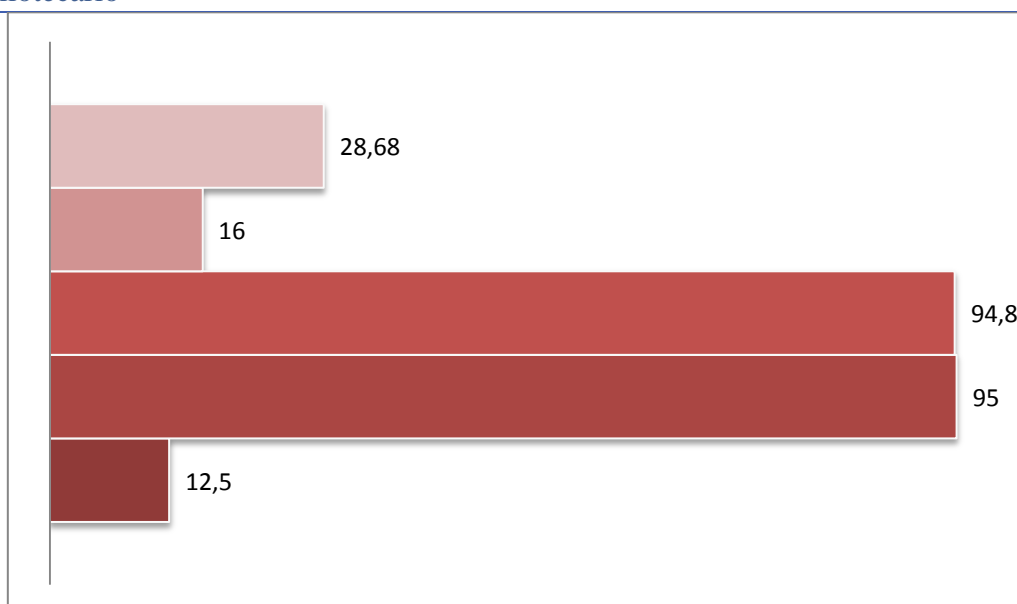
Gráfico 16 – Número de Candidatos no Processo de Designação Interna de Professor Bibliotecário



As candidaturas na fase de designação internas, de uma maneira geral, não tiveram muitos interessados. Na maior parte dos casos existiu apenas um candidato. E qual a pontuação que estes candidatos obtiveram no concurso? Segundo a Portaria 756/2009 de 14 de Julho, são designados os docentes que tiverem a pontuação mais elevada de acordo com a fórmula: A (Formação académica ou contínua) + B (Experiência de coordenação BE) + C (Experiência de equipa BE)

A alínea d) do nº 1 do art.º 5º, define como critério para a designação dos professores a experiência profissional na área das bibliotecas escolares, o que aparentemente entra em conflito com o estipulado no nº 3 do art.º 11º, relativo ao cálculo da classificação dos candidatos ao recrutamento externo - *C: 1 ponto por cada ano lectivo de exercício de funções em equipa(s) de coordenação de bibliotecas escolares dos agrupamentos ou das escolas*. Isto significa que ao ser considerado apenas o desempenho de funções na equipa de coordenação da biblioteca escolar, não parece muito lógico que na sua designação como professor bibliotecário seja considerada toda e qualquer experiência na área das bibliotecas escolares. Dos inquiridos que responderam a esta questão, dois mostraram que tiveram classificação superior a 90 pontos, enquanto que os restantes tiveram uma pontuação inferior a vinte pontos. Apesar destes valores, a maior parte dos professores bibliotecário revelaram vontade em complementar a sua formação em bibliotecas escolares.

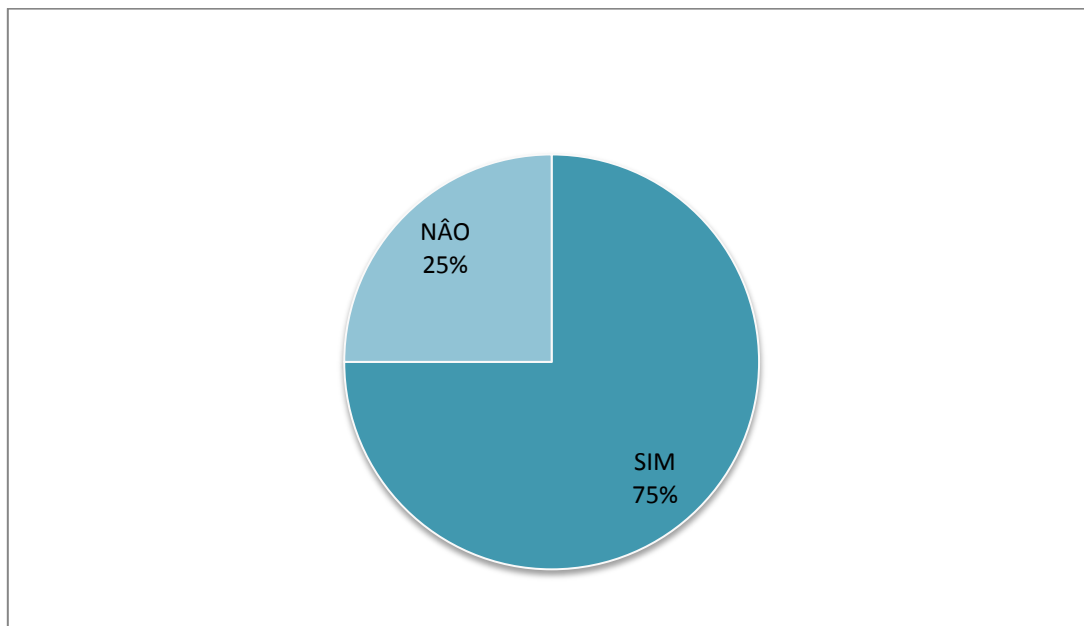
Gráfico 17 – Pontuação Obtida no Processo de Designação Interna de Professor Bibliotecário



---

Gráfico 18 – Participação, no futuro, de Formação Complementar em Bibliotecas Escolares

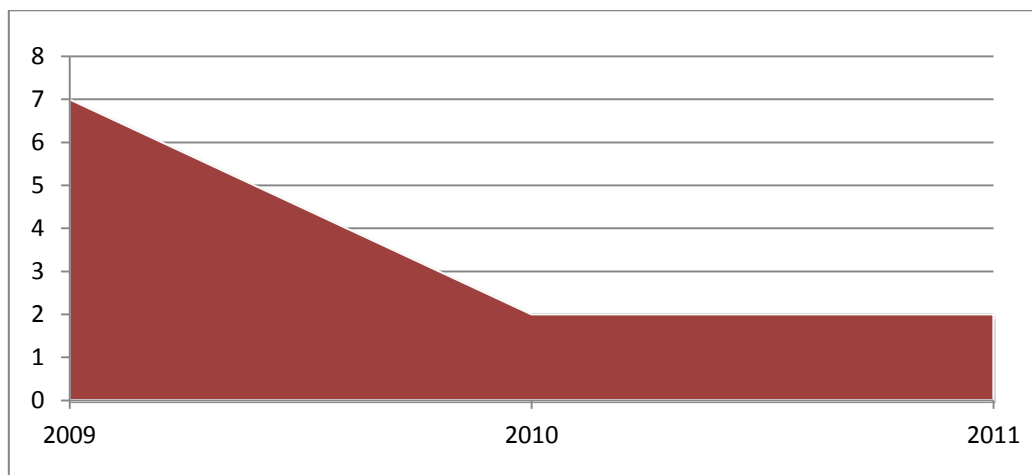
---



### **B – Recrutamento Externo do Professor Bibliotecário**

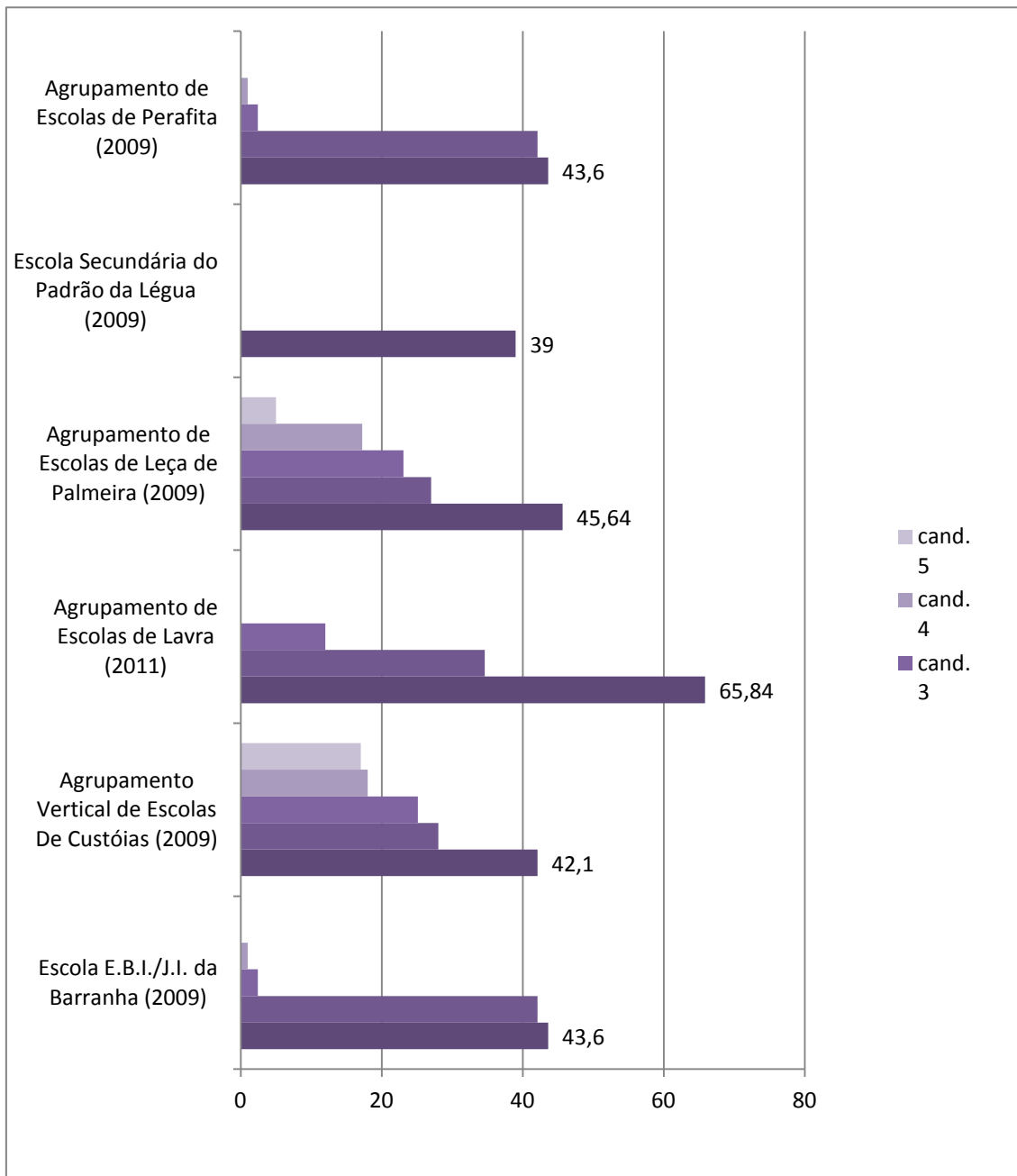
Segundo a Portaria 756/2009, de 14 de Julho, sempre que exista ausência de docentes do quadro do agrupamento ou escola não agrupada, deverá então iniciar-se um procedimento concursal. A abertura do processo de designação externa deve ser então publicitada na página electrónica da DGRHE, no início do mês de Julho. Após a análise do procedimento concursal aberto para os agrupamentos e escolas não agrupadas para o Concelho de Matosinhos verificou-se que, em 2009, foi aberto concurso para recrutamento externo em sete agrupamentos ou escolas não agrupadas. Valor este que diminui para dois em 2010 e 2011.

Gráfico 19 – Abertura do Processo de Designação Externa de Recrutamento de Professor Bibliotecário no Concelho de Matosinhos



Apesar de diversos empreendimentos, só foi possível obter os resultados de apenas seis agrupamentos/escolas não agrupadas na fase de designação externa. Na maioria dos casos, existiu a apresentação de quatro candidaturas para cada escola/agrupamento. A Escola Secundária do Padrão da Légua, teve apenas uma única candidatura. No processamento da pontuação do procedimento externo para a função de professor bibliotecário, aplica-se o estipulado pela Portaria 756/2009 de 14 de Julho: os docentes que tiverem a pontuação mais elevada de acordo com a fórmula: A (Formação académica ou contínua) + B (Experiência de coordenação BE) + C (Experiência de equipa BE). Os candidatos selecionados, segundo estes requisitos, na maioria dos casos, obtiveram uma classificação superior a quarenta pontos, exceptuando o candidato do Agrupamento de Escolas de Lavra, que conseguiu ter a pontuação de 65,8.

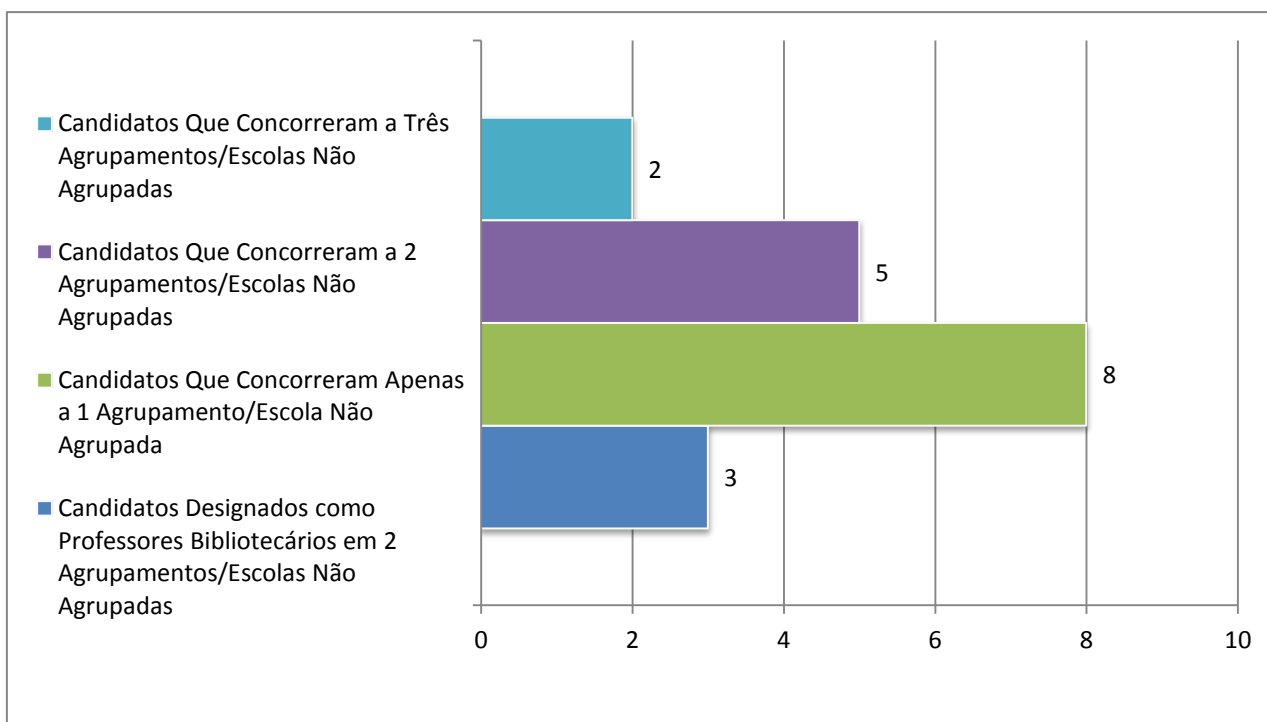
Gráfico 20 – Número de Candidatos e Pontuação do Processo de Designação Externa de Recrutamento de Professor Bibliotecário no Concelho de Matosinhos



Os procedimentos de recrutamento externo ao agrupamento ou escola não agrupadas previstos no Capítulo III são adequados e visam assegurar que o desempenho do cargo de professor bibliotecário é atribuído àquele que, à partida, apresenta mais garantias. Todavia, na análise efectuada, verificou-se que ocorreu a designação do mesmo professor bibliotecário em vários agrupamentos ou escolas não agrupadas, o que

certamente constitui um grave problema para a escola/agrupamento porque fica sem ninguém para o lugar em questão. Esta situação deve-se ao facto de os candidatos poderem concorrer simultaneamente à designação externa em várias escolas, o que faz com que exista a possibilidade de acabarem por serem designados em várias escolas. Isto aconteceu, no Concelho de Matosinhos, em que três candidatos foram designados simultaneamente, como professores bibliotecários.

Gráfico 21 – Candidatos que Concorreram Simultaneamente ao Processo de Recrutamento de Professor Bibliotecário no Concelho de Matosinhos



A portaria 756/2009, de 14 de Julho, é clara no procedimento externo para a pontuação para a função de professor bibliotecário. O concurso tem que respeitar a fórmula: A (Formação académica ou contínua) + B (Experiência de coordenação BE) + C (Experiência de equipa BE). Na análise que se fez aos candidatos que concorreram a diversos agrupamentos/escolas não agrupadas, verificou-se que existiu uma disparidade de valores, o que mostra alguma instabilidade no processamento da pontuação. Existem variações ligeiras, de cerca de dois pontos, mas em outros casos a diferença é de vinte pontos. Uma diferença pequena pode ser o suficiente para que possa ser designado um professor bibliotecário em detrimento de outros docentes.

Gráfico 22 – Candidatos que Obtiveram Pontuação Divergente no Processo de Recrutamento de Professor Bibliotecário no Concelho de Matosinhos

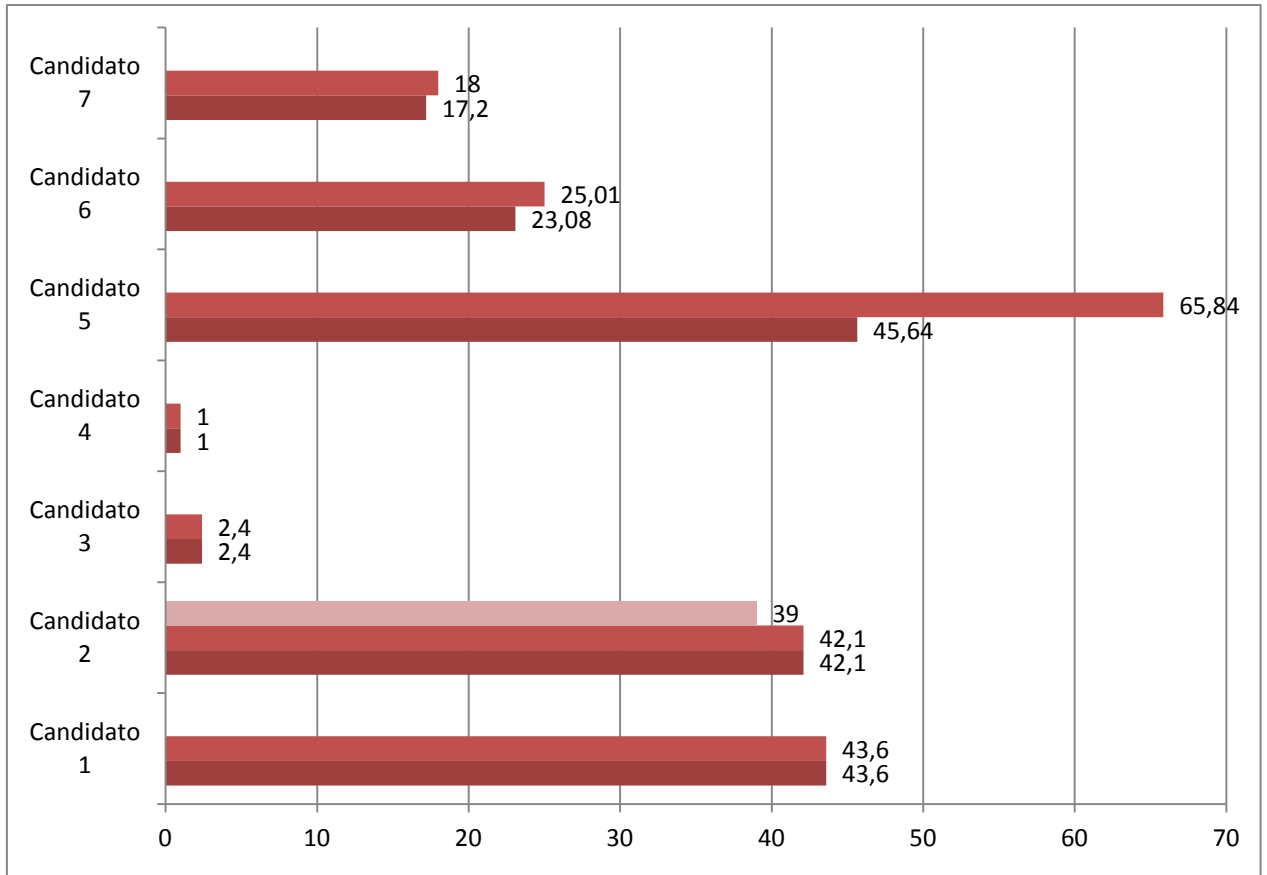
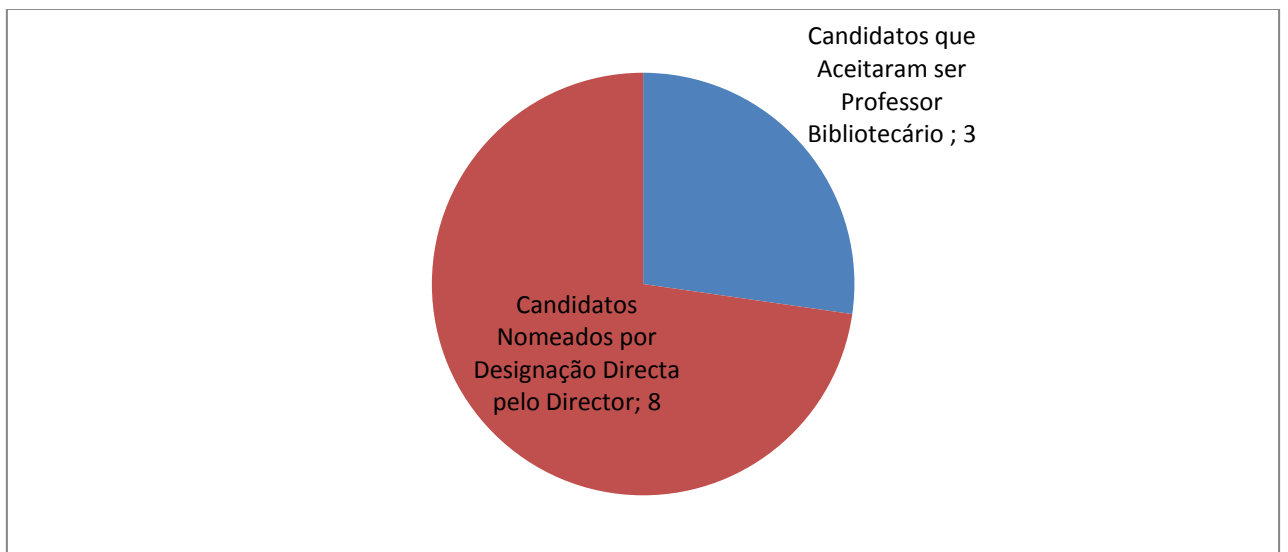


Gráfico 23 – Candidatos que Aceitaram a Designação de Professor Bibliotecário no Concelho de Matosinhos



Segundo o artigo 14º, caso não existam docentes para o desempenho das funções de professor bibliotecário, o director do agrupamento tem a responsabilidade de designar um docente do quadro. Como é que este docente é escolhido? Através de um critério extremamente subjectivo: o director tem que escolher o docente que este considere ter um perfil de competências pedagógicas e pessoais adequadas. Como este perfil é construído? Quais são os critérios que o director terá em conta para a definição deste perfil? Após a realização do concurso externo nos 11 agrupamentos/escolas não agrupadas do Concelho de Matosinhos, apenas três docentes foram designados como professor bibliotecários. Sendo assim, teve que aplicar-se o artigo 15º, em que o director da escola nomeou directamente os candidatos em 8 agrupamentos/escolas não agrupadas. Deu-se também a situação em que alguns agrupamentos/escolas não agrupadas não terem candidatos na fase de designação externa, como no Agrupamento de Escolas de Matosinhos. Em algumas escolas, o resultado foi publicado em Diário da República, algo que não está definido na Portaria 756/2009 de 14 de Julho, como no agrupamento da Senhora da Hora, em que o resultado do procedimento interno foi publicado, ou então, a Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Barranha Matosinhos que também publicou o resultado da designação externa. Num agrupamento do Concelho de Matosinhos, deu-se a nomeação de dois professores bibliotecários sem ter ocorrido o processo de designação interna, nem externa.

## CONCLUSÃO

A publicação da Portaria 756/2009 de 14 de Junho foi vista, por muitos, como o culminar de um longo processo que se iniciou com o nascimento da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares. Muitos olharam para a lei e acreditaram que seria agora que estariam reunidas as condições para que o Professor Bibliotecário fosse desempenhado por um profissional da informação, um gestor de informação que teria formação, conhecimentos e competências para gerir a biblioteca escolar. Tal como está explícito, no preâmbulo da Portaria, passaram doze anos desde o lançamento da RBE em que se desenvolveram condições para assegurar a existência de uma biblioteca escolar em todas as escolas. Mas tal não basta. É necessário assegurar a sua gestão funcional e pedagógica para que a biblioteca escolar pode estar aberta à inovação, procurando ser impulsionadora de mudanças que são fundamentais na Sociedade do Conhecimento, onde o acesso e o seu uso consciente e reflectivo são demandas e exigências do mundo cada vez mais globalizado. E, para que isto aconteça, é necessário que estejam disponíveis recursos humanos devidamente qualificados e formados, conscientes e sensibilizados para estas prioridades. E, com esta finalidade, foi institucionalizado um procedimento para a selecção através da criação da função de professor bibliotecário através da Portaria 756/2004, de 14 de Julho. Veio responder a uma necessidade que há muito era sentida e reclamada por todos aqueles que trabalhavam em bibliotecas escolares: a gestão profissional do acesso e utilização da informação e do conhecimento. Permite assim a rentabilização dos elevados investimentos feitos na implementação de uma Rede de Bibliotecas Escolares, desde 1996, nos estabelecimentos do ensino básico e secundário.

O professor bibliotecário, a partir da Biblioteca Escolar, tem a tarefa de trabalhar e estimular um ambiente de cooperação com todos os profissionais responsáveis pela formação dos alunos para que sejam alcançadas as condições que permitam a aquisição das competências básicas para que estas possam sobreviver na Sociedade da Informação. Não deve ter um papel passivo, mas antes deve assumir uma posição de acção, de controlo e de interactividade porque, como gestor de informação e especialista, é o principal responsável pela biblioteca, tendo que lutar pela sua transformação no centro agregador de toda a escola, trabalhando colaborativamente com os professores. Mas não

pode ficar por aqui. Tem que se empenhar ainda mais nas relações humanas, procurando trabalhar activamente com os alunos, professores, encarregados de educação e todos os que demais intervêm na comunidade educativa. Para além disso, é necessário estabelecer as necessárias relações institucionais. A nível interno, temos o Conselho Executivo, Conselho Geral, Departamentos Curriculares, Directores de Turma – e, externamente, com instituições locais – Autarquia, Biblioteca Pública, Centro de Formação de Professores, Associação de Pais.

Existirá então uma identidade profissional própria deste grupo de professores bibliotecários? A análise efectuada ao procedimento de desinação interna e externa no Concelho de Matosinhos revelou dados muito interessantes Mas, apesar disto, dos 17 Agrupamentos e Escolas Não Agrupadas do Concelho de Matosinhos apenas foram designados cinco professores bibliotecários pela fase do processamento interno, tendo que ser iniciada a fase de designação externa de professor bibliotecário, em onze Agrupamentos/Escolas Não Agrupadas. No entanto, apenas três docentes aceitaram a sua designação, tendo que o Director nomear oito por nomeação directa. Isto mostra que, na maior parte dos casos, estamos no início da construção de uma identidade profissional própria que está ligada ao assumir do seu estatuto na escola que , também, é estimulada pelo sentimento de pertença a um grupo profissional. Mas também não nos podemos esquecer da importância da formação profissional e da experiência, marcante na formação pessoal.

A função de professor bibliotecário é essencial na potencialização da biblioteca escolar, mas existe um vazio de interesse em assumir este cargo. A publicação da Portaria 558/2010, de 22 de Julho trouxe alterações ao anexo 1 da referia Portaria 756/2009 de 14 de Julho. Vem assim modificar o número de professores bibliotecários a designar em cada Agrupamento ou Escola Não Agrupada, definidos pela Portaria n.º 756/2009 de 14 de Julho, reduzindo em muitos casos esse número de 4 para 3, de 3 para 2 ou de 2 para 1 que é justificada por razões relacionadas com a «relação custo/benefício». A isto vem também, juntar-se a obrigatoriedade dos professores bibliotecários lecionarem uma turma, estabelecido pela Portaria 76/2011 de 15 de Fevereiro. Tudo isto faz com que exista um sentimento de insegurança pelo assumir a responsabilidade inerente a uma função em que o futuro é incerto. Muito daquilo que estava previamente estabelecido foi posto em causa, como o planeamento feito por professores bibliotecários para o ano

lectivo de 2011/2012, a distribuição de serviço por parte das direcções dos agrupamentos/escolas e, também, o investimento pessoal e financeiro em formação especializada.

O processo interno de designação interna de Professor Bibliotecário caracteriza-se por ter contornos pouco claros e transparentes, onde a informação não se encontra disponível e aberta. A notificação da abertura da designação interna é feita por instrumentos informais, sem nenhuma estrutura definida. No Concelho de Matosinhos, apenas existiu uma candidatura por Agrupamento/Escola Não Agrupada para assumir as funções de professor bibliotecário, o que mostra claramente a pouca motivação existente. Uma das questões essenciais na definição de professores bibliotecários é a formação especializada. Na Portaria 756/2009, de 14 de Julho, dominam claramente critérios minimalistas, o que se prende com o receio de não existirem docentes em número suficiente se os critérios fossem mais exigentes., em que por exemplo, 4 pontos de formação académica ou contínua na área das bibliotecas escolares correspondem a 100 horas de formação. Nos docentes designados internamente nas Escolas/Agrupamentos do Concelho de Matosinhos, três docentes declaram ter uma pontuação inferior a trinta pontos, enquanto dois apresentaram uma pontuação acima de noventa pontos.

Os procedimentos de recrutamento externo ao agrupamento ou escola não agrupada foram construídos de forma a garantir que apenas aqueles que têm as melhores condições e reúnem os critérios necessários possam ser designados como professores bibliotecários. Todavia, como podemos ver, na análise que efectuamos, existiu a situação em que vários candidatos concorreram simultaneamente para várias Escolas/Agrupamentos e foram designados simultaneamente para a função de professor bibliotecário. Isto gerará certamente uma situação muito difícil e complicada para Escola/Agrupamento que fica sem este profissional. Por outro lado, os professores designados como professores bibliotecários apresentam uma classificação acima dos 40 pontos.

A direcção, segundo o artigo 14º da Portaria 756/2009, de 14 de Julho, teve que designar por nomeação directa em 8 agrupamentos/Escolas Não Agrupadas. O director tem que escolher o docente que este considere ter um perfil de competências pedagógicas e pessoais adequadas, como está descrito na referida Portaria. Isto levanta uma série de questões subjectivas e que põe em causa a necessidade de existirem profissionais competentes, com a formação adequada e experiência necessária. Os

professores bibliotecários têm consciência da importância do seu papel na biblioteca escolar. Lutam diariamente pela potencialização da biblioteca escolar em cada agrupamento/escola, investindo de forma significativa em termos pessoais e profissionais para a concretização de muitos objectivos e, também, sentem que, muitas vezes, estão simultaneamente a culmar falhas no sistema educativo. Compreendem os avanços enormes que se deram com a criação da Rede de Bibliotecas Escolares e com a designação da função de Professor Bibliotecário, mas sentem uma pressão enorme relativamente à sua possibilidade de actuação no futuro. Este desencanto associada à falta de motivação são as principais dificuldades na definição e na construção da identidade do professor bibliotecários.

## Bibliografia

Aranalde, Michel Maya, (2005). *A questão ética na atuação do profissional bibliotecário*. [Em linha]. Disponível em <http://www.slideshare.net/doritchka/03042008-francisco>. [Consultado em 14/09/2010]

Ascensão, J. Olveira. (2006). *Sociedade de Informação e Mundo Globalizado*. [Em linha]. Disponível em. <http://www.apdi.pt/APDI/DOCTRINA/GLOBSOCI.pdf>. [Consultado em 04/08/2010].

Assman, Hugo. (2000). *A metamorfose do aprender na sociedade da informação*. [Em linha]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a02v29n2.pdf> | [Consultado em 16/05/2011]

Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. (2008). *Parecer sober o regime de carreiras de pessoal das áreas funcionais de biblioteca e documetação e de arquivo*. [Em linha]. Disponível em [http://www.apbad.pt/Downloads/Parecer\\_Carreiras\\_BAD.pdf](http://www.apbad.pt/Downloads/Parecer_Carreiras_BAD.pdf). [Consultado em 09/09/2010]

Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. (2009). *Posição da BAD sobre a Portaria n.º 756/2009, de 14 de Julho*. [Em linha]. Disponível em [http://www.apbad.pt/Downloads/Posicao\\_Portaria756.pdf](http://www.apbad.pt/Downloads/Posicao_Portaria756.pdf). [Consultado em 04/04/2010]

Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. (2011). *Bibliotecas Escolares – Portaria nº 76/2011 – Tomada de posição Pública da BAD*. [Em linha]. Disponível em [http://www.apbad.pt/Downloads/Tomada\\_portariaBibliotecasEscolaresfinal.pdf](http://www.apbad.pt/Downloads/Tomada_portariaBibliotecasEscolaresfinal.pdf). [Consultado em 14/08/2010]

Baggio, Rodrigo. (2000). *A sociedade da informação e a infoexclusão*. [Em linha]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a03v29n2.pdf> [Consultado em 03/07/2010]

Borges, Maria Alice Guimarães. (2000). *A compreensão da sociedade da informação*. [Em linha]. Disponível em. <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/214> . [Consultado em 03/09/2010]

Braga, Inês; Lopes, M. Conceição de Oliveira. (2008). *Literacia como fundamento da cidadania*. [Em linha]. Disponível em <http://www.cetacmedia.org/index.php?q=node/1466>. [Consultado em 15/07/2010]

CALIXTO, J. A. – A Biblioteca escolar e a sociedade de informação. Lisboa: Caminho,

CANÁRIO, Rui ... [et al.] - Mediatecas escolares: génese e desenvolvimento de

Candeias, Maria Isabel e Silva, João Alvaro. (2009). *A nossa sala de aula já é maior que o planeta Terra*. [Em linha] Disponível em <http://eft.educom.pt/index.php/eft/article/view/27>. [Consultado em 04/08/2010]

Coelho, J. Dias. (2000). *A sociedade da Informação e do Conhecimento: Um Desafio Epistemológico nos Sistemas de Informação*. [Em linha] Disponível em <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=975945> [Consultado em 04/05/2010].

Conde, Elsa (2005). *Bibliotecas escolares: ambientes de aprendizagem permanentes*. [Em linha]. Disponível em [www.dgicd.min-edu.pt/data/dgicd/Revista.../dossier\\_noterreno82.pdf](http://www.dgicd.min-edu.pt/data/dgicd/Revista.../dossier_noterreno82.pdf). [Consultado em 04/08/2010]

Conde, Elsa (2006). *A Integração das TIC na Biblioteca Escolar*. [Em linha]. Disponível em <http://anagui.wikispaces.com/file/view/a+biblioteca+escolar+e+a+aprendizagem.pdf>. [Consultado em 04/08/2010]

Conselho Consultivo. (2009). *Relatório do progresso do plano tecnológico: renovar a ambição*. [Em linha]. Disponível em <http://www.planotecnologico.pt/document/RelatorioCCPT9Julho09.pdf>. [Consultado em 03/07/2010]

Conselho Europeu das Associações de Informação e Documentação. (2005). *Euro-Referencial I-D*. [Em linha]. Disponível em [http://files.incite.pt/worddoc/EuroReferencial\\_P.pdf](http://files.incite.pt/worddoc/EuroReferencial_P.pdf) . [Consultado em 24/09/2010]

Corrêa e outros. (2002). *Bibliotecário Escolar: Um educador?*. [Em linha]. Disponível em <http://dici.ibict.br/archive/00000882/01/Rev%5B1%5D.AC-2005-77.pdf> .

[Consultado em 24/09/2010]

Coutinho, Clara Pereira e Alves, Manuela. (2010). *Educação e aprendizagem: um olhar sobre o potencial educativo da internet*. [Em linha]. Disponível em [http://webs.uvigo.es/refiedu/Refiedu/Vol3\\_4/refiedu\\_3.4.4.pdf](http://webs.uvigo.es/refiedu/Refiedu/Vol3_4/refiedu_3.4.4.pdf). [Consultado em

06/08/2010]

Dolabella, Ana Rosa Vidigal. (2008). *O educador na sociedade da informação: conhecimento e afetividade para o cidadão do 3º. Milénio*. [Em linha]. Disponível em [http://portaldoenvelhecimento.org.br/noticias/artigos/educador-na-sociedade-da-](http://portaldoenvelhecimento.org.br/noticias/artigos/educador-na-sociedade-da-informacao-conhecimento-e-afetividade-para-o-cidadao-do-3-milenio.html)

[informacao-conhecimento-e-afetividade-para-o-cidadao-do-3-milenio.html](http://portaldoenvelhecimento.org.br/noticias/artigos/educador-na-sociedade-da-informacao-conhecimento-e-afetividade-para-o-cidadao-do-3-milenio.html). [Consultado em 18/02/2010]

Dudziak, Elisabeth Adriana. (2007). *O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social*. [Em linha]. Disponível em <http://revista.ibict.br/pcb/indic.php/pcb/article/view/623>. [Consultado em 04/08/2010]

[Consultado em 04/08/2010]

Eloy, Rodrigues (2009). *Os bibliotecários na sociedade da informação: (r)evolução de perfis e competências*. [Em linha]. Disponível em

<http://www2.egi.ua.pt/cursos/files/RI/Eloy%20Profissionais%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf> . [Consultado em 14/08/2010]

Eloy, Rodrigues. (2008). *Os novos tempos de uma velha profissão: perfis e competências dos bibliotecários na revolução digital*. [Em linha]. Disponível em

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/421/1/APDIS98.pdf>. [Consultado em 04/08/2010]

Escola, Joaquim José Jacinto. (2008). *Ensinar a aprender na Sociedade do Conhecimento*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/escola-joaquim-ensinar-aprender-sociedade-conhecimento.pdf> . [Consultado em 04/08/2010]

Estrada, Adrian Alvarez. (2004). *A crise dos paradigma e a Educação*. [Em linha]. Disponível em <http://revistas.unipar.br/educere/article/view/176/150>. [Consultado em 04/08/2010]

Eurobarómetro 74 (2010). *Opinião Pública na União Europeia: Outono 2010: Relatório Nacional: Portugal*. [Em linha]. Disponível em [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb/eb74/eb74\\_pt\\_pt\\_nat.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb74/eb74_pt_pt_nat.pdf). [Consultado em 03/07/2010]

European Council of Information Associations (ECIA). (2005). *Competências e Aptidões dos Profissionais Europeus de Informação e Documentação; Níveis de Qualificação dos Profissionais Europeus de Informação e Documentação*. [Em linha]. Disponível em [http://files.incite.pt/worddoc/EuroReferencial\\_P.pdf](http://files.incite.pt/worddoc/EuroReferencial_P.pdf). [Consultado em 12/06/2010]

Farias, Christianne Martins e Cunha e Mriam Vieira da. (2008). *O Bibliotecário Escolar e as Suas Competências*. [Em linha]. Disponível em <http://infobci.wordpress.com/2009/05/01/o-bibliotecario-escolar-e-suas-competencias/>. [Consultado em 19/03/2010]

Farias, Cristianne Martins; Vitorino, Elizete Vieira. (2009). *Competência informacional e dimensões da competência do bibliotecário no contexto escolar*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n2/v14n2a02.pdf>. [Em linha]. [Consultado em 04/03/2011]

Farol da nossa Terra. (2011). *Entrevista com Helena Duque, coordenadora interconcelhia da Rede de Bibliotecas Escolares*. Disponível em [Em linha]. <http://www.faroldanossaterra.net/entrevista-com-helena-duque-coordenadora-interconcelhia-da-rede-de-biblioteca-escolares/>. [Consultado em 14/02/2011]

Fino, Carlos Nogueira. (2001). *Um novo paradigma (para a escola): precisa-se*. [Em linha]. <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/7.pdf> Disponível em [Consultado em 12/08/2010]

Fino, Carlos Nogueira. (2009). *O Futuro da escola do passado*. [Em linha]. Disponível em <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/21.pdf>. [Consultado em 04/08/2010]

Franco, João José de Sousa. (2007). *Novo Paradigma Científico-Tecnológico na Sociedade do Conhecimento*. [Em linha]. <http://www.ipv.pt/millennium/millennium34/14.pdf>. Disponível em . [Consultado em 13/05/2010]

Furtado, Cássia Cordeiro. (2008). *Bibliotecas escolares e web 2.0: revisão da literatura sobre Brasil e Portugal*. [Em linha]. Disponível em <http://www.revistas.univercinencia.org/index.php/revistaemquestao/article/viewArticle/6973>. [Consultado em 04/08/2010]

Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e Plano Tecnológico. (2009). *Relatório de Progresso do Plano Tecnológico: Conselho Consultivo 9 de Julho de 2009*. [Em linha]. Disponível em <http://www.planotecnologico.pt/document/RelatorioCCPT9Julho09.pdf>. [Consultado em 04/08/2010]

Gadotti, Moacir. (2000). *Perspectivas actuais da educação*. [Em linha]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. 1. [Consultado em 04/08/2010]

Garção, José Aldon Santos e Andrade, Ângela Christina Santana. *As tecnologias: auxílio ao processo de ensino/aprendizagem*. [Em linha]. Disponível em <http://www.edapeci-ufs.net/ANAIS/04/025JOSEALDON2.pdf>. [Consultado em 05/07/2010]

Garcez, Eliane Fioravante e Carpes, Gyance. *Gestão da informação na biblioteca escolar*. [Em linha]. Disponível em <http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/304> [Consultado em 04/08/2010]

Gonçalves, Carlo César Correia e Satar, Edna Abdul. (2007). *Evolução da documentação em Portugal e a formação dos seus profissionais*. [Em linha]. Disponível em <http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/cccorreia.pdf>. [Consultado em 24/08/2010]

Gonçalves, Maria José Vitorino. (1998). *Bibliotecas, Mediatecas, Centros de Recursos nas Bibliotecas para Quem?*. Disponível em <http://www.oei.es/pdfs/rbe1.pdf>. [Consultado em 14/08/2011]

Gouveia, Luís Manuel Borges. (2007). *Sociedade da Informação: Notas de Contribuição para uma definição operacional*. [Em linha] Disponível em [http://www2.ufp.pt/~lmbg/reserva/lbg\\_socinformacao04.pdf](http://www2.ufp.pt/~lmbg/reserva/lbg_socinformacao04.pdf). [Consultado em 02/07/2010].

Hannesdóttir, Sigrún Klara. (1986). *Bibliotecários Escolares: Linhas de Orientação Para os Requisitos de Competência*. [Em linha]. Disponível em <http://www.oei.es/pdfs/rbe2.pdf> [Consultado em 04/08/2010]

Heitor, Manuel; Freitas, João Correia de e Moura, Emília. (2005). *Mobilizar a Sociedade da Informação em Portugal: reorientar o papel do Estado e investir numa estratégia coerente de inovação*. Disponível em <http://in3.dem.ist.utl.pt/downloads/press/aut200502.pdf>. [Consultado em 03/07/2010]

IFLA/UNESCO. (2006). Directrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares. [Em linha]. Disponível em <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/SchoolLibraryGuidelines-pt.pdf> . [Consultado em 14/08/2010]

IFLA/UNESCO. 2002. Directrizes da IFLA/UNESCO para as bibliotecas escolares. Disponível em <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/SchoolLibraryGuidelines-pt.pdf> .[Consultado em 14/08/2011]

Instituto do Emprego e Formação Profissional. (2010). *Situação do Mercado de Emprego – Relatório Anual – 2010*. [Em linha]. Disponível em [http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/RelatoriosAnuais/Documents/2010/Relat%C3%B3rio%20Anual%20Mercado%20de%20Emprego%20%202010\\_vers%C3%A3o%20final.pdf](http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/RelatoriosAnuais/Documents/2010/Relat%C3%B3rio%20Anual%20Mercado%20de%20Emprego%20%202010_vers%C3%A3o%20final.pdf). [Consultado em 03/07/2010]

Issak, Aissa Mithá. (2006). *Duas eternas amigas: biblioteca escolar e sala de aulas*. [Em linha]. Disponível em <http://www.saber.ac.mz/handle/10857/1679>. [Consultado em 20/07/2011]

Kutithau, Varol C. (1999). O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. [Em linha]. Disponível em [gebe.eci.ufmg.br/?download=103.pdf](http://gebe.eci.ufmg.br/?download=103.pdf). [Consultado em 04/08/2010]

Maciel, Saulo Emmanuel Vieira; Sá, Maria Auxiliadora Diniz de. (2007). *Motivação no Trabalho*. Disponível em [http://www.ccae.ufpb.br/public/studia\\_arquivos/arquivos\\_01/saulo\\_01.pdf](http://www.ccae.ufpb.br/public/studia_arquivos/arquivos_01/saulo_01.pdf). [Consultado em 14/08/2011]

Martizanno, Celso José. (2009). *O desafio curricular da produção de saberes na sociedade do conhecimento*. [Em linha]. Disponível em.

<http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/1159>. [Consultado em 04/08/2010]

Mello, Guiommar Namó de. (2001). *Impacto e uso da tecnologia na educação escolar*. [Em linha]. Disponível em <http://www.namodemello.com.br/pdf/escritos/oficio/tecnologiaforpro.pdf>. [Consultado em 04/08/2010]

Miller, Paul. (2005). *Web 2.0: Building the New Library*. [Em linha]. Disponível em <http://www.ariadne.ac.uk/issue45/miller/>. [Consultado em 10/02/2012]

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento. (2010). *Agenda Digital 2015: Novas Tecnologias, Melhor Economia*. [Em linha]. Disponível em [http://www.unic.pt/images/stories/noticias/PWP\\_AgendaDigital2015.pdf](http://www.unic.pt/images/stories/noticias/PWP_AgendaDigital2015.pdf). [Consultado em 10/02/2012]

Ministério de Educação de Portugal. (2009). *Orientações Pedagógicas // Plano Nacional de Leitura / Criação da função de professor bibliotecário nas escolas*. [Em linha]. Disponível em <http://smartforum.educare.pt/index.php?id=95089>. [Consultado em 10/02/2012]

Ministério de Educação de Portugal. *Sistema Educativo Nacional de Portugal*. [Em linha]. Disponível em <http://www.oei.es/quipu/portugal/historia.pdf>. [Consultado em 09/08/2010]

Miranda, António Lisboa Carvalho de e Mendonça, Ana Valéria Machado. (2006). *Por uma sociedade digital: informação e desenvolvimento*. [Em linha]. Disponível em [http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia\\_informacao/art\\_valeria\\_miranda.pdf](http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/art_valeria_miranda.pdf). [Consultado em 03/07/2010]

Notícias Ranking e Relatórios. (2011). [Em linha]. Disponível em [http://www.planotecnologico.pt/document/Newsletter\\_13\\_Iserie\\_20110208.pdf](http://www.planotecnologico.pt/document/Newsletter_13_Iserie_20110208.pdf). [Consultado em 16/07/2011]

Notícias Ranking e Relatórios. (2011). [Em linha]. Disponível em [http://www.planotecnologico.pt/document/Newsletter14\\_Iserie\\_17032011.pdf](http://www.planotecnologico.pt/document/Newsletter14_Iserie_17032011.pdf). [Consultado em 04/08/2010]

Observatório da Profissão Informação e Documentação. (2006). *A imagem das competências dos profissionais de Informação-Documentação: relatório* .[Em linha]. Disponível em <http://www.apdis.org/jornadas/2006/opid/relatorio.pdf>. [Consultado em 14/02/2011]

Observatório da Profissão de Informação – Documentação. (2006). Relatório: A Imagem das Competências dos Profissionais de Informação – Documentação. [Em linha]. Disponível em <http://www.apdis.org/jornadas/2006/opid/relatorio.pdf>. [Consultado em 29/07/2011]

ODCE. (2011). *PISA 2009 Results: Students on Line: Digital Technologies and Performance (Volume VI)*. [Em linha]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264112995-en>. [Consultado em 04/05/2010]

OECD, (2010). *PISA 2009 Results: Learning Trends: Changes in Student Performance Since 2000 (Volume V)*. [Em linha]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264091580-en> . [Consultado em 29/07/2011]

Oliveira, Laís Pereira; Silveira, Carlos Eduardo da. (2006). Desafios do bibliotecário. [Em linha]. Disponível em <http://rabci.org/rabci/node/139> .Consultado em [12/01/2010]

Pessoa, Ana Maria – A Biblioteca Escolar. Porto: Campo das Letras, 1994.

Pontes, Cristina. (2009). Portugal: O fosso digital entre crianças e adultos. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/eukidsonline/docs/PortugalFossoDigitalCP.pdf> [Consultado em 14/08/2011]

Ramal, Andrea Cecília. (1997). *Um novo paradigma da educação*. [Em linha]. Disponível em <http://www.idprojetoseducacionais.com.br/artigos/paradigma.pdf>. [Consultado em 14/01/2010]

RBE. (2009). Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares. [Em linha]. Disponível em [http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/31/978\\_972\\_742\\_3194.pdf](http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/31/978_972_742_3194.pdf). [Consultado em 12/04/2010]

RBE. (2007). *Newsletter nº 1*. [Em linha]. Disponível em [http://www.rbe.min-edu.pt/newsletter//news/newsletter1/newsletter\\_1\\_outubro\\_2006.htm](http://www.rbe.min-edu.pt/newsletter//news/newsletter1/newsletter_1_outubro_2006.htm). [Consultado em 24/03/2011]

RBE. (2009). *Newsletter nº 4*. [Em linha]. Disponível em <http://www.rbe.min-edu.pt/newsletter//np4/416.html> [Consultado em 14/01/2011]

Rede de Bibliotecas Escolares. (2010). *Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares*. [Em linha]. Disponível em <http://www.rbe.min-edu.pt>. [Consultado em 14/12/2010]

Rede de Bibliotecas Escolares. (2009). *Modelo de Auto-Avaliação da Biblioteca Escolar*. [Em linha]. Disponível em [http://crecursoesjs.no.sapo.pt/Mod\\_AA\\_BE.pdf](http://crecursoesjs.no.sapo.pt/Mod_AA_BE.pdf) [Consultado em 14/02/2012]

Rocha, Maria Perrone Campos. (1999). *A questão da cidadania na sociedade da informação*. [Em linha]. Disponível em <http://www.apdi.pt/APDI/DOCTRINA/GLOBSOCI.pdf>. [Consultado em 04/09/2010]

Santos, Angoli Sikorski; Tolfo, Susana da Rosa . (2006). *Competências demandadas aos profissionais frente às novas tecnologias de informação em bibliotecas universitárias*. [Em linha]. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/147/14702106.pdf>. [Consultado em 04/09/2010]

Santos, J. Neves dos. (2005). *A sociedade da informação e o insucesso escolar*. [Em linha]. Disponível em <http://paginas.fe.up.pt/~jns/pessoal/textos/sociedade.pdf> [Consultado em 12/01/2010]

Santos, Lígia Pacheco Lins. (2008). *A educação na transição de paradigmas*. [Em linha]. Disponível em [http://www.sumare.edu.br/raes/edicoes/ed01/raesed01\\_artigo01.pdf](http://www.sumare.edu.br/raes/edicoes/ed01/raesed01_artigo01.pdf) . [Consultado em 11/09/2010]

Schaum, D. (1996). *Blind Signature Technology and Digital Privacy*. [Em linha]. Disponível em <http://www.digicash.com/publish/sciam.htm>. [Consultado em 06/09/1999].

Silvia, Lucila Borges da. (2005). *Biblioteca escolar e educação infantil: desenvolvendo a autonomia no uso da informação*. [Em linha]. Disponível em [http://www.cab.ufsc.br/repositorio/trabalhoserebd2007/trabalho\\_13.pdf](http://www.cab.ufsc.br/repositorio/trabalhoserebd2007/trabalho_13.pdf). [Consultado em 04/08/2010]

Sousa, Jesus Maria; Fino, Carlos Nogueira. (2007). *As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional*. [Em linha]. Disponível em <http://usodoblogemead.blogspot.com/>. [Consultado em 09/08/2010]

Sousa, Maria de Lurdes Dionísio. (2007). *Condições Sociais de Produção de Leitores*. [Em linha]. Disponível em <http://www.ectep.com/literacias/leitores.html>. [Consultado em 04/08/2010]

Souza, Francisco das Chagas (2006). A formação académica de bibliotecários e cientistas da informação e sua visibilidade, identidade e reconhecimento social no Brasil. [Em linha]. <http://fundamentos1.files.wordpress.com/2009/11/souza-a-formacao-academica-de-bibliotecarios.pdf>. [Consultado em 04/08/2010]

Souza, Teresinha Baptista de; Ribeiro, Fernanda. (2009). Os cursos de Ciência da Informação No Brasil e em Portugal: perspectivas diacrônicas. [Em linha]. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/3149>. [Consultado em 04/04/2010]

Special Libraries Association. (2003). *Competencies for Special Librarians of the 21st Century*. Disponível em <http://www.sla.org/content/SLA/professional/meaning/competency.cfm>. [Consultado em 04/08/2010].

Tellaroni, Tais Marina e Albino, João Pedro. (2004). *Da sociedade da Informação às novas tic's: questões sobre a internet, jornalismo e comunicação de massa*. [Em linha] Disponível em <http://www.faac.unesp.br/publicacoes/anais-comunicacao/textos/28.pdf>. [Consultado em 04/08/2010].

VEIGA, I. (et al) - Lançar a rede de bibliotecas escolares. Lisboa: Ministério da Educação, 1996.

VIII Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. (2004). *Moção sobre a Formação Profissional das Áreas BAD em Portugal*. [Em linha]. Disponível em <http://www.apbad.pt/Downloads/MocaoFormacao.pdf> .[Consultado em 04/08/2010]

### **Legislação**

Decreto - Lei nº 247/91 de 10 de Julho

Decreto de 16 de Maio de 1969

Decreto-Lei nº 121/2008 de 11 de Julho

Decreto-Lei nº 280/1979 de 10 de Agosto

Despacho Conjunto nº43/ME/MC/95 de 29 de Dezembro

Despacho Interno Conjunto nº 3 – I/SEAE/SEE/2002 de 15 de Março

Despacho nº 273/2002 de 11 de Abril de 2001

Lei nº 115/97 de 19 de Setembro

Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

Lei nº 46/86 de 14 de Outubro

Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto

Lei nº 85/2009 de 27 de Agosto

Portaria 731/2009, de 7 de Julho

Portaria 756/2009, de 14 de Julho

Portaria 76/2011 de 15 de Fevereiro

Portaria nº 273/2006 de 23 de Novembro

Portaria nº 558/2010, de 22 de Julho

## Anexo – Questionário

### Questionário - O professor Bibliotecário Análise da Portaria 756/2009, de 14 de Julho

Este questionário insere-se num trabalho de investigação para a dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e Documentação da Universidade Fernando Pessoa que visa analisar a aplicação da Portaria 756/2009 de 14 de Julho que estabeleceu a função de Professor Bibliotecário.

Os dados recolhidos são confidenciais e garantimos que serão tratados anonimamente. Para que este trabalho tenha êxito é extremamente valiosa a sua participação.

Este questionário deve ser preenchido online, não necessitando de ser impresso. Para aceder ao questionário, basta apenas clicar no link abaixo. Quando acabar de preencher o inquérito, tem que clicar em concluído.

Agradecemos a disponibilidade e atenção.

Atenciosamente,

Raquel Cascaes

#### **1. A escola funciona em agrupamento?**

- Sim
- Não

#### **2. Formação na área de Bibliotecas Escolares: Formação Contínua**

- Menos de 50 h
- De 50 a 100 h

- De 100 a 250 h
- Mais de 250 h

**3. Outras formações:**

- Formação Especializada/Pós Graduada
- Mestrado
- Doutoramento

**4. Foi designado directamente pelo Director para a função de Professor Bibliotecário após a realização do processamento interno e externo?**

- Sim
- Não

**5. Assinale as razões que a/o levaram a concorrer para a designação interna para a função de Professor Bibliotecário:**

- Possuir capacidade de liderança, gestão, com boas relações interpessoais, com competências para desenvolver iniciativas no âmbito das TIC, da Leitura e da Literacia da Informação;
- Pela importância do papel do professor bibliotecário na promoção da literacia da informação e da leitura;
- Promover acções de sensibilização e formação de utilizadores
- Criar condições de acesso às várias fontes de informação, qualquer que seja o suporte;
- Promover o uso das tecnologias como instrumentos facilitadores da aprendizagem na Biblioteca;
- Organizar e gerir a BE como centro de aprendizagem e local privilegiado de

produção do conhecimento;

Incentivar o trabalho colaborativo com os departamentos curriculares e outros especialistas em educação;

Ficar liberto da componente lectiva.

**6. Como tomou conhecimento da abertura do procedimento para a designação interna para Professor Bibliotecário:**

informação disponível na sala dos professores;

informação disponível no site do agrupamento;

informação divulgada por email;

informação divulgada informalmente por outros professores.

**7. Quantos candidatos mostraram interesse na designação interna para a função de Professor Bibliotecário?**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

**8. Mencione a classificação obtida no procedimento para a designação interna para Professor Bibliotecário de acordo com a fórmula: A (Formação académica ou contínua) + B (Experiência de coordenação BE) + C (Experiência de equipa BE):**

**9. Pensa, no futuro, em complementar a sua formação na área de Bibliotecas Escolares?**

Sim

Não